

UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo

**AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SEUS IMPACTOS NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMAZÔNIA: Uma
abordagem centrada na Matriz de Contabilidade Social (MCS)**

**Belém
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo

**AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SEUS IMPACTOS NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMAZÔNIA: Uma
abordagem centrada na Matriz de Contabilidade Social (MCS)**

**Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado
em Economia da Universidade da Amazônia como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Economia.**

Orientador: Prof. Dr. David Ferreira Carvalho

**Belém
2006**

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo

**AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SEUS IMPACTOS NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMAZÔNIA: Uma
abordagem centrada na Matriz de Contabilidade Social (MCS)**

**Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre em
Economia do Programa de Mestrado em Economia da Universidade da
Amazônia.**

Belém (PA), 01 de junho de 2006.

**Prof. Dr. Mário Miguel Amin Garcia Herreros
Coordenador do Programa**

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. David Ferreira Carvalho
Universidade da Amazônia
Orientador**

**Prof. Dr. Cláudio Castelo Branco Puty
Universidade Federal do Pará
Examinador externo**

**Prof. Dr. Mário Ramos Ribeiro
Universidade da Amazônia
Examinador interno**

**Belém
2006**

A Deus que ilumina minha vida.

A meus pais, Neize e Manoel, que sempre me incentivaram a não desistir e me ajudaram à sua maneira.

Ao meu querido esposo, Marcílio Guerreiro Jr., que sempre foi compreensivo e, apesar das minhas ausências, sempre me apoiou.

Aos meus lindos filhos, Igor e Letícia, e à Nane.

Agradecimentos

A Deus, fonte de força, vontade e determinação.

À minha família, sempre compreensiva e amorosa.

Gostaria de agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para a elaboração deste trabalho, em especial:

Ao Prof. Dr. David Ferreira Carvalho, pela competente orientação, pela compreensão e pelo apoio inestimável;

Ao Prof. Dr. Mario Ramos Ribeiro, pela oportunidade e colaboração.

Ao Prof. Dr. Antonio Cordeiro de Santana, pela valiosa colaboração.

Ao Prof. Dr. Mário M. Amim. G. Herrerros, pelo incentivo, apoio e colaboração.

Aos meus colegas de mestrado, especialmente aos amigos: Rosianne, Mary Rose, Omir, Luis Flávio, Mauro, Sérgio e Zildinha, pelo apoio e colaboração no decorrer do curso.

Gostaria de agradecer também aos colegas de trabalho do BANPARÁ pelo apoio, incentivo e colaboração tão importantes neste momento da minha carreira profissional.

"Um sistema financeiro saudável, ético e eficiente é condição essencial para o desenvolvimento econômico e social do País".

FEBRABAN

RESUMO

Esta dissertação discute as atribuições das instituições financeiras no desenvolvimento econômico da Amazônia, com ênfase sobre os bancos comerciais e múltiplos. Investiga e analisa a dimensão econômica e o nível de integração dessas instituições com os demais setores da economia da Amazônia, identificando o poder de conexão dos bancos, através de suas ligações intersetoriais para trás e para frente e seus multiplicadores da renda, do produto e do emprego. Por fim, busca demonstrar como a concentração das instituições financeiras no Sudeste do Brasil vem drenando a poupança regional e, com isso, dificultando a redução das desigualdades inter-regionais ao prejudicar o desenvolvimento econômico da Amazônia.

Palavras Chaves: instituições financeiras, desenvolvimento regional, matriz de contabilidade social, MCS.

ABSTRACT

This essay talks of the attributions of the financial institutions in the Amazon's economical development, emphasizing the commercial and multiple banks. Investigates and analyzes the economical dimension and the level of integration of these institutions with the rest of the sectors of the Amazon economy, identifying the power of the connection of the banks, through their backward and forward intersectorial linkings and their income , products and jobs multiplyings. Finally, it searches to demonstrate how the concentration of the financial institutions in the Southeast of Brazil has draining the regional saving and, therewith, obstructing the reduction of the inter-regional inequalities when it damages the Amazon's economical development.

Key-words: financial institutions, regional development, social accounting matrix, MCS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Número de Bancos no Brasil (1964-2004).....	63
Figura 2: Número de dependências Bancárias por Região do Brasil (1999-2004)	74
Figura 3: Total de Depósitos e Volume de Crédito do SFN e Regiões (R\$ mil 1999-2004) ...	76
Figura 4: Representação do encadeamento interno dos estímulos exógenos	92
Figura 5: Distribuição dos Salários, Lucros e Renda da Amazônia: 1999	101
Figura 6: Atendimento Bancário no Brasil – N° de Dependências	133
Figura 7: Distribuição dos Depósitos por Regiões do Brasil (1999-2004).....	134
Figura 8: Distribuição de Operações de Crédito por Regiões do Brasil (1999-2004).....	135
Figura 9: Multiplicadores setoriais do produto, emprego e renda da Amazônia: 1999	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Composição do Sistema Financeiro Nacional:	60
Quadro 2: Estrutura simplificada de uma MCS.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de Instituições por segmento	61
Tabela 2: índice Herfindahl-Hirschman (1994-2004)	65
Tabela 3: F&A bancárias com incentivos do PROER	70
Tabela 4: Número de dependências bancárias do SFN distribuídas por Região (1999-2004) .	75
Tabela 5: Operações Bancárias (Participação % das Regiões em relação ao SFN)	77
Tabela 6: Decomposição do multiplicador global da MCS da Amazônia nos efeitos transferência, cruzado e circular de Stone: 1999.	108
Tabela 7: Multiplicadores do produto, emprego e renda da Amazônia: 1999.....	112
Tabela 8: Efeitos de encadeamento produtivos para frente e para trás dos setores econômicos da Amazônia: 1999	116
Tabela 9: Operações Bancárias – Saldos R\$ mil (SFN e Região Norte).....	132
Tabela 10: Operações Bancárias – Saldos R\$ mil (Região Sudeste).....	132
Tabela 11: Operações Bancárias – Saldos R\$ mil (Região Sul).....	132
Tabela 12: Operações Bancárias – Saldos R\$ mil (Região Centro Oeste)	133
Tabela 13: Operações Bancárias – Saldos R\$ mil (Região Nordeste).....	133
Tabela 14: Matriz de Contabilidade Social (MCS) da Amazônia: 1999	136
Tabela 15: Matriz de propensão média a gastar da MCS da Amazônia: 1999	138
Tabela 16: Matriz de efeitos-transferência de Stone (MET) para a Amazônia: 1999	140
Tabela 17: Matriz de efeitos-cruzados de Stone (MECZ) para a Amazônia: 1999	142
Tabela 18: Matriz de efeitos-circulares de Stone (MEC) da Amazônia: 1999	144
Tabela 19: Matriz de efeitos-globais (Mg) da Amazônia: 1999.....	146

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1º CAPÍTULO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Uma abordagem pós-keynesiana	25
1.1 PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ, TAXA DE JUROS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	32
1.2 TIPOS DE FINANCIAMENTOS: <i>finance e funding</i>	35
1.3 FINANCIAMENTO DE ESTRUTURAS INDUSTRIAIS AGLOMERADAS	37
1.4 CRESCIMENTO EQUILIBRADO VERSUS DESEQUILIBRADO	42
1.5 COMPLEXOS INDUSTRIAS E CADEIA PRODUTIVA	48
2º CAPÍTULO O SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL: origem, evolução e estrutura	50
2.1 A EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	52
2.1.1 Estruturação do sistema financeiro brasileiro	54
2.1.2 A concentração bancária no Brasil	62
2.1.3 Privatização dos bancos estaduais, PROES e o PROER	66
2.1.4 Abertura ao capital estrangeiro	69
2.1.5 Sistema de pagamentos brasileiro: uma visão macro	71
2.2 SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO: aspectos regionais	73
3º CAPÍTULO SISTEMA FINANCEIRO REGIONAL E SEUS IMPACTOS NA AMAZÔNIA: uma aplicação da MCS	80
3.1 REVISÃO DE LITERATURA	80
3.2 MODELO ANALÍTICO: a Matriz de Contabilidade Social (MCS)	83
3.2.1 A Matriz de Insumo Produto – MIP	84
3.2.2 Definições da MCS	87
3.2.3 Estrutura da MCS	89
3.2.4 Álgebra e especificação dos multiplicadores da MCS	94
3.2.5 Fontes de dados	98
3.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA MCS	98
3.3.1 Matriz de propensões médias a gastar	99
3.3.2 Matriz de Efeitos-Globais (Mg) e sua decomposição	101
3.3.3 Análise dos efeitos multiplicadores setoriais	110
3.3.4 Efeitos de encadeamento para frente e para trás	113
CONCLUSÕES	118
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICES	131

INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento econômico subentende a idéia de progresso, acompanhado pela melhoria no padrão de vida da população em geral e por transformações estruturais na economia de um país ou região. A expressão “desenvolvimento econômico”, portanto, refere-se a um processo de transformação de uma estrutura econômica para um estado qualitativamente, e não só quantitativamente, superior.

A questão da abordagem do desenvolvimento econômico nas nações subdesenvolvidas ficou mais evidente a partir da concentração da renda e da riqueza, ampliada pelo processo de industrialização de alguns países, que acabou aprofundando as diferenças entre as nações “ricas” e “pobres”. Da mesma forma, mesmo no interior da nação industrializada, tornou-se mais evidente o desnível do desenvolvimento econômico entre suas regiões e classes sociais. Durante a fase de industrialização, ocorrem picos de expansão, quando aumenta o nível de renda e emprego, e em outros períodos reduz-se a produção e as empresas despedem trabalhadores. O ponto mais crítico ocorre a partir de 1930, com a Grande Depressão – fruto da queda da bolsa de Nova Iorque – quando a ação dos Governos nas economias desenvolvidas passou a ser mais enfática, através de investimentos diretos e ações de políticas regulatórias, visando conter o desemprego e as conseqüências da crise econômica mundial. Desde então, tornou-se essencial identificar as condições necessárias para a formação da riqueza nacional.

Assim como a Grande Depressão mostrou que as políticas regulatórias dos governos eram necessárias para amenizar as crises, a publicação de alguns diagnósticos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo banco Mundial, a partir da Segunda Guerra Mundial, provocou o “*grande despertar*” nos países subdesenvolvidos. (MIRDAY, 1968, p. 156).

Nesse contexto, os economistas perceberam, então, que a macroeconomia keynesiana era eficiente para explicar os fenômenos cíclicos da economia, mas não poderia explicar o desenvolvimento econômico, por ser este um processo de mudança estrutural de longo prazo. Desta forma, após a Segunda Guerra Mundial, economistas dos países pobres começaram a elaborar relatórios da realidade econômica de seus países, com o objetivo de captar recursos dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos, e a implementar planos de desenvolvimento, entre estes destaca-se os países da América Latina, inclusive o Brasil.

Uma das vertentes que contribui, nessa mesma época, para elaboração de planos desenvolvimentistas foi a escola de pensamento estruturalista da CEPAL, na América Latina. Os cepalinos criticaram a doutrina das vantagens comparativas de RICARDO (1817)¹, que dava fundamentação à dominação política e econômica dos países desenvolvidos e industrializados, prolongando o estado de subdesenvolvimento dos países “pobres”, e defendiam uma política de industrialização por substituição das importações, com o apoio do Estado, adotada com sucesso pelo Brasil, México e a Índia.

O debate sobre o desenvolvimento econômico, no Brasil, estende-se com os estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) e do Grupo Misto BNDES-CEPAL (1953/1955), que forneceram elementos para os planos nacionais subsequentes. Entre estes planos, destaca-se o Plano de Metas (1956/1961), implementado durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Este plano foi um dos mais importantes instrumentos pró-desenvolvimento já realizado no Brasil, visando sua industrialização. A partir de sua implementação passou a ocorrer um novo padrão de acumulação na economia brasileira, em que a dinâmica do desenvolvimento descolou definitivamente dos resultados propiciados pelo setor primário-exportador, e a capacidade produtiva se tornou autônoma, não mais dependendo dos impulsos da demanda preexistente para se dinamizar, e o Estado tornou-se o

¹ Sua obra original data de 1817.

principal condutor do modelo desenvolvimentista, inclusive exercendo também o papel de investidor. Teve-se, então, como resultado, a passagem do processo de substituição de importações da sua fase de “industrialização extensiva” para a fase de “industrialização intensiva”, em que predominou os chamados bens de produção “pesados” e os bens de consumo duráveis. (MELLO, 1984, p. 93).

No âmbito regional, com relação à Amazônia, a preocupação com o desenvolvimento começa antes do Plano de Metas, onde se destaca o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em 1953, que definiu políticas para atrair o capital privado para a exploração dos recursos naturais da região. Destaca-se ainda a “Operação Amazônia”, coordenada pelo Governo Federal em 1966, cujo objetivo principal era a ocupação da Amazônia. Ainda em 1966, cria-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que passou a ser a principal indutora de investimentos e empreendimentos na Amazônia, e o Banco da Amazônia também foi criado nessa mesma época como principal agente financeiro da região.

A política do Governo Federal para a região Amazônica, através do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), no período de 1967/1971, passou a concentrar esforços na integração da Amazônia à economia nacional, como fornecedora de matérias-primas às regiões mais desenvolvidas.

Já no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), no período de 1975/1979, todo o empenho do Governo Federal foi dirigido à promoção do desenvolvimento econômico, à estabilização dos preços (combate à inflação) e à redução das desigualdades inter-regionais. Neste mesmo período, a nível regional, destaca-se o Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), cuja orientação para o planejamento regional deu origem a um conjunto de objetivos, metas e ações governamentais que ratificaram as prioridades definidas pelas ações programadas do Governo Federal para a Região Amazônica. Os Planos subsequentes, o III PDA de 1980/1985 e o I PDA da Nova República de 1986/1989

– pós-período militar, não tiveram muitas mudanças significativas, permanecendo a exploração e exportação das riquezas naturais da Amazônia, incentivos à agropecuária e a consolidação do processo de ocupação da região.

Na década de 1980, esgota-se a dinâmica da antiga política de desenvolvimento regional. A crise fiscal e financeira do Estado, acompanhadas por um processo de inflação crônica, acaba por fazer com que a questão do desenvolvimento regional fosse deixada em segundo plano. Somente no final da década, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi dada mais relevância a esta questão, destacando-se a criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Dessa forma, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, criou os Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). Esses fundos contam com uma fonte permanente de recursos advindo de 3% da arrecadação total do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR). A distribuição dos recursos entre os três fundos é realizada da seguinte forma: 1,8% ao FNE; 0,6% ao FCO e 0,6% ao FNO. Tais recursos são repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ao Ministério da Integração Nacional, que os transfere aos bancos regionais, o Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (BASA), que administram e operacionalizam os recursos. No Centro-Oeste esta competência é dada ao Banco do Brasil. Como se vê, o desenvolvimento econômico da Amazônia está fortemente ligado aos instrumentos de políticas governamentais, como o crédito e incentivos fiscais.

É dentro deste contexto que se pretende realizar uma reflexão sobre o papel das instituições financeiras, mais especificamente dos bancos comerciais e múltiplos, no desenvolvimento econômico da Amazônia. Para isso, buscar-se-á investigar e analisar a dimensão econômica e o nível de integração dessas instituições com os demais setores da economia regional, em face da importância e necessidade fundamentais da disponibilidade de

recursos para financiar o desenvolvimento econômico. Pois, como se sabe, as instituições financeiras são entidades que se dedicam à captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros. Logo, os bancos comerciais e múltiplos, que se caracterizam por ter como atividade principal a intermediação do crédito, representam um papel importante no cenário econômico, financeiro e social do Brasil como prestadores de serviços, tanto a clientes oficiais quanto a privados, como agentes reguladores do mercado financeiro brasileiro, como intermediadores na movimentação de valores ou mesmo como demandantes de mão-de-obra, com centenas de funcionários.

Nesse sentido, verifica-se que até a década de 1960 no Brasil, os bancos constituíam-se em pequenas redes de agências, voltadas basicamente para os serviços de depósitos e descontos. Entretanto, com a intensificação do comércio bancário e a multiplicação de bancos e agências, fez-se necessário reestruturar o Sistema Financeiro Nacional, o que ocorreu através da Lei nº4.595, de 31 de dezembro de 1964. Esta Lei é, ainda hoje, a responsável pela regulamentação dos bancos e demais instituições financeiras. Cabe ainda destacar que essa ordenação foi baseada no modelo implantado nos Estados Unidos.²

Já no período de instabilidade econômica, nos anos 1980, observa-se um arrefecimento na elaboração de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico. Pois, devido à alta inflação e instabilidade econômica, havia limitações na construção de programas de planejamento econômico, haja vista as distorções de preços relativos nos momentos de aceleração inflacionária. Em contrapartida, os bancos apresentaram ganhos extraordinários com o processo inflacionário.

Em meados dos anos 90, a economia brasileira finalmente consegue superar o regime de instabilidade e passa a apresentar taxas de crescimento positivas, fruto do necessário ajuste interno da economia, através do Plano Real, implementado a partir de 1994. Entretanto, deve-

² O aspecto histórico da evolução do Sistema Financeiro Nacional será discutido no capítulo 2.

se considerar que muitos bancos não conseguiram ajustar suas receitas à nova realidade econômica, onde não havia mais a possibilidade de ganhos altíssimos com o processo inflacionário. Tais transformações geraram mudanças estruturais no cenário nacional e nas economias regionais, como o financiamento das atividades produtivas.

Com o Plano Real e a conseqüente queda das receitas geradas pela inflação, as atividades de prestação de serviços bancários começaram a ser fortemente tarifadas, ao mesmo tempo em que se iniciou um processo de descentralização dessas atividades para outros agentes econômicos com rede de distribuição ampla, que foi viabilizada pelo desenvolvimento tecnológico e pela maior credibilidade da população nos instrumentos de teleinformática disponíveis.

O fato é que o sistema bancário domina a intermediação financeira no Brasil e os grandes bancos brasileiros estão entre os maiores da América Latina. Citando exemplos, o tamanho do sistema bancário brasileiro, medido pela relação ativos e PIB, é comparável ao dos EUA e muito maior que o do México e o da Argentina. Mas, apesar disso, a grande questão é: em que sentido este sistema contribui para o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil? Mais especificamente: para o desenvolvimento econômico da Amazônia?

Para responder esta indagação é necessário considerar algumas especificidades, destacando-se que dentre as empresas financeiras, cujo funcionamento vincula-se ao controle e à regulamentação do poder público, destacam-se os bancos. Cabe ao Estado assegurar que as instituições que oferecem operações bancárias no mercado estejam aptas a honrá-las. Desta forma, cabe ao Estado verificar, por exemplo, a vulnerabilidade dos bancos, preocupando-se com seus impactos negativos em outros agentes econômicos. Corridas bancárias e prejuízos ao sistema de pagamentos podem e devem ser evitados pela tempestiva intervenção do Poder Público nos bancos frágeis. Como foram os casos dos programas implantados pelo Governo

Federal: Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), em 1995, voltado ao setor privado; e do Programa de Estímulo à Redução do Setor Público no Sistema Financeiro (PROES), em 1996, através do qual impôs, como condição para saneá-los, sua posterior extinção, privatização, ou transformação em agência de fomento.³ Os bancos estaduais de desenvolvimento colocaram-se, assim, no centro de um debate sobre a presença do Estado no setor financeiro. Celso Furtado, ao referir-se à criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), assinala que “as experiências da *Nacional Financeira*, no México, e da *Corporación de Fomento*, no Chile, demonstravam que um banco de desenvolvimento é o mais importante instrumento de política de industrialização em países subdesenvolvidos” (BNDES, 2002).

Vale ainda destacar, nesse contexto, que a crescente centralidade do circuito financeiro na dinâmica econômica (global, nacional e regional) e na articulação dos encadeamentos setoriais e empresariais, assim como o fato de que é elevada a concentração regional desse circuito no Brasil, sugerem a importância de uma análise dessa concentração para o desenvolvimento econômico regional. Na perspectiva de uma proposta de análise das instituições financeiras e seu impacto no desenvolvimento regional da Amazônia, o critério chave é o de polarização. Um centro urbano polarizador possui força econômica suficiente para estabelecer influência predominante sobre outros pontos, os centros polarizados.

O termo polarização é bastante empregado, muitas vezes de forma genérica, como característica de radicalização. Nesses termos, o conceito de polarização precisa ser definido: a polarização das instituições financeiras é o poder de dominação econômica no espaço, inicialmente concebido na forma de indústria motriz e empresa motriz, com tamanho suficiente para estabelecer encadeamentos de compras e vendas⁴. Devendo-se destacar que, com raras exceções, as instituições financeiras possuem suas matrizes na região Sudeste, ou

³ Discute-se com mais detalhes esta questão no capítulo 2.

⁴ LEMOS (2004, p. 5).

seja, as filiais, localizadas nas regiões menos desenvolvidas, estão subordinadas hierarquicamente à sua matriz, devendo seguir as diretrizes por ela definidas.

Desta forma, este trabalho pretende contribuir para o debate do tema: “Instituições financeiras e o desenvolvimento econômico na Amazônia”, ao propor uma análise centrada na Matriz de Contabilidade Social (MCS) para o ano de 1999, já em pleno vigor do Plano Real e com considerável estabilidade macroeconômica⁵. E tem por objeto de investigação as instituições financeiras da Amazônia.

O interesse por este tema vem desde a formação profissional na área bancária à especialização em finanças para bancos, como também se deve à importância da disponibilização de recursos financeiros e instituições bancárias no processo de financiamento do desenvolvimento econômico regional.

Quanto a problematização do tema, observou-se que, nos últimos anos, a economia brasileira vem apresentando, nas diferentes regiões, significativas transformações na estrutura produtiva e na distribuição espacial da produção, provocadas, sobretudo, pelo avanço de tecnologias modernas, baseadas na microeletrônica, e pela maior abertura externa na economia.

A partir de 1994, a economia brasileira passou por uma transformação histórica com a implantação do Plano Real e o conseqüente controle da inflação. Esta transformação repercutiu diretamente no sistema bancário brasileiro, quando os bancos perderam sua maior fonte de receita advinda do *float* das intermediações financeiras (período entre uma cobrança e a efetiva disponibilidade dos fundos, ou entre um pagamento e a livre disposição dos fundos correspondentes). Desde então, o sistema financeiro vem se adequando a um cenário de

⁵ Em 1999 houve a crise cambial que levou a adaptação da política monetária até então adotada após a implantação do Plano Real em 1994. O governo passou a adotar a política de metas de inflação, substituindo a âncora cambial. As taxas de juros, em vez do câmbio, passaram a funcionar como o mecanismo de estabilização dos preços.

estabilização econômica interno: com as privatizações de bancos públicos, a abertura de bancos estrangeiros e o saneamento de bancos com problemas de solvência.

Como já mencionado, o sistema bancário brasileiro é bem grande quando comparado pela relação entre ativos e PIB. Entretanto, possui um volume de crédito que não é compatível com o volume de ativos – menos de 30% do PIB, sendo menor que os registrados em países desenvolvidos e até mesmo em países subdesenvolvidos.

Os bancos preferem ativos de maior liquidez, como os títulos públicos, que também proporcionam alto rendimento e baixo risco. O crédito, disponibilizado às empresas e pessoas físicas, é caro e de prazos curtos e médios. As taxas de juros cobradas pelos bancos e os *spreads* bancários (a diferença entre as taxas de empréstimo e de captação) são uma das maiores do mundo.

As instituições financeiras justificam-se atribuindo o fato à alta carga tributária sobre as operações financeiras, aos elevados depósitos compulsórios fixados pelo Banco Central e à dificuldade de recuperação de crédito no Brasil. Sem sombra de dúvida estes fatores são relevantes para explicar o nível de crédito e as taxas praticadas no mercado interno. Mas deve-se destacar, também, a elevada concentração financeira no país, que merece maior atenção.

A utilização da MCS justifica-se, portanto, para orientar a formulação de políticas nacionais, visando à redução de disparidades regionais, como à elaboração de políticas no plano regional. Logo, pretende-se dar um passo nessa direção, enfatizando-se as instituições financeiras e seus indicadores de impactos sobre os demais setores da economia da Amazônia.

Assim, em virtude das diferenças nas estruturas produtivas, as regiões sofrem efeitos diversos causados por políticas macroeconômicas ou por outros fatores externos. Diante do exposto, pergunta-se: Quais os impactos da polarização das atividades financeiras sobre o financiamento do desenvolvimento econômico da Amazônia? Delineou-se como hipótese

básica que a polarização das atividades financeiras no Brasil dificulta o desenvolvimento econômico da Amazônia, considerando que as desigualdades regionais afetam também a disponibilidade de crédito para investimento.

Em função disso, apresenta-se como objetivo geral deste estudo investigar e analisar o efeito da polarização e o nível de integração das instituições financeiras com os demais setores da economia da Amazônia, identificando o poder de conexão dos bancos, via suas ligações intersetoriais para trás e para frente e seus multiplicadores da renda, do produto e do emprego.

Como objetivos específicos, delineou-se: a) desenvolver um marco teórico que possa servir de suporte à hipótese formulada; b) avaliar a dinâmica econômica do sistema financeiro nacional e dimensionar o setor bancário a nível regional; c) analisar os efeitos de encadeamento e os efeitos multiplicadores da renda, do produto e do emprego gerados pelas instituições financeiras através dos indicadores econômicos construídos com base na matriz de contabilidade social da Região Norte para o ano de 1999.

Quanto à metodologia adotada, esta dissertação se propõe a investigar o financiamento do desenvolvimento econômico da Amazônia, considerando a influência das instituições financeiras neste processo, em especial o sistema bancário brasileiro e a polarização das atividades financeiras. Através da avaliação da participação relativa dos depósitos, créditos e distribuição dos bancos nas diferentes regiões do Brasil, para os anos de 1999 a 2004, busca-se verificar como esta ação se reflete no processo produtivo da Amazônia. Para isso, utilizou-se a MCS da Amazônia do ano de 1999.

A abordagem adotada busca combinar o método dedutivo, a partir do referencial teórico, com o método indutivo, com base nos dados da MCS da Amazônia, para se testar a hipótese dos impactos econômicos das instituições financeiras sobre as outras atividades existentes ao longo de sua cadeia produtiva setorial. Adotou-se, ainda, os métodos

observacional, estatístico e comparativo, utilizando-se a participação relativa dos depósitos, créditos e distribuição dos bancos nas diferentes regiões do Brasil, para os anos de 1999 a 2004, e a MCS da Amazônia do ano de 1999.

A natureza da pesquisa é aplicada, buscando-se explicações práticas da influência da intermediação financeira para o financiamento do desenvolvimento econômico da Amazônia. Trata-se também de uma pesquisa teórica e quantitativa, pois requer pesquisas bibliográficas e o uso de ferramentas e técnicas estatísticas. Assim, foram as escolhas metodológicas adotadas ao longo da construção do referencial teórico que determinaram a estrutura dos capítulos subsequentes.

Desta forma, esta dissertação está organizada em três capítulos, além desta introdução, acrescentados das conclusões. No primeiro capítulo, realizou-se a construção do marco teórico abordando o financiamento do desenvolvimento econômico, dentro de uma abordagem pós-keynesiana.

No segundo capítulo, apresenta-se o Sistema Financeiro Nacional, através de sua evolução a partir de sua regulamentação pela Lei N° 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Esta Lei é a responsável ainda hoje pela regulamentação dos bancos e demais instituições financeiras. Mostram-se ainda as principais medidas que influenciaram o estágio atual do sistema bancário brasileiro e sua estrutura em vigor atualmente, analisando-se também o nível de distribuição dos recursos financeiros (depósitos e créditos) e a distribuição bancária no Brasil, no período de 1999 a 2004.

No terceiro capítulo, destacam-se os aspectos conceituais do modelo de Leontief (1983) de insumo-produto (MIP) e apresenta-se a metodologia de construção da MCS e sua modelagem algébrica, utilizada como modelo analítico para alcançar os resultados. São também apresentadas as análises dos resultados a partir da MCS da Amazônia para o ano de 1999. E, por fim, apresentam-se os comentários finais.

Finalmente, é importante ressaltar as limitações que a presente dissertação possa apresentar, por se tratar de uma análise de natureza estática-comparativa a partir da MCS da Amazônia, destacando-se as instituições financeiras e seu potencial de agregação às demais cadeias produtivas da região. Entretanto, acredita-se que, pelos resultados encontrados, é possível dar alguma contribuição à comunidade acadêmica regional e aos formuladores de políticas de desenvolvimento regional. Apesar do desenvolvimento econômico possuir caráter dinâmico, a análise dos indicadores econômicos da MCS ajuda a entender como um determinado setor contribui para o crescimento econômico da região estudada, embora a delimitação seja apenas uma fotografia. É evidente que os setores econômicos, as relações de compra e venda e o ambiente em que se inserem as cadeias mudam no tempo.

1º CAPÍTULO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

Uma abordagem pós-keynesiana

A questão do desenvolvimento regional abrange uma ampla discussão teórica, pois se está vivenciando nesse início de século mudanças institucionais e no papel do Estado, que inclui a descentralização de atividades e funções. O aspecto novo que se vislumbra nos cenários em que se definiu o modelo de desenvolvimento regional é o fato de que este começa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais, substituindo o planejamento centralizado.

É importante destacar que no âmbito das políticas públicas está se verificando a tendência de substituir a política regional, precariamente posta em prática pelo Governo Federal, por uma política local posta em execução pelos Governos Estaduais. Embora tenha um conteúdo positivo devido à descentralização, esta nova tendência vem se demonstrando incoerente por dar ênfase à prática de renúncia fiscal. Esta tem gerado uma verdadeira “guerra fiscal” entre os estados. É importante ressaltar que a relevância do papel do Estado está em ficar atento ao desequilíbrio estrutural entre as regiões, promovendo mecanismos fundamentais ao desenvolvimento, tais como infra-estrutura, coordenar as políticas fiscal-financeiras objetivando evitar a quebra dos princípios federalistas e a transferência de externalidades negativas entre as unidades federativas.

Algumas escolas do pensamento econômico não acreditavam que em economia regional as desigualdades tenderiam a ser eliminadas. Argumentavam que se as forças de mercado agissem livremente não haveria uma igualdade dos níveis de renda, ao contrário, haveria sim uma acentuação das desigualdades.

Myrdal (1968, p.27) defende que: “*A teoria do comércio internacional e, na verdade, a teoria econômica, em geral, jamais foram elaboradas para servir ao propósito de explicar a realidade do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico*”. Este autor foi um dos primeiros teóricos a perceber que quando há uma força que tira a economia do equilíbrio nada

garante que ela volte ao equilíbrio, ao contrário, o processo pode se dar no sentido de acentuar o desequilíbrio ao invés de reduzi-lo.

Fazendo-se uma referência a este “círculo vicioso”: *“Nesse caso, quando houvesse uma situação de desequilíbrio inicial dada, as forças de mercado iriam agir no sentido de reforçá-la e, portanto, teríamos trajetórias divergentes de crescimento. Por exemplo, se temos duas regiões: a região A é mais desenvolvida que a região B. Se não houver barreiras ao fluxo de capital e mão-de-obra o que tenderá a acontecer? Primeiramente, vamos analisar o que ocorrerá com a mão-de-obra. Os trabalhadores que tenderão a abandonar a região B, a procura de melhores empregos e salários na região A, serão trabalhadores mais habilitados, pois eles sabem que conseguirão emprego mais facilmente na região A. Isso fará a região B ficar com a mão-de-obra menos qualificada, o que tenderá a reduzir sua produtividade e ampliar as desigualdades entre as duas regiões”*. (AMADO, 2005, p.3).

A teoria dos ciclos econômicos foi explicada por Schumpeter que considerou quatro fases do crescimento: a) ascensão, ou *boom*, quando o produto cresce acima da linha de tendência de longo prazo; b) recessão, tem início logo após a fase de pico da economia, ocorrendo o declínio do nível de atividade; c) depressão, quando o nível de produto cai abaixo da linha de tendência; d) recuperação, quando a economia consegue avançar para uma nova fase de ascensão. (SOUZA, 1999).

Outras teorias foram desenvolvidas visando mostrar essa tendência à ampliação das desigualdades regionais pelos mecanismos de mercado. Destaca-se aqui a teoria da dependência⁶. Dentre os autores mais importantes desta vertente destacam-se os neo-marxistas como Baran (1957) e Frank (1967)⁷, e, entre os brasileiros, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, na década de 1960, que trabalham com o conceito teórico de “padrão

⁶ Este conceito foi desenvolvido, principalmente na América Latina, para explicar o subdesenvolvimento. A tese central afirma que os países dependentes são espoliados pelos países dominantes. (SANDRONI, 2004, p.597).

⁷ Para melhor entendimento dessa Teoria da Dependência ver DOW (1987).

de acumulação de capital” permitindo observar o desenvolvimento capitalista em sua especificidade dependente da economia mundial.⁸

Acrescentando-se a esses fatores os efeitos que o sistema financeiro pode ter a nível regional, percebe-se que a tendência à desigualdade se aprofunda. Em estudo recente, Amado (2005, p. 4) destaca que para o investimento ocorrer é necessário que os seus rendimentos esperados, descontados seus custos, pelo menos se igualem à taxa de juros real. Portanto, quanto mais elevada a taxa de juros, menor é o nível de investimento. Por outro lado, para que o investimento ocorra é necessário que ele encontre financiamento. Portanto, os bancos têm um papel importantíssimo na determinação do nível da taxa de crescimento da economia.

Em relação ao capital, Myrdal (1968, p.54) observa que os custos de cada empresa de produzir aonde já existem outras empresas é menor, portanto, o retorno sobre o capital acumulado é maior na região mais desenvolvida. Assim, o capital tende a priorizar as regiões mais desenvolvidas, aumentando as desigualdades regionais. Nestes locais em expansão, haverá um aumento natural da poupança em decorrência do aumento da renda. Entretanto, nas regiões consideradas subdesenvolvidas, o volume da capital para investimento e poupança será declinante. Neste sentido, as instituições financeiras podem afetar o nível de crédito nas regiões, acentuando ainda mais o atraso nas regiões subdesenvolvidas.

Estudos em muitos países revelam como o sistema bancário, quando não controlado para operar de maneira diferente, tende a transformar-se em instrumento que drena as poupanças das regiões mais pobres para as mais ricas e mais progressivas, onde a remuneração do capital é alta e segura. (MYRDAL, 1968, p. 54).

Para realizar sua função e ao mesmo tempo impulsionar o desenvolvimento econômico, os investidores necessitam, basicamente, de um pacote de inovações tecnológicas e de linhas de crédito de curto e longo prazo, para que possam transformar capital em meios de produção, adotar novos métodos e gerar novos produtos.

⁸ SANTOS (2000); MARINI (2000).

Schumpeter (1982, p.71) atribui um papel preponderante ao crédito, ao ressaltar que ninguém, além do empreendedor, necessita de crédito, ou seja, o empresário precisa do crédito para torna-se empreendedor. Este autor também entende que o dinheiro (moeda) exerce um papel ativo no sentido de estimular a economia, pois influencia as variáveis reais, como gastos com matérias primas, equipamentos e trabalhadores produtivos.⁹ Nesse sentido, os investimentos globais passam a ser estimulados pelo crédito bancário, o que dinamiza o crescimento econômico. Não havendo projetos rentáveis, os recursos continuam no sistema bancário. À medida que se financia o processo produtivo, criam-se depósitos adicionais pelo multiplicador bancário, possibilitando a realização de novos financiamentos.

Estudando a relação schumpeteriana entre crédito e desenvolvimento, envolvendo 80 países, entre 1960 e 1989, King e Levine (1993) constataram que várias medidas do nível do financiamento ao desenvolvimento estão fortemente associadas com a taxa de crescimento do capital fixo, a elevação da eficiência produtiva e do produto interno bruto per capita. Com isso, King e Levine (1993) concluíram que Schumpeter estava certo ao ressaltar a importância do crédito no processo de desenvolvimento.

Entretanto, o que se percebe é que os bancos, quando atuam pela livre força de mercado, não direcionam recursos para investimento às regiões pobres, por considerá-las instáveis. Para reverter esse processo é preciso que haja uma força exógena, como a atuação do Estado, no sentido de propiciar elementos que atraiam o capital para financiamento do desenvolvimento econômico dessas regiões periféricas.

Numa abordagem neoclássica do desenvolvimento, Wade (1990) afirma que a eficiência da alocação dos recursos é mais importante do que a formação de capital no processo de desenvolvimento. Este teórico destaca que em regiões mais pobres, quando comparadas com regiões mais industrializadas, é escassa a presença de empresas com

⁹ SCHUMPETER (1982).

produção em larga escala, o que pressupõe maiores riscos financeiros para as empresas padrão que poderiam desencadear um processo de crescimento econômico.

Entretanto, na abordagem neoclássica o problema do financiamento do desenvolvimento é tratado pela teoria da intermediação financeira. Neste caso, o mercado é composto por dois agentes: poupadores, que são ofertantes de recursos, e investidores, que são os demandantes de “capital”. Os agentes buscam sempre maximizar seus resultados e realizam no mercado de capitais e instituições financeiras a intermediação da poupança.

Na abordagem convencional, a intermediação financeira dos bancos se limita a transferir recursos das unidades superavitárias para unidades deficitárias, sendo os bancos um intermediário passivo. Esta concepção foi originalmente desenvolvida por Gurley & Shaw (1955). Estes autores desenvolveram a “Teoria da Intermediação Financeira” e abriram espaços para que considerações ligadas ao gerenciamento de riscos e economias de escalas fossem utilizadas para justificar a existência de intermediários financeiros, permitindo que o grau de desenvolvimento financeiro passasse a ser utilizado como um componente do desenvolvimento econômico.

Esta teoria foi contestada pelo chamado “Teorema de Modigliani-Miller”¹⁰, que defende a irrelevância da função financeira. A neutralidade das variáveis financeiras é considerada na corrente central do pensamento econômico, onde a renda real é dependente apenas de fatores reais. Nesse sentido, a moeda é considerada apenas como facilitadora nas trocas e ajusta o nível geral dos preços e os bancos são também considerados neutros, pois apenas alocam poupanças disponíveis entre projetos.

Tobin (1987) argumenta que a abordagem convencional da firma bancária pode ser dividida em duas: primeiramente, a “visão velha”, que trata os bancos comerciais como uma

¹⁰ A idéia de que o padrão de financiamento das empresas não afeta de forma alguma o nível de investimento e a taxa de crescimento econômico tem em Modigliani e Miller seus principais defensores. Segundo o teorema da irrelevância, todo projeto viável do ponto de vista econômico seria também viável do ponto de vista financeiro [Modigliani e Miller (1958)].

única entidade monopolista, uma vez que todos pagamentos e recebimentos são feitos através deste banco e todo empréstimo concedido retorna integralmente ao mesmo sob a forma de depósito; a segunda, a “visão nova”, em que os bancos comerciais funcionam como uma firma gerenciadora de portfólio¹¹, neutra ao risco e que desenvolvem um comportamento tipicamente otimizador. Nestes termos, a principal crítica de Tobin (1987) à “visão velha” da firma bancária é que, segundo ele, esta se aplicaria somente a uma economia com um banco monopolista. Em uma economia com um sistema financeiro composto por vários tipos de intermediários financeiros, concorrentes entre si, crises de liquidez podem ocorrer, já que a moeda emprestada por um banco individual não retorna integralmente ao mesmo. Diante desta possibilidade, os bancos incorporam preocupações a respeito da composição do seu portfólio, procurando minimizar custos associados ao risco de liquidez e garantia da rentabilidade máxima.¹²

A escola pós-keynesiana manteve sua fidelidade aos conceitos fundamentais propostos por Keynes, após a publicação de *A Treatise on Money* (KEYNES, 1930) e de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (KEYNES, 1936). Conforme assinala Crotty (1980, p20), a escola pós-keynesiana deve ser entendida, antes de qualquer coisa, como um método de análise econômica que se contrapõe àquele adotado pelos economistas ortodoxos. Consistente com as proposições originais de Keynes (1930; 1936), esta abordagem apóia-se nos conceitos de incerteza fundamental e instabilidade financeira. Na prática, a análise pós-keynesiana é mais qualitativa, embora alguns trabalhos apresentem modelos formais. Além disso, esta escola busca reconhecer que as preferências têm uma origem mais social e, desse modo, não podem ser modeladas apenas quantitativamente.

Segundo Studart (1999, p.156), uma alternativa pós-keynesiana para a questão do financiamento do investimento deve se utilizar da crítica de Keynes à visão neoclássica e

¹¹ Conjunto de ativos financeiros (títulos, ações, etc.) pertencentes a uma empresa.

¹² (TOBIN, 1987, p. 272).

apresentar uma visão alternativa com base no processo financiamento-investimento-poupança-*funding*¹³. Assim como, deve considerar que tal circuito tem por parâmetro institucional um modelo particular do sistema financeiro (no qual o sistema bancário é desenvolvido e existem mercados organizados de ativos financeiros).¹⁴

Para melhor entendimento do papel dos bancos, ainda numa análise pós-keynesiana, Chick (1994, p.9) expõe suas considerações sobre o desenvolvimento bancário, analisando sua evolução histórica a partir da teoria dos estágios. Nesta análise, não há a identificação de datas específicas, mas a visão qualitativa de um processo evolutivo que demonstra o sistema bancário se adaptando gradativamente às exigências e necessidades da sociedade. Esta autora descreve os diferentes estágios e ressalta que a passagem de um para o outro ocorreu de forma gradual e contínua, não havendo ruptura drástica.

No primeiro momento, ou estágio I, os bancos eram dependentes dos depósitos dos clientes para conceder empréstimos, a partir do aumento da confiança das pessoas nos bancos e da oferta de moeda o nível de depósito crescia; no estágio II, os depósitos passam a ser considerados meio de pagamento, esse processo é importante não só por reduzir a perda do volume de depósito nos bancos, mas principalmente por que passam a representar a renda disponível para consumo e investimento; no estágio III, há a possibilidade de empréstimo entre bancos (empréstimos interbancários), abrindo a possibilidade de os bancos estenderem créditos para além do mecanismo do multiplicador monetário; no estágio IV, a autoridade monetária assume o papel de prestador de última instância, garantindo a estabilidade do sistema bancário, assim os empréstimos se expandem para além das reservas do sistema e esta extensão de crédito passa a depender das expectativas dos bancos, influenciando o preço do crédito e a quantidade ofertada; por fim, o V estágio do desenvolvimento bancário caracteriza-se pela administração de passivos que desenvolve-se como parte do aumento da

¹³ Termo do mercado financeiro que significa a substituição de uma dívida de curto prazo por uma dívida de longo prazo.

¹⁴ Para melhor compreensão desta concepção, ver STUDART (1999).

concorrência entre instituições financeiras. Neste momento o crédito passa a ser limitado apenas pela preferência de liquidez dos bancos. (CHICK, 1994, p. 10).

A evolução histórica das instituições financeiras e a teoria dos investimentos são articuladas por Keynes (1982), para desenvolver a sua Teoria do Financiamento do Investimento, e, portanto, do desenvolvimento econômico, destaca o papel ativo que o sistema financeiro passa a assumir nas economias de mercado. Esta teoria estabelece que a taxa efetiva do investimento corrente tende a aumentar até o ponto em que não haja mais nenhuma classe de bem de capital cuja eficiência marginal exceda a taxa de juro corrente. É neste ponto que Keynes (1982) introduz a sua teoria da preferência pela liquidez na qual a taxa de juros passa a ser vista como uma variável monetária determinada pela oferta e demanda por moeda. (KEYNES, 1982, p.116).

Nesta concepção, os bancos discriminam as regiões periféricas devido a facilidade de captação de depósitos nas regiões centrais. Como consequência ocorre a concentração industrial e financeira, dada a maior facilidade de financiamento nos grandes centros.

1.1 PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ, TAXA DE JUROS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na Teoria pós-keynesiana a moeda é considerada como parte integral do processo econômico e os bancos, como qualquer firma bancária, têm preferência pela liquidez considerando suas expectativas sobre um futuro incerto e de acordo com seu portfólio, conciliando lucratividade com preferência pela liquidez. Desta conciliação depende a criação do crédito e dos depósitos bancários, logo, a oferta de moeda. Os bancos são considerados agentes ativos à medida que influenciam as preferências dos depositantes através do gerenciamento de seu passivo e da incorporação de inovações financeiras. Desta forma, seu comportamento tem influência decisiva sobre as condições de financiamento da economia e

sobre o nível de gastos dos agentes, afetando variáveis reais da economia, como o produto e emprego. (DE PAULA, 1999, p. 173).

Embora determinadas forças de mercado influenciem a taxa de investimento, numa economia de mercado, o investimento, que se refere à forma de aplicação da poupança, depende basicamente do preço presente dos ativos e da expectativa desses preços no futuro. Não há, portanto, uma relação direta entre esses dois tipos de investimentos a não ser a taxa de juros. Na visão neoclássica, a idéia de que no mercado, poupança e investimento determinam a taxa de juros real baseia-se na falsa premissa de que a moeda é neutra, e que toda poupança seria automaticamente destinada a financiar os investimentos produtivos. Na verdade, a taxa de juros não pode ser determinada pela oferta (poupança) e demanda (investimento), já que a poupança é a parte da renda não consumida. Para os pós keynesianos, dada a taxa de juros de referência, fixada pelo banco central, a taxa de mercado é determinada pela preferência por liquidez dos bancos. À medida que estes aumentam a oferta de moeda (crédito), em resposta ao aumento da demanda, tendem a exigir taxas de juros mais elevadas como compensação por assumir posições menos líquidas.

Os neoclássicos não atentaram para o fato de que a taxa de juros não poderia ser um rendimento da poupança ou da espera do consumo no futuro. Considerando que se um indivíduo acumula poupança sob a forma de moeda (que é um ativo líquido, meio de pagamento e reserva de valor), ele não recebe juros, embora esteja poupando. Pois, numa economia onde é possível a poupança na forma de dinheiro, que não rende juros, esta taxa passa a ser um prêmio pela renúncia à liquidez e por preferir ativos financeiros não monetários por um determinado período. Ou seja, nas economias de mercado, possuidoras de um sistema financeiro desenvolvido, as políticas monetárias do banco central e do sistema bancário são determinantes da oferta de moeda, e a preferência pela liquidez determina a demanda por moeda e, portanto, a taxa de juros monetária. (CARVALHO, 2005, p. 51).

A análise pós-keynesiana também se diferencia das demais por considerar tanto o lado da oferta quanto da demanda no mercado de crédito regional.¹⁵ Nesta concepção, a oferta e a demanda de crédito são interdependentes e influenciadas pela preferência pela liquidez, vinculada às expectativas que os agentes formam em um ambiente de incerteza¹⁶. Do ponto de vista dos bancos, a preferência pela liquidez afetará negativamente a sua disposição em emprestar na região, caso haja expectativas pessimistas ou não confiáveis sobre a mesma. No lado da demanda por crédito, a preferência pela liquidez do público afetará as definições de portfólio dos bancos. Desta forma, quanto maior a preferência pela liquidez, maior as posições em ativos líquidos dos agentes e menor a demanda por crédito.

Esta teoria sugere ainda que, em regiões periféricas, a preferência pela liquidez seria maior, devido à incerteza, e que em regiões com poucas agências bancárias a informação sobre a localidade é mais remota e menos confiável, afetando as decisões dos bancos de conceder crédito. Desta forma, regiões com alta preferência pela liquidez e baixo acesso bancário apresentam problemas de crédito, o que dificulta seu desenvolvimento.

Embora as raízes de diferenças de renda regionais podem ser encontradas em fatores estruturais, variáveis monetárias podem ser responsáveis pela manutenção e ampliação das diferenças de renda regional quando se adota uma abordagem em que as moedas e os bancos não são neutros para o desenvolvimento regional. Trabalhos com esta abordagem pós-keynesiana são recentes na literatura econômica. (AMADO, 2005, p.4).

Como já comentado, a teoria monetária pós-keynesiana considera a moeda como parte integrante do processo econômico. Nesta análise, a moeda não é exógena e entra no sistema através do crédito gerado pelos bancos e induzido pela sua demanda, onde destacamos a

¹⁵ Roberts e Fishkind (1979), Moore e Hill (1982) tentaram identificar fatores que poderiam levar ao racionamento de crédito em mercados regionais.

¹⁶ Incerteza neste caso é diferente de risco e pode ser identificada por sua característica de ser não-mensurável, diferentemente do conceito de risco que pode ser medido em termos quantitativos. Para um aprofundamento sobre a utilização deste conceito na economia keynesiana ver Davidson (1982).

demanda por moeda pelo motivo *finance*¹⁷, por ser o ponto de partida para a geração de renda. Assim, o crédito permite determinar o investimento e não os níveis gerais de preços, tornando a moeda parte integrante do processo econômico e não neutra. (BAER, 1993, p. 25).

Como já colocado, em economias monetárias prevalece o circuito *Finance-Investimento-Poupança-Funding*. O investimento antecede a poupança que, por seu turno, resulta do crescimento econômico.

1.2 TIPOS DE FINANCIAMENTOS: *finance* e *funding*

Sabendo-se o financiamento como peça importante para o desenvolvimento econômico e que as decisões de investimentos são também condicionadas pela disponibilidade de financiamento, tem-se que, na visão pós-keynesiana, há dois tipos de financiamento: *finance* e *funding*.

São os bancos comerciais os agentes que, tipicamente, fornecem o *finance*, o financiamento de curto prazo. Este deve ser convertido em financiamento de longo prazo, com a obtenção de *funding*. Mas para que isto aconteça é necessário que os agentes bancários estejam dispostos a reter ativos de longo prazo em seus *portfólios*. A preferência pela liquidez reflete, dessa forma, o diferencial da taxa de juros requerida pelos bancos por trocarem posições de curto prazo por ativos de prazos mais longos. Assim, segundo a teoria da preferência pela liquidez, a relação normal esperada é de taxas longas superiores às curtas.

O financiamento do investimento elaborado por Keynes (1992, p. 322), apresenta duas etapas. Primeiramente, o investimento planejado, quando a poupança ainda não foi criada, via multiplicador, esse investimento corresponde ao crédito de curto prazo, denominado por Keynes (1992) de *finance motive*. Em seguida, o investimento propriamente dito, ao qual corresponde uma poupança agregada que surge via multiplicador dos gastos.

¹⁷ Por *finance* se entende o adiantamento, pelo sistema bancário, de crédito de curto prazo ao investidor para que este possa dispor de suficientes recursos monetários para pôr em funcionamento seu projeto. (BAER, 1993)

Na verdade, na medida em que o investimento realizado vai gerando receitas líquidas positivas, esse crédito concedido de curto prazo ao empresário pode ser amortizado e os bancos podem reaplicá-lo no financiamento de novos projetos de investimentos. O *finance* é concedido como um fundo rotativo de recursos monetários, criado pelo sistema bancário, cuja fonte nada tem a ver com a poupança. (CARVALHO, 2005, p. 54).

Entretanto, se os fluxos das receitas líquidas das empresas no curto prazo forem insuficientes para amortizar todo o crédito de financiamento adiantado pelo sistema bancário, surge a necessidade do financiamento de longo prazo.

O crédito associado ao *finance* é usado para estimular a atividade na indústria de bens de investimento, gerando, neste processo, uma renda através do multiplicador keynesiano. Parte desta renda retorna ao sistema financeiro visto que não é usada totalmente para o consumo, constituindo-se em poupança. Ao final desse processo, a poupança, resultante da despesa de investimento, é usada para transformar a dívida de curto prazo dos investidores junto ao sistema bancário em passivos de longo prazo. O *funding* corresponde a esse processo de consolidar a dívida de curto prazo, isto é, transformá-la numa relação de longo prazo, através da emissão de ações e de títulos.¹⁸

Nesse contexto, a sustentação do crescimento econômico no longo prazo, do ponto de vista financeiro, depende, fundamentalmente, da oferta de crédito de longo prazo. Em outras palavras, não basta ter *finance*, é preciso ter também *funding*, isto é, a relação entre financiamento e investimento envolve não só o volume de financiamento, mas também a forma de financiamento.

Resumidamente, na economia monetária pós-keynesiana, a taxa de juros não é a retribuição “pela espera para consumir” e, sim, pela renúncia à liquidez. O juro é determinado

¹⁸ É importante destacar a relevância dos mercados secundários, visto que estes garantem a liquidez para títulos de longo prazo. É a possibilidade de se desfazer desses títulos no curto prazo, por meio de suas vendas no mercado secundário, que os tornam atrativos para os poupadores. Este seria o lado positivo desses mercados. O lado negativo corresponde à sua natureza especulativa, que pode provocar uma redução dos preços dos títulos, dado um aumento da preferência pela liquidez. (MINSKY, 1986).

pela preferência pela liquidez e pela oferta de moeda, e esta pela política monetária e pelas estratégias dos bancos. O conceito de preferência pela liquidez está associado ao conceito de incerteza, e o investimento, por sua vez, está ligado ao grau de incerteza e às expectativas a ele associadas, que dependem, fundamentalmente, das condições de *finance* e de *funding* do sistema.

Desta forma, é possível entender por que a grande maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, exceto EUA e Inglaterra, possui mecanismos de *funding* distintos; e que o desenvolvimento da institucionalidade do sistema financeiro não depende das forças de mercado, mas sim da busca de adaptação das estruturas financeiras às condições históricas do seu desenvolvimento. No caso do sistema financeiro brasileiro, os bancos públicos de desenvolvimento tiveram e ainda têm um importante papel no financiamento do processo de desenvolvimento.

1.3 FINANCIAMENTO DE ESTRUTURAS INDUSTRIAIS AGLOMERADAS

A partir da década de 1950, diversos autores dedicaram-se a tentar compreender o fenômeno do crescimento regional utilizando conceitos de alguma forma relacionados à questão da aglomeração.¹⁹ Há de se considerar também o papel relevante desempenhado pela aglomeração de “pólos de crescimento” de Perroux (1977), na “causação circular e cumulativa” de Myrdal (1968) e nos “efeitos para trás e para frente” de Hirschman (1958). Estes autores foram influenciados por Keynes e por Schumpeter, apesar de as razões para a concentração espacial de uma atividade econômica já estarem explícitas no clássico de Alfred Marshall (1890), *Principles of Economics*, onde ressalta que um centro industrial permite a criação de um grande mercado para trabalhos especializados (*market pooling*). (ALEXANDRE et al, 2005, p. 2).

¹⁹ HIRSCHMAN (1958); MYRDAL (1968).

Conforme ressalta Cavalcante (2004, p. 65), embora os fatores de aglomeração de inspiração marshalliana desempenhem papel importante na elaboração do conceito de pólo de crescimento proposto por Perroux (1977), é a influência schumpeteriana que se sobressai. A partir das proposições apresentadas por Schumpeter (1911) a respeito do papel desempenhado pelas inovações na dinâmica capitalista²⁰, muitos países chegaram a implementar ou discutir estratégias de desenvolvimento regional baseadas nos pólos de crescimento de Perroux (1955) até o início da década de 1970. Entre esses países destacam-se: Estados Unidos, França, Itália, Rússia (então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), e o Brasil.

Já Myrdal (1968), considera os efeitos de causação circular e cumulativa como explicativos não apenas da heterogeneidade observada no desenvolvimento de países, mas também das desigualdades regionais dentro de um país. É com base nesta constatação que este teórico defende a intervenção do Estado para compensar as forças de mercado, que, de outra forma tenderiam a aumentar os níveis de desigualdade regional.

No caso brasileiro, a discussão regional sempre ressaltou as disparidades associadas às assimetrias das variáveis reais do produto, da renda e do emprego, quando se compara o desempenho das regiões periféricas (Amazônia e Nordeste) com o centro econômico na Região Sudeste. A interferência das variáveis monetárias e financeiras, na discussão regional, poucas vezes foi devidamente considerada. (CARVALHO, 2005).

Amado (1999) admite a escassez de análises financeiras no âmbito da economia regional, devendo-se em parte à adoção de um referencial teórico inadequado para abordar a dinâmica financeira e seus impactos sobre o processo produtivo regional. Neste sentido, são relativamente escassos os estudos no Brasil que tratam da questão regional.²¹ Deve-se destacar

²⁰ É importante ressaltar que Perroux (1955, p.151) estende sua análise aos “poderes públicos e suas iniciativas... bem como a pequenas inovações”, e não apenas aos empresários privados, como Schumpeter. Esta observação é válida pela ênfase dada por Perroux ao papel do governo e das inovações incrementais no desenvolvimento econômico.

²¹ AMADO (1999); CARVALHO (2006 b).

os artigos de Dow (1987) e Chick & Dow (1988) que vieram motivar o debate teórico em torno da importância da moeda e do sistema bancário para o desenvolvimento regional.

A permanente preocupação brasileira com a inflação, apesar da estabilidade macroeconômica a partir da implantação do Plano real em 1994, faz com que as instituições financeiras limitem sua concessão de financiamentos preferencialmente aos prazos mais curtos. É praticamente impossível conseguir internamente quem esteja disposto a aplicar recursos a prazos mais longos e, portanto, dar crédito para as operações de longo prazo. Assim, para financiamentos com tais características, as fontes são, por consequência, as entidades e instituições financeiras governamentais. Dentre elas, destaca-se no Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que se sobressai como o grande financiador das empresas no longo prazo; o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que tem como objetivo financiar os setores produtivos privados na Região Nordeste, via FNE; e o Banco da Amazônia (BASA) que tem como objetivo atender, necessariamente, aos empreendimentos que se voltem para o desenvolvimento sustentável da Região Norte, via FNO.

A crescente centralidade do circuito financeiro na dinâmica econômica (regional, nacional e global) e na articulação dos encadeamentos setoriais e empresariais, assim como o fato de que é elevada a concentração regional desse circuito financeiro no Brasil, sugerem a importância de uma análise das implicações dessa concentração para o desenvolvimento regional.

Dessa forma, é importante avaliar em que medida ocorre a concentração financeira a nível regional dentro da economia nacional. Por um lado, pode-se esperar que os vínculos de demanda da intermediação financeira tendam a aproximá-la dos mercados regionais mais dinâmicos, como é o caso da região Sudeste. Entretanto, este é o caso das operações típicas de varejo. No caso das operações de mais elevada magnitude, são mais importantes os fatores de

aglomeração espacial, derivados da qualidade de infra-estrutura, mão-de-obra especializada, efeitos tecnológicos, custos de transação, entre outros.

Alguns trabalhos comprovam empiricamente a influência do desenvolvimento econômico sobre as finanças no caso brasileiro.²²

Há de se considerar também que a fragilidade financeira do Estado, em razão principalmente da drenagem de recursos financeiros para pagamentos dos juros e amortizações de suas dívidas externas e internas, diminuiu seu papel como principal agente do desenvolvimento regional. Além disso, destaca-se o processo de privatização das empresas estatais, que, de um lado, isentou o Estado de assumir os altos custos de modernização e ampliação das estatais endividadas, mas, por outro, reduziu seu poder de coordenador dos investimentos públicos em direção às regiões periféricas. No âmbito regional, pode-se dizer que é na Amazônia que se percebe a fragilidade financeira do estado nacional, pela ausência de uma verdadeira política nacional de financiamento regional dos investimentos, sobretudo no atual contexto de globalização, onde a atenção mundial está cada vez mais voltada à apropriação dos recursos hídricos, minerais e da biodiversidade da região. (CARVALHO, 2006, p 591).

A presença da atividade bancária acompanha com frequência a formação de regiões produtivas especialmente ativas. De forma que, nessas regiões, a presença de bancos e de outras instituições financeiras podem ser julgadas um fator importante de localização para iniciativas produtivas muito carentes de financiamento para determinadas atividades. Entretanto, na ausência dessas instituições privadas em regiões carentes, a presença de bancos públicos é uma boa alternativa, sobretudo quando se trata de financiar as atividades produtivas e inovações tecnológicas. (CARVALHO, 2005, p. 4).

Por isso, é importante que o Estado valorize a Amazônia por meio de investimentos públicos em infra-estrutura e que o setor privado dirija seus investimentos produtivos à geração de encadeamentos produtivos. É evidente que para se ter algum sucesso nesses

²² Sícsú & Crocco (2003) concluíram, através de um estudo empírico, que o volume de renda monetária, assim como a distribuição espacial e pessoal, explica satisfatoriamente a distribuição das agências bancárias no Brasil. Castro (2002) constatou a concentração da atividade financeira nas áreas de maior atividade econômica no Brasil.

empreendimentos, não bastam iniciativas locais, tem-se que articular os interesses setoriais e regionais em torno de uma política nacional de desenvolvimento econômico regional.

Da mesma forma, um modelo financeiro nacional integrado poderia ser muito mais vantajoso do que um modelo regional (principalmente levando-se em conta a eficiência da estrutura organizacional e de gerenciamento, das externalidades positivas decorrentes das inovações tecnológicas, financeiras e operacionais e dos ganhos de economias de escala e de escopo), pois poderia proporcionar, a partir de um centro financeiro onde se localizam as matrizes dos bancos que operam nas regiões periféricas, uma maior capacidade de financiamento dos investimentos das atividades produtivas nessas regiões. (CARVALHO, 2006 b, p. 62).

Essa análise do contexto teórico sobre o financiamento do desenvolvimento econômico mostra a importância e complexidade de um sistema financeiro em nível nacional e regional sobre a dinâmica do sistema econômico.

No contexto desse arcabouço teórico, Hirschman (1958) discute a questão regional usando os conceitos de efeitos para frente (*forward linkages*) e para trás (*backward linkages*), ressaltando a importância das decisões privadas e públicas de criar ou apoiar a criação de determinados empreendimentos para ampliar a rede de conexões produtivas. Com isso, pretende-se situar a questão do desenvolvimento regional através da discussão atualizada sobre as estratégias de desenvolvimento como pano de fundo para a análise de dados da matriz de contabilidade social.

Na história econômica brasileira, o processo de desenvolvimento econômico tem criado condições de extremas desigualdades sociais e econômicas, que se manifestam de forma intra e inter-regional. Essa característica concentradora do modelo de desenvolvimento brasileiro proporcionou a formação de uma sociedade com um dos maiores índices mundiais de desigualdade. Exemplificando, quando se observam alguns indicadores, como o Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) das regiões Norte e Nordeste, verifica-se que apresentam resultados de 12,39% e 26,73%, respectivamente, inferiores ao IDH nacional de 83% em 1996.

[...] a disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constitui, sem lugar a dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional [...]. E ainda, os próprios capitais que se formam na região mais pobre tendem a emigrar para a mais rica [...]. FURTADO (1998, p. 239).

Diante disso, não se podem esperar políticas regionais nos moldes dos anos de 1960 e 1970 na forma aplicada à economia brasileira. São políticas onde, por exemplo, no caso do Norte do Brasil, buscava-se implantar, além do processo de ocupação da região, setores produtivos principalmente à base da redução de custos, com incentivos fiscais e financeiros.

As propostas oriundas da idéia regional do II PND estavam mais voltadas a buscar na região aquilo que esta poderia gerar para a economia nacional. Se as vocações regionais foram buscadas, elas agora devem ser o foco principal das políticas desenvolvimentistas. Não apenas pela inviabilidade de manter as políticas regionais centradas nos incentivos fiscais, mas também porque a reestruturação econômica e a composição dos mercados supranacionais forçam que as regiões atrasadas tenham elementos específicos a oferecer.

Neste sentido, pensar as causas das disparidades entre países ou regiões, sob o argumento de falhas de coordenação, requer uma análise às teorias do Crescimento Equilibrado – desenvolvida por autores como Rosenstein-Rodan (1943), Nurkse (1967) e Murphy (1989) – e Teoria do Crescimento Desequilibrado concebida por autores como Myrdal (1957) e Hirschman (1958), como será discutido na próxima seção.

1.4 CRESCIMENTO EQUILIBRADO VERSUS DESEQUILIBRADO

Segundo Rosenstein-Rodan (1943), partindo da idéia de Crescimento Equilibrado, a base ao argumento da industrialização, como forma de mudar a estrutura econômica dos países e regiões menos desenvolvidas, é ressaltada no desenvolvimento de economias

externas²³ que podem ser realizadas por meio da industrialização, e, ainda, a seu amparo de um *big push* (grande impulso), ou seja, se tudo corresse bem, então, o aumento do tamanho dos mercados criaria condições favoráveis para a formação da poupança necessária para financiar os investimentos.

Essa concepção de crescimento equilibrado tem como suporte a matriz do pensamento walsariano da teoria do equilíbrio geral que, por sua vez, fundamenta-se na Lei de Say de que toda oferta cria a sua própria demanda.

Desta idéia, desenvolve-se o modelo de crescimento equilibrado de Nurkse (1967), onde os países ou regiões pobres vivem num “círculo vicioso de pobreza” que dificulta o processo de desenvolvimento econômico. Para este autor, a mais importante relação circular é aquela que dificulta a acumulação de capital em economias atrasadas, pois a oferta de capital depende da capacidade e disposição para geração de poupança, assim como a demanda por capital depende do incentivo ao investimento.

Os teóricos do crescimento equilibrado sugeriram que os países subdesenvolvidos adotassem uma política de investimento sincronizado numa gama de projetos de tal forma que se reproduzisse simultaneamente toda uma oferta de bens e serviços capaz de gerar sua demanda. Defendiam que se uma indústria isolada não é capaz de gerar sua demanda, então um conjunto de indústrias distintas e complementares entre si pode gerar um mercado com vantagens suficientes para desenvolver economias externas. Que podem gerar uma discrepância positiva entre a produtividade social e a privada do capital e assim promover o desenvolvimento de uma economia nacional ou regional.

A criação planejada de um sistema de indústrias complementares desse tipo reduziria o risco da insuficiência da procura e, visto que o risco pode ser considerado um custo, reduziria os custos. É nesse sentido um caso especial de economias externas. (ROSENSTEIN-RODAN, 1969, p. 256)

²³ Há dois tipos de economias externas: as economias externas pecuniárias, geradas pela formação de aglomerações de empresas básicas e/ou complementares num dado espaço econômico; e as economias externas decorrentes da infraestrutura que disponibiliza os serviços básicos às empresas estabelecidas. (SCITOVSKY, 1969, p. 301).

Nurkse (1967) admitiu a dificuldade de demonstrar que a oferta de um produto de um empreendimento isolado, numa região subdesenvolvida, pudesse gerar a sua própria demanda. Como solução, este autor propõe uma aplicação mais ou menos sincronizada de capital numa gama de indústrias diferentes e complementares, isto é, um plano de investimentos públicos em grande escala, cujo resultado seria a ampliação do tamanho do mercado, pois ocorreria nessa economia um maior nível de eficiência econômica o que implicaria no aumento da capacidade de produção.

Furtado (1969) discorda dessas concepções ressaltando que o desenvolvimento é visto como um processo de mudança estrutural em que uma dada economia atrasada transita para uma economia avançada. Este autor admite também que esta estratégia só poderia ter algum resultado se o Estado, como agente planejador e centralizador das decisões, pudesse atuar fortemente, o que não convém à teoria do crescimento equilibrado, onde o único agente transformador é o mercado.

Essa estratégia também apresenta outros problemas. Entre eles, refere-se à dificuldade que teriam essas economias atrasadas de absorver e difundir as inovações tecnológicas industriais avançadas, uma vez que não possuem recursos humanos adequados e os recursos financeiros necessários para promover uma transformação estrutural tão rapidamente; e, ainda, à questão de instituição que seria responsável pelo planejamento e gestão da implantação de todos os projetos simultaneamente. Mas, admite-se como vantagem a necessidade de uma região aumentar seu estoque de capital e de ampliar o tamanho de seu mercado.

Portanto, o ponto fraco da estratégia do crescimento equilibrado está em não admitir a escassez de recursos financeiros (poupança) de uma economia pobre para financiar o conjunto de empreendimentos de grande porte concomitantemente. Além disso, não houve a devida atenção à possibilidade estratégica da superação do atraso das economias em desenvolvimento

poder ocorrer através da formação de complexos industriais com potencial de atrair outras atividades produtivas, através dos efeitos de encadeamento industriais e dos efeitos multiplicadores do produto, da renda e do emprego. (MURPHY, 1989).

Em contraposição à teoria do crescimento equilibrado, como originalmente desenvolvida por Rosenstein-Rodan (1943), pode-se pensar o processo de crescimento econômico de áreas subdesenvolvidas por meio da teoria do crescimento desequilibrado. Desenvolvida inicialmente por Myrdal (1968) e Hirschman (1961), a teoria do crescimento desequilibrado busca mostrar que, sem a intervenção do Estado, no processo de desenvolvimento econômico, as desigualdades entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas tendem a ser perpetuadas. Assim, um programa de investimento adequado e eficiente, um sistema fiscal combinado com as necessidades da região, poderia diminuir a questão das desigualdades sócio-econômicas.

Segundo Myrdal (1968), a partir da teoria do crescimento desequilibrado, o atraso econômico de algumas regiões pode ser pensado como um processo de causação circular acumulativa. Negando a hipótese de equilíbrio estável, ou seja, a inexistência de uma tendência automática em direção à auto-estabilização, Myrdal (1968) sustenta que o sistema não se move espontaneamente em direção a alguma forma de equilíbrio entre as forças, mas, ao contrário, está sempre se afastando do equilíbrio. Neste sentido, este autor destaca a importância de políticas públicas que minimizem as disparidades regionais.

Perroux (1964) é outro autor que aborda a teoria do crescimento desequilibrado ao tratar do problema das desigualdades regionais no âmbito espacial. Para ele,

[...] o crescimento econômico não surge em todos os lugares ao mesmo tempo, ele se manifesta em pontos ou pólos de crescimento econômico, com intensidades variáveis para o conjunto da economia [...]. (PERROUX, 1964, p. 164).

O caráter funcional do conceito de pólos de crescimento, segundo Paelinck (1977, p. 167), está na intensificação de inter-relações econômicas, entre indústrias ou empresas, em

determinado espaço geográfico, onde as ações das indústrias motrizes desencadeiam e mantêm os fluxos correntes de bens e serviços.

Ainda seguindo a teoria do crescimento desequilibrado, Hirschman (1961) contesta a teoria do crescimento equilibrado de Rosenstein-Rodan (1943) referindo-se à teoria como idêntica à Lei de Say e, portanto, não pode ser considerada como um modelo de desenvolvimento, uma vez que a sua aplicação, para promover o desenvolvimento simultâneo, exige uma quantidade considerável de recursos que são limitados nos países (regiões) subdesenvolvidos. Dessa forma, Hirschman (1961) argumenta que se um país (ou região) estivesse em condições de aplicar a doutrina do desenvolvimento equilibrado, então não seria um país subdesenvolvido.

Foi este desacordo com a teoria do crescimento equilibrado que motivou Hirschman (1961) a elaborar uma proposta diferente a respeito dos problemas do desenvolvimento econômico regional, onde o foco principal foi uma política deliberada de crescimento não balanceado, isto é, promover o desenvolvimento de certos setores-chave da economia, escolhidos com base no número de encadeamento para frente e para trás, bem como na lucratividade inerente aos mesmos. À medida que os encadeamentos forem gerados por estes setores, o mercado responderá à situação não balanceada realizando espontaneamente outros investimentos.

Outra questão levantada por Hirschman (1961) diz respeito às decisões pró-desenvolvimento, observando que estas não são travadas apenas pelos obstáculos e escassez físicas, mas sim pelas imperfeições do processo de tomada de decisões. Este autor afirma que o atraso econômico das regiões subdesenvolvidas está concentrado em uma única escassez básica que é a falta de iniciativa e capacidade para tomar decisões, reduzindo, assim, todos os outros fatores de escassez a este.

Hirschman (1961) concentra sua análise nos mecanismos indutores das decisões estratégicas capazes de mobilizar a maior quantidade possível dos recursos, diferentemente dos teóricos do crescimento equilibrado que as procuram externamente.

Assim, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo extenso, promovido por uma cadeia de desequilíbrios que consiste na expansão de um setor a partir da expansão de um outro. Exemplificando, se uma determinada indústria tem seu lucro aumentado elevará seu investimento e a procura por produtos de outra indústria que terá, desse modo, uma elevação de seus lucros.

Nesta concepção, os escassos recursos seriam concentrados em atividades chaves (grandes complexos), de forma a ativar, simultaneamente, outras atividades, movidas pelos efeitos de ligação para frente e para trás, na direção de um “equilíbrio” que se daria em patamar mais elevado de produto, emprego e renda.

Essas abordagens do desenvolvimento econômico necessitam de grandes quantidades, como assinala Hirschman (1961), de empresários inovadores, mão-de-obra treinada e dotação de infra-estrutura, tão escassos nas regiões subdesenvolvidas. Porém, na Amazônia, mesmo sem tais condições, essa concepção parece plenamente adequada. Mas é necessário que o Estado dê o arranque na direção do desenvolvimento, criando incentivos e dando condições para estimular uma ação adicional do setor privado.

Desta forma, são importantes as análises para seleção de setores a investir que possam levar em conta as políticas destinadas ao desenvolvimento regional. Neste ponto, ressalte-se a análise das cadeias produtivas que resultam da crescente divisão do trabalho e maior interdependência econômica. O conceito de cadeia produtiva²⁴ pode se tornar uma ferramenta

²⁴ O conceito de cadeia produtiva é importante, pois representa o processo produtivo como um todo e devidamente integrado, desde o fornecedor de matéria-prima, transporte, vendas, planejamento de materiais, suprimentos, planejamento da produção, manufatura, armazenagem e comercialização do produto final. Ou seja, São todos os integrantes do processo produtivo, desde a extração da matéria prima até a comercialização do produto final ao último consumidor. Logo, um complexo industrial é um conjunto de cadeias produtivas. Assim as cadeias produtivas são partes dos complexos industriais. (HAGUENAUER & PROCHNIK, 2000)

mais comum nos estudos econômicos, na medida que evolui para a análise de um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transferidos os diversos insumos. Na seqüência, discute-se, com maior precisão, a associação existente entre cadeias produtivas estruturantes e complexos industriais.

1.5 COMPLEXOS INDUSTRIAS E CADEIA PRODUTIVA

Hirschman (1977) define as conexões produtivas como intercâmbios que ocorrem entre as diferentes atividades econômicas de um mesmo país ou de uma mesma região. Elas são mensuráveis pelo consumo dos insumos entre as atividades. Para este teórico, as decisões empresariais e as políticas públicas deveriam beneficiar as atividades capazes de gerar os maiores números de conexões (HIRSCHMAN, 1977). Isto se justifica pelo fato de que tais atividades geram mais demandas e mais ofertas para empreendimentos interligados, criando efeitos multiplicadores e diversificadores de produção, assim como investimento e emprego.

O conceito de desenvolvimento de Hirschman (1958) leva em conta essas conexões. Para ele uma economia desenvolvida seria aquela formada por uma rede de empreendimentos especializados, distintos e interdependentes, dividida em setores extrativista, agropecuário, comércio, indústria e serviços, onde predominaria a indústria e serviços. Desta forma, é importante que as decisões privadas e públicas levem em conta o apoio a empreendimentos que possam aumentar a rede de conexões produtivas ou cadeias produtivas.

Destaca-se a classificação das conexões em: *“para trás – cada atividade econômica não primária induzirá tentativas de suprimento através da produção doméstica de insumos necessários àquela atividade e para frente – cada atividade que pela sua natureza não serve exclusivamente às suas demandas finais induzirá tentativas de usar os seus produtos como insumos necessários a algumas atividades novas”*. (HIRSCHMAN, 1977).

Assim, as atividades fortemente conectadas, que podem ser chamadas de setores chaves ou “mestres”, se estimuladas e bem localizadas geograficamente podem gerar demandas e ofertas para um número significativo de outras atividades.

O que se percebe é que um nível mais elevado de desenvolvimento econômico tende a fortalecer os efeitos progressivos e em escala, favorecendo assim a implantação de políticas cujo objetivo seja a redução das disparidades regionais, divergindo completamente das teorias tradicionais em que prevalece a hipótese de equilíbrio.

Pode-se destacar, como uma grande falha do mercado em regiões em desenvolvimento, a falta de um mercado de capital que financie novos investimentos. Este problema ocorre mesmo em regiões industrializadas, mas torna-se mais evidente em regiões em desenvolvimento. Isto deixa o mercado de crédito, via instituições financeiras, como o principal fornecedor de financiamento.

Assim, na medida em que se verificam as conexões produtivas, percebe-se que o mercado se amplia, deixando de ser apenas a dos mercados imediatos de venda de mercadorias e serviços, para também incorporar mercados acima e abaixo da cadeia em que a empresa está atuando. A análise da MCS pretende dar conta desta questão.

No próximo capítulo, aborda-se as transformações ocorridas no sistema financeiro nacional e discute-se o papel das instituições financeiras como agentes promotores do desenvolvimento econômico.

2º CAPÍTULO O SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL: origem, evolução e estrutura

Uma conceituação bastante abrangente de Sistema Financeiro poderia ser a de um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores, pagadores e recebedores. O Mercado Financeiro, onde se processam essas transações, permite que um agente econômico qualquer (indivíduo ou empresa), sem perspectiva de aplicação, em algum empreendimento próprio da poupança que é capaz de gerar, seja colocado em contato com outro, cujas perspectivas de investimentos superam as respectivas disponibilidades de poupança. (FORTUNA, 2005, p. 16).

Desta forma, o Mercado Financeiro pode ser considerado como elemento dinâmico no processo de crescimento econômico, uma vez que permite a elevação das taxas de poupança e investimento. Assim, quanto mais desenvolvido o estágio de intermediação financeira, maior tende a ser a formação de capital e mais eficiente a alocação de recursos. A criação de instrumentos financeiros permite, de um modo geral, obter-se, não apenas maior nível de produção física e de bem-estar, como a melhor alocação de recursos e de expansão dos recursos disponíveis para investimento, através do estímulo à poupança.

A Lei nº 4.595/64 de Reforma Bancária Brasileira, no seu artigo 17, caracteriza as instituições financeiras como: *“pessoas jurídicas públicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros”*.

Essas instituições financeiras são caracterizadas em dois grandes grupos: os intermediários financeiros e as chamadas instituições auxiliares.

As primeiras distinguem-se das últimas, basicamente no seguinte: emitem seus próprios passivos, ou seja, captam poupança diretamente do público por sua própria iniciativa e responsabilidade e, posteriormente, aplicam esses recursos junto às empresas, através de empréstimos e financiamentos. Incluem-se neste segmento os bancos múltiplos, bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento, as Caixas Econômicas, as sociedades de crédito imobiliário, as associações de poupança e empréstimo, entre outras.

As instituições auxiliares propõem-se a colocar em contato poupadores com investidores, facilitando o acesso destes àqueles. Neste caso, figuram, por exemplo, as bolsas de valores, cuja finalidade consiste em propiciar liquidez aos títulos emitidos pelas empresas (ações), através da institucionalização do mercado secundário para esses haveres. Na mesma situação encontram-se as sociedades corretoras e distribuidoras, constituindo-se no elemento de ligação entre poupadores e investidores, atuando na alocação de papéis das empresas junto ao público. (FORTUNA, 2005, p. 4).

Outra caracterização de instituição financeira poderá ser dada sob a ética da capacidade que ela tem de criar ou não moeda escritural. Entre as que possuem a capacidade de criar moeda escritural estão inseridas aquelas instituições que, em conjunto, compõem o chamado Sistema Monetário, uma derivação do Sistema Financeiro que tem como principal fonte de recursos os depósitos à vista, que é representado pelo Banco do Brasil e pelos bancos comerciais (oficiais e privados) e pelos bancos múltiplos com carteira comercial. A capacidade de criar moeda origina-se do fato de trabalharem por um sistema de reservas fracionárias, mantendo em caixa apenas uma parte dos depósitos que recebem do público.

Neste íterim, faz-se necessário conceituar banco, que, segundo Rodrigues (2004, p. 64), considerando a capacidade captadora dos bancos, a principal diferença entre instituições financeiras *lato sensu* e banco está no poder deste de criar moeda escritural. Este autor resume sua idéia enfatizando: “I – quanto à natureza jurídica, banco é empresa (atividade econômica

organizada para a circulação de ativos monetários); II – a atividade principal do banco é a intermediação financeira, podendo, ainda, exercer operações acessórias; e III – banco não se confunde com instituições financeiras, sendo desta uma espécie que se distingue pela possibilidade de criar moeda escritural”.

[...] podemos conceituar banco como a empresa de intermediação financeira que tem como principal atividade a captação de recursos de terceiros, mediante depósito à vista, para, por conta própria, aplicá-los em operações de crédito, criando, assim, moeda escritural. (RODRIGUES, 2004, p.62).

Para melhor entendimento do sistema financeiro brasileiro e o papel dos bancos com carteira comercial, faz-se necessária uma abordagem histórica. Na seção seguinte, aborda-se a origem e a estruturação desse sistema.

2.1 A EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

É importante ressaltar que a intermediação financeira no Brasil começou ainda no modelo primário exportador, uma etapa do desenvolvimento para fora. O modelo bancário trazido para o Brasil pelo império foi o europeu, possuíam atividades básicas de um banco (depósitos e empréstimos), outros serviços praticamente não existiam. Essa situação estendeu-se até a metade do século XX, quando começaram as grandes transformações provocadas pelo progresso industrial e pelo período pós-guerra.

Entre a crise de 1929 e Segunda Guerra Mundial se verificou o momento de transição do desenvolvimento do sistema financeiro na América Latina. É um momento em que se acentua o autofinanciamento da indústria, a qual se torna bastante lucrativa porque o setor primário-exportador começa a ter seus lucros reduzidos e os preços internos tornam-se atrativos para se investir nas atividades industriais.

Em 1945, através do decreto Lei 7.293, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), substituindo a Inspeção Geral dos Bancos que não possuía critérios adequados de fiscalização. A SUMOC tinha por objetivo exercer o controle do mercado

monetário. Criou-se também com este decreto o depósito compulsório, como instrumento de controle do volume de crédito e meios de pagamentos. Com essas medidas, muitos bancos se extinguíram, através de fusões e incorporações, saneando e solidificando o Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A partir de 1950, firmam-se as posições brasileiras, explodindo aos poucos seu potencial econômico. Aumenta o número de bancos e surgem os problemas de capacidade empresarial para administrá-los. Haviam mais de 500 matrizes bancárias funcionando. (FORTUNA, 2005, p. 3).

Em 1964, o governo regulamentou uma nova lei financeira brasileira. Houve uma adaptação da lei bancária americana, que permitia ao Brasil possuir um sistema financeiro segmentado e com papel primordial para o Banco Central como regulamentador e supervisor do sistema bancário, executando, ainda, as políticas monetária e cambial.

A Reforma Bancária de 1964 (Lei 4.595, de 31/12/1964) e a Reforma do Mercado de Capitais (Lei 4.728, de 14/07/1965) definiram as regras do SFN, baseada no modelo americano, no qual predominava a especialização.

De acordo com as Leis, aos bancos caberia o segmento de capital de giro e operações de curto prazo. Desde 1959 já existiam empresas de crédito, financiamento e investimento, em 1965, criaram-se os bancos de investimento e em 1969 as associações de poupança e empréstimo. O Banco Nacional de Crédito Cooperativo foi criado em 1951 (já extinto), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 1952 e em 1964 o BNH (também extinto, mas absorvido pela Caixa Econômica Federal – CEF).

Ao Banco do Brasil coube a função de banco comercial misto, mas também operando em longo prazo. O Banco da Amazônia (reorganizado em 1966) e o do Nordeste (criado em 1962) exerceram funções típicas de bancos comerciais e agentes financeiros da SUDAM e

SUDENE, respectivamente. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi criada também para compor o quadro institucional em 07/02/1976, pela Lei 6.385. (FORTUNA, 2005, p. 4).

Apesar desta estruturação inicial, onde foi definido, especificamente, o papel de cada instituição financeira, pública ou privada, em virtude das adaptações econômicas e da necessidade de buscar economia de escala e racionalização do sistema, os bancos passaram a assumir o papel de líderes de grandes conglomerados, onde atuam todas as modalidades de instituições financeiras.²⁵ A estrutura atual básica do SFN resulta dessa reforma, que criou o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil. Na próxima seção, aborda-se mais detalhadamente o papel de algumas dessas instituições no SFN.

2.1.1 Estruturação do sistema financeiro brasileiro

A estrutura atual do SFN resultou da reforma bancária no biênio 1964-65. Este sistema engloba três subsistemas: o normativo, o de intermediação e as chamadas instituições auxiliares.

O subsistema normativo engloba o CMN, o Banco Central do Brasil e a CVM.

a) Conselho Monetário Nacional (CMN)

De acordo com a Resolução 849, de 20/07/1983, o Conselho Monetário Nacional, órgão normativo por excelência e sem funções executivas, é a entidade superior do Sistema Financeiro Nacional, com a finalidade de formular a política monetária, creditícia e cambial, objetivando o progresso econômico e social do País. A medida Provisória 542, de 30/06/1994, que criou o Plano Real, modificou a composição do CMN, que passou a ser integrado pelo Ministro da Fazenda (Presidente), Ministro do Planejamento e, Orçamento e Gestão e Presidente do Banco Central. Os objetivos da política formulada pelo CMN são:

²⁵ Em 22/09/1988, a Resolução 1.524, permitiu às instituições financeiras sua organização em uma única pessoa jurídica, denominada de banco múltiplo. (FORTUNA, 2005, p. 4)

- Adaptar o volume dos meios de pagamentos às necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;
- Regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;
- Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamentos do País, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira;
- Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras públicas ou privadas, tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;
- Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiro, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização dos recursos;
- Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;
- Coordenar as políticas monetárias, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa;
- Estabelecer a meta de inflação.

b) Banco Central do Brasil (BACEN ou BC)

O Banco Central do Brasil é o órgão com funções normativas e executivas, que constitui o ápice do Sistema Financeiro Nacional. Seu objetivo principal é cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo CMN, especialmente relativas à execução das políticas monetária, creditícia, cambial, dos mercados financeiros e de capitais e de controle da dívida pública. Em síntese o BACEN pode ser considerado:

- Banco dos Bancos, pois recebe os recolhimentos compulsórios e realiza as operações de redesconto de liquidez para os bancos comerciais;

- Gestor do Sistema Financeiro, pois emite normas, fiscaliza e controla as atividades das instituições financeiras, podendo ainda decretar a intervenção ou a liquidação extrajudicial das mesmas;
- Executor das Políticas Monetárias, pois possui o controle sobre os meios de pagamento, regulando a sua expansão e elaborando o orçamento monetário;
- Banco Emissor, pois tem a responsabilidade sobre a emissão do meio circulante, e a execução dos serviços de saneamento do meio circulante;
- Banqueiro do Governo, pois tem como atribuições a intermediação financeira para o Tesouro Nacional, a administração da dívida pública interna e externa, a gestão das reservas internacionais do País, além de ser representante do Governo junto às instituições financeiras internacionais; e
- Determinar, via Comitê de Políticas Monetárias (Copom), a taxa de juros de referência para as operações de um dia (taxa Selic).

c) Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Órgão Normativo do sistema financeiro, criado pela Lei 6385/76, tem como principal incumbência o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado de valores mobiliários não emitidos pelo SFN e pelo Tesouro Nacional.

Os intermediários financeiros, do subsistema de intermediação, são aqueles que captam poupança diretamente do público e posteriormente aplicam esses recursos através de empréstimos e financiamentos. Fazem parte deste subsistema os chamados agentes especiais (Banco do Brasil, BNDES, CEF); os bancos (comerciais, de investimento, de desenvolvimento e múltiplos); e as sociedades de crédito financiamento e investimento.

a) Banco do Brasil (BB)

Até janeiro de 1986, esta instituição teve uma função típica de autoridade monetária, quando o CMN extinguiu a “conta movimento”, que a colocava como banco co-responsável

pela emissão de moeda, via ajustamento de contas das autoridades monetárias e do Tesouro Nacional. Hoje o BB é um conglomerado financeiro, com carteira comercial, mas que opera também como agente financeiro do Governo, como o principal executor da política de crédito rural e industrial, e ainda administra o comércio exterior do País, controla a Câmara de Compensação de Cheques e Outros Papéis (COMPE) e executa os serviços ligados ao orçamento geral da União.

b) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Criado em 1952, tem sob sua responsabilidade a política de longo prazo do Governo Federal, constituindo-se na principal instituição financeira de fomento do País. Foi o responsável, durante o governo Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, por gerir todo o processo de privatização das empresas estatais.

c) Caixa Econômica Federal (CEF)

Trata-se da instituição financeira responsável pela operacionalização das políticas do Governo Federal para habitação popular e saneamento básico. Exerce também a função de banco comercial e prestação de serviços de natureza social delegados pelo Governo Federal.

d) Bancos Comerciais

São instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade anônima e que têm como objetivo principal proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários para financiar, a curto e médio prazo, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços e as pessoas físicas. Para isso, podem descontar títulos, realizar operações de abertura de crédito, operações de câmbio, captar depósitos à vista e a prazo fixo, obter recursos do exterior, obter recursos junto a instituições oficiais para repasse aos clientes e prestação de serviços.

e) Bancos Múltiplos

A Resolução 1524/88 faculta aos bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedade de crédito imobiliário e sociedades de crédito, financiamento e investimento à organização operacional de uma única instituição financeira. Isso possibilitou a empresas do mesmo grupo a constituição de uma única empresa financeira com apenas um balanço.

f) Bancos de Desenvolvimento

Entre estes bancos inclui-se o BNDES, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste e, ainda, os Bancos Estaduais de Desenvolvimento que são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais. Destinam-se ao fornecimento de crédito de médio e longo prazo às empresas localizadas nos estados a que pertencem. Normalmente, operam com repasse dos órgãos financeiros do Governo Federal.

g) Bancos Cooperativas

O BACEN autorizou a constituição de bancos comerciais com participação exclusiva de cooperativas de crédito, com atuação restrita à Unidade da Federação de sua sede.

h) Cooperativas de Crédito

As Cooperativas de Créditos são instituições que atuam basicamente no setor primário da economia. Têm por objetivo conseguir uma melhor comercialização de produtos rurais e facilitar o escoamento das safras agrícolas para os centros consumidores.

i) Bancos de Investimento

Foram criados com o objetivo de dotar o mercado financeiro de instituições mais poderosas, visando operar com empréstimos e depósitos a prazos mais longos. Não podem manter conta corrente e sua captação de recursos se dá via emissão de CDB e RDB²⁶, captação e repasse de recursos de origem interna ou externa, ou pela venda de cotas de fundos por eles administrados.

j) Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (Financeiras)

²⁶ CDB: Certificado de Depósito Interbancário – documento que comprova ter seu possuidor feito um depósito a prazo fixo em estabelecimento financeiro. É negociável, rende juros pré ou pós-fixados.
RDB: Recibo de Depósito Interbancário – possui as mesmas características do CDB, só não pode ser negociável.

As financeiras são instituições especializadas em operações de abertura de crédito (crediário) para financiamento de bens e serviços aos consumidores ou usuários. São impedidas de manter conta-corrente.

As instituições auxiliares propõem-se a colocar em contato poupadores com investidores. Neste caso, estão as bolsas de valores, Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários (CCVM), Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), Sociedades de Arrendamento Mercantil (Leasing), Agências de Fomento e Desenvolvimento (AF) e Investidores Institucionais (Fundos Mútuos de Investimento, Entidades Abertas e Fechadas de Previdência Complementar e Seguradoras).

a) Bolsa de Valores

Sua principal função é organizar e manter em funcionamento o mercado de títulos e valores mobiliários.

b) Agências de Fomento ou Desenvolvimento (AF)

São instituições, sob controle acionário da unidade da federação, que concedem financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos no país, podendo praticar operações de repasse de recursos captados internamente e no exterior (fundos constitucionais, orçamentos federal-estadual-municipal, organismos nacionais ou internacionais de desenvolvimento). Não podem captar recursos junto ao público e nem ter acesso às linhas de assistência financeira e redesconto do BC.

b) Sociedades Corretoras (CCVM)

São instituições que atuam no mercado acionário, operando compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta de terceiros. Elas fazem intermediação com as bolsas de valores e de mercadorias.

c) Investidores Institucionais

Os investidores institucionais são: os Fundos Mútuos de Investimentos, que são destinados à aplicação em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários, com o objetivo de propiciar a seus condôminos valorização de cotas a um custo global mais baixo; as Entidades Fechadas de Previdência Privada, que são instituições restritas a um determinado grupo de trabalhadores, mantidas através da contribuição periódica de seus associados e de sua mantenedora, com o objetivo de valorização de seu patrimônio; e as Seguradoras que são obrigadas a aplicar parte de suas reservas no mercado acionário.

Segue abaixo o Quadro 1 que resume o Sistema Financeiro Nacional:

Quadro 1: Composição do Sistema Financeiro Nacional:

Órgãos normativos	Entidades supervisoras	Operadores		
Conselho Monetário Nacional - CMN	Banco Central do Brasil - Bacen	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Bolsas de mercadorias e futuros	Bolsas de valores	
Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	Superintendência de Seguros Privados - Susep	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
	IRB-Brasil Resseguros			
Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC	Secretaria de Previdência Complementar - SPC	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)		

Fonte: Banco Central do Brasil (fev/06).

De acordo com a Tabela 1, percebe-se a evolução da estrutura do Sistema Financeiro Nacional. O objetivo desta mensuração é demonstrar que, de maneira geral, a quantidade de instituições financeiras cresceu, embora a quantidade de bancos venha se reduzindo gradativamente.

Tabela 1: Quantidade de Instituições por segmento

Tipo	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2004
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun	Dez
Banco Múltiplo	194	180	174	169	163	153	143	141	139	139
Banco Comercial (1)	38	36	28	25	28	28	23	23	24	24
Banco de Desenvolvimento	6	6	6	5	5	4	4	4	4	4
Caixa Econômica	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1
Banco de Investimento	23	22	22	21	19	20	23	21	21	21
Sociedade de CFI	48	49	44	42	43	42	46	47	47	46
Sociedade Corretora de TVM	219	202	194	193	187	177	161	147	145	139
Sociedade Corretora de Câmbio	39	37	39	39	41	43	42	43	45	47
Sociedade Distribuidora de TVM	283	238	210	190	177	159	151	146	141	138
Sociedade de Arrendamento Mercantil	75	80	83	81	78	72	65	58	54	51
Sociedade de Crédito Imobiliário, Associação de Poupança e Empréstimo e Sociedade de Crédito Imobiliário Repassadora (2)	22	22	21	19	18	18	18	18	18	18
Companhia Hipotecária	3	3	4	6	7	7	6	6	5	6
Agência de Fomento (3)	-	-	3	5	8	9	10	11	12	12
1º sub-total	952	877	830	796	775	733	693	666	656	646
Cooperativa de Crédito	1.018	1.120	1.198	1.253	1.311	1.379	1.430	1.454	1.447	1.436
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (4)	-	-	-	4	11	23	37	49	48	51
2º sub-total	1.970	1.997	2.028	2.053	2.097	2.135	2.160	2.169	2.151	2.133
Consórcio	446	433	422	406	407	399	376	365	364	364
Total	2.416	2.430	2.450	2.459	2.504	2.534	2.536	2.534	2.515	2.497

Fonte: Banco Central do Brasil / Unicad (fev/06)

1/ Inclui as Filiais de Bancos Estrangeiros.

2/ Inclui Sociedades de Crédito Imobiliário Repassadoras (SCIR) que não podem captar recursos junto ao público.

3/ Em Jan/1999 foi constituída a 1ª Ag. Fomento, nos termos da Res. 2.574, de 17.12.1998.

4/ Em Out/1999 foi constituída a 1ª SCM, nos termos da Res. 2.627, de 2.8.1999.

O sistema financeiro teve um crescimento significativo – em tamanho e número de instituições – após a Lei de 1964. Segundo dados do Banco Central do Brasil, em 1964 haviam 498 instituições, das quais 67% eram bancos, após cinco anos, o número de instituições financeiras havia aumentado para 1.485. Houve um aumento de 198% no número de instituições. Entretanto, o número de bancos caiu 37%.

Existe um consenso de que no período de 1964-1988 havia uma tendência à concentração desde a reforma de 1964. Autores diferentes enfatizam aspectos diversos, mas apontam que a concentração não foi o resultado da existência de economia de grandeza no setor, e sim do incentivo das regulamentações governamentais [...] (TROSTER, 2004, p. 10).

A concentração bancária tem representado um aspecto importante no debate econômico brasileiro, em função, basicamente, da estabilização de preços, da entrada de bancos estrangeiros no país, da privatização de bancos estaduais, do saneamento de bancos com problemas de solvência e da adesão do país aos Acordos de Basiléia²⁷, entre outros motivos. Este debate deve ser entendido no contexto do processo de reestruturação, que tem levado à expansão de alguns conglomerados financeiros.

2.1.2 A concentração bancária no Brasil

Nos últimos anos houve uma grande mudança no setor bancário brasileiro, em relação a sua concentração e consolidação. A multiplicação de instituições, que ocorreu desde a Reforma Bancária de 1964, desencadeou o surgimento de grupos financeiros em bases nacionais, e não mais regionais.

Com a queda dos índices de inflação imposta pelo plano de estabilização econômica (Plano Real – 1994), os bancos que obtinham grande parte de sua receita via *float*²⁸ sobre os depósitos à vista (utilização dos recursos em trânsito na aplicação em títulos públicos), tiveram que se adaptar a uma nova realidade. Em compensação, os ganhos de produtividade da indústria bancária a partir de 1994 são expressivos, havendo inclusive forte queda no número de empregados.

Com a estabilidade econômica e a redução dos ganhos obtidos, percebeu-se um grande investimento dos bancos em novas tecnologias de informação, com o intuito de aumentar a

²⁷ Acordo firmado em 1988 no âmbito do *Bank for International Settlements* (BIS), contendo resoluções para o requerimento de capital próprio das instituições financeiras (associadas) em função do risco apresentado em suas operações financeiras. (SANDRONI, 2004, p. 11)

²⁸ Período entre uma cobrança e a efetiva disponibilidade dos fundos, ou entre um pagamento e a livre disposição dos fundos correspondentes.

produtividade via oferecimento de novos serviços. Isto se reflete na evolução do perfil dos postos de atendimento bancário, destacando que enquanto o número de agências reduziu, aumentou-se o número de postos de auto-atendimento eletrônico. Ou seja, o processo de reestruturação do setor bancário englobou, além de uma mudança no seu padrão de rentabilidade, um ajuste estrutural no patrimônio e no âmbito operacional dos bancos, incluindo fusões e incorporações bancárias.

Número de Bancos no Brasil (1964-2004)

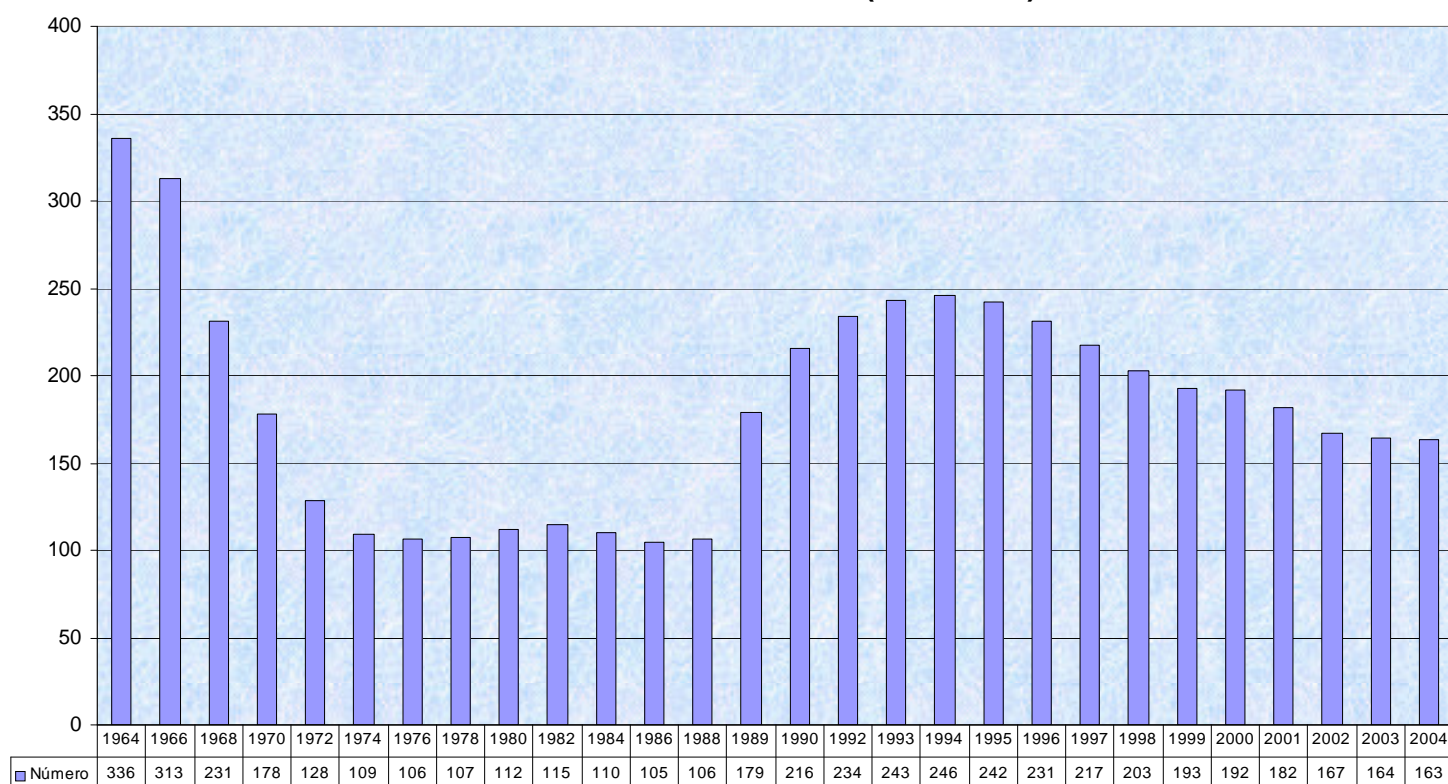


Figura 1: Número de Bancos no Brasil (1964-2004)

Fonte: Dados do Banco Central do Brasil (fev/06), elaboração própria.

De acordo com a Figura 1, em 1964, haviam 336 bancos comerciais, já em 1974 este número caiu para 109. Entretanto, em 1988, observa-se um aumento destas instituições que foram beneficiadas pela alta inflação, pois lucravam no mercado de títulos públicos. Entretanto, o número de bancos, apenas, não diz nada. Obviamente, que quanto menor for o número de bancos, maior será a participação relativa de cada um. Desta forma, é importante

mensurar a concentração bancária, nos diferentes anos, para melhor entendimento de sua trajetória.

Há vários índices na literatura econômica que são utilizados para verificar o nível de concentração bancária²⁹. Todos buscam captar o conjunto de instituições e o mais comum na literatura bancária é o índice Herfindahl-Hirschman (IHH)³⁰, que consiste na soma dos quadrados das razões de participação de cada uma das firmas que compõem uma indústria bancária:

$$IHH = \sum_{i=1}^n S_i^2$$

Onde: IHH é o valor do índice e S^2 é o quadrado da participação de uma variável qualquer (ativos totais, depósitos, créditos, etc.). O IHH varia entre $1/n$ e 1. O valor mínimo (tenderá a zero) ocorre no caso de perfeita igualdade entre as firmas e o valor máximo representa uma indústria monopolista, responsável por 100% do mercado. Este índice é um dos mais utilizados por que consegue captar as características do tamanho dos bancos em toda a distribuição. Porém, o IHH não incorpora explicitamente o número total de bancos na indústria e quando esse número é suficientemente grande o índice torna-se pouco sensível a variações nas participações dos menores bancos. Para analisar a concentração de mercado, considera-se:³¹

- $IHH > 0,18$: então a indústria é altamente concentrada;
- $0,1 < IHH < 0,18$: a indústria é moderadamente concentrada;
- $IHH < 0,1$: então a indústria não é concentrada.

²⁹ Não cabendo aqui explorar esta dimensão teórica, destaca-se entre estes índices: Herfindahl-Hirschman, Números Equivalentes, Niehans, Horvath, Entropia, Concorrência e Índices Equivalentes. Para melhor análise ver Resende & Boof (2002, p. 73) e Kon (1999, p. 60).

³⁰ Índice idealizado pelo economista Orris Herfindahl, para a determinação dos efeitos anticompetitivos potenciais de uma fusão de bancos. Entretanto, não pode ser considerado a palavra final numa análise de concentração de mercados, na medida em que é apenas aproximativo.

³¹ Ver NAKANE (2005, p. 2)

A Tabela 2 contém os IHH de créditos, depósitos e ativos totais, no período de 1994 a 2004.³²

Tabela 2: índice Herfindahl-Hirschman (1994-2004)

Anos	Crédito	Depósitos	Ativos
1994	0,123	0,073	0,090
1995	0,137	0,071	0,106
1996	0,127	0,068	0,105
1997	0,153	0,069	0,100
1998	0,197	0,074	0,098
1999	0,164	0,071	0,108
2000	0,123	0,068	0,098
2001	0,058	0,061	0,094
2002	0,061	0,070	0,100
2003	0,094	0,092	0,124
2004	0,103	0,116	0,102

Fonte: FGV/FEBRABAN (2005).

Observou-se que o número de instituições bancárias de fato reduziu. A partir de 1994 esse número passou de 246 para 163 em 2004. As causas desta redução já foram comentadas e estão relacionadas com o processo de consolidação bancária depois da crise no setor em 1995, que provocou o fechamento, venda, fusões e aquisições de vários bancos. Recentemente, esta redução está associada com o aumento dos custos de operações e manutenção de carteiras comerciais em razão da implementação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), que será comentado nas próximas seções.

Entretanto, apesar desta evidente redução no número de bancos comerciais em atividades no Brasil, o IHH não sofreu alterações significativas. A Tabela 2 mostra o IHH calculado para volume de crédito, total de depósitos e ativos totais, mostrando algumas oscilações ao longo do período, as quais: para o volume de crédito, que chega a 0,197 em 1998 e depois a 0,058 em 2001, porém sobe para 0,103 em 2004 (de acordo com Nakane (2003), esta oscilação pode ser explicada, em parte, pela transferência parcial da carteira de

³² O cálculo foi realizado pela FEBRABAN com base nos dados da amostra dos 70 maiores bancos pesquisados pela FGV.

crédito da CEF para a Empresa Gestora de Ativos (Emgea)³³); os depósitos variam de 0,073 em 1994, para 0,061 em 2001 e depois para 0,103 em 2004; os ativos variam de 0,090 em 1994, para 0,108 em 1999 e depois para 0,124 em 2003.

Não cabe neste estudo avaliar as razões específicas destas oscilações, mas evidenciar que, de acordo com as regras de mercado, o IHH mostra indícios de mercado não concentrado, ou no máximo de mercado moderadamente concentrado. Apesar desta evidência, não se pode subestimar o poder de mercado dos Bancos, principalmente quando leva-se em consideração que devido ao processo de fusões e aquisições, há o poder do controlador que, através de suas matrizes, localizadas nos grandes centros financeiros (basicamente na Região Sudeste), define as diretrizes de várias instituições financeiras e de suas filiais, espalhadas pelas demais regiões do país.

2.1.3 Privatização dos bancos estaduais, PROES e o PROER

Depois da bem sucedida implantação do Plano Real, o Brasil passou a ter problemas relacionados à adaptação do sistema financeiro a um ambiente de baixa inflação. A primeira medida foi de modernizar e aumentar as exigências de capitalização das instituições financeiras, em consonância com as recomendações internacionais dos Acordos de Basiléia³⁴. Com isto, o Banco Central sinalizava às instituições financeiras de que estas deveriam ajustar-se aos novos tempos de moeda estável.

Antes, porém, das dificuldades enfrentadas por bancos estatais com o advento do Plano Real e o fim dos ganhos com a inflação, já se questionava o papel do estado no sistema financeiro, em particular dos bancos estaduais, apesar dos argumentos favoráveis que colocavam a necessidade dos ajustes na disponibilização de crédito para fomento. Um dos problemas apontados sobre estes bancos refere-se à liberação de empréstimos aos próprios

³³ Esta transferência deve-se ao PROEF (Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras).

³⁴ Ver Resolução 2.099/94 do Banco Central do Brasil.

governos estaduais, levando ao seu enfraquecimento e a pouca eficiência no que se refere à análise de crédito, considerando que os governos estaduais não davam garantias e muitas vezes ficavam inadimplentes.

A solução definitiva para os bancos estaduais só veio coma Medida Provisória 1.514, de 07.08.1996, que autorizou o governo federal a financiar a privatização, extinção ou o saneamento dos bancos estaduais através do Programa de Incentivo para a Reestruturação do Sistema Financeiro Estatal (PROES). Assim, o principal objetivo do PROES foi de reduzir a participação dos bancos estaduais no sistema bancário brasileiro, realizado dentro de um contexto mais amplo de ajuste fiscal dos estados e de reestruturação da dívida pública.(DE PAULA, 1999)

As principais resoluções que faziam parte do PROES eram: 1)100% dos recursos necessários ao saneamento dos bancos estaduais foram condicionados ou à privatização das instituições ou à sua transformação em agências de fomento ou, ainda, à sua liquidação; 2) a ajuda federal ficaria limitada a 50% dos recursos necessários, caso não houvesse a transferência do controle acionário ou a transformação em agências de fomento, os outros 50% ficariam a cargo dos governos estaduais; 3) as garantias apresentadas pelos estados, no caso de ajuda federal, deveriam ser apropriadas ao montante do empréstimo, em caso de inadimplência os estados autorizavam o saque, por parte dos credores, dos montantes correspondentes das suas contas bancárias depositárias³⁵. (PUGA, 1999).

Em agosto de 1996, o sistema público estadual era composto por 35 instituições, sendo 23 bancos comerciais ou múltiplos. Dos 35 bancos estaduais existentes em 1996, 10 foram extintos, 6 privatizados pelos governos estaduais, 7 federalizados para posterior privatização, 5 reestruturados com recursos do PROES e apenas 3 que não participaram do programa. (PUGA, 1999).

³⁵ O financiamento do governo federal teria prazo de 30 anos, taxas de juros correspondentes à variação do IGP-DI, acrescida de 6% a.a., e com pagamentos mensais.

Apesar de todas as medidas de aperfeiçoamento e regulamentação do SFN, o mercado não estava preparado para a instabilidade gerada pela intervenção no Banco Econômico em 11 de agosto de 1995. Assim como a intervenção e posterior liquidação de outro grande banco: o Nacional. Esta instabilidade e o risco de efeito dominó³⁶ levaram o Governo a adotar um conjunto de medidas mais fortes, entre elas o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento (PROER) do SFN.

O PROER representava uma linha transitória de financiamento do Banco Central para facilitar a absorção das instituições menos eficientes pelas mais eficientes e capitalizadas. Uma característica do PROER foi o fortalecimento dos poderes do Banco Central e a criação de uma instituição privada de seguro de depósito: o Fundo Garantidor de Crédito (FGC). A Medida Provisória 1.179, de 03.11.1995, que criou o PROER favoreceu as incorporações de instituições financeiras, permitiu ao Banco Central conceder financiamentos para a reorganização administrativa de instituições financeiras objeto de transferência de controle ou modificação do objeto social.

O acesso às linhas de crédito do PROER foi condicionado à autorização do Banco Central, concedida caso a caso, tendo como pré-requisito básico a mudança de controlador. Ou seja, apesar de alguns financiamentos vultuosos terem sido formalmente concedidos a bancos insolventes, sob intervenção, os recursos destinaram-se sempre a viabilizar a proteção de seus depositantes.

O PROER foi importante para a implementação destas operações de intervenção e venda da parcela saudável de instituições financeiras inadimplentes. Entretanto, apesar da preocupação em proteger os depositantes e promover a estabilidade do sistema financeiro, afastando uma crise bancária, o programa foi muito mal recebido pela opinião pública brasileira. Mesmo com todo o cuidado em só utilizar recursos do sistema financeiro no Banco

³⁶ Quando algum acontecimento, geralmente negativo do ponto de vista econômico, se encadeia em outro, provocando efeito semelhante e assim sucessivamente, “até que todas as peças do jogo de dominó” sejam derrubadas, podendo acarretar uma crise geral. (SANDRONI, 2004).

Central, evitando a utilização de recursos do Tesouro Nacional, as autoridades governamentais não foram eficientes em defender o programa e demonstrar transparência nas operações realizadas de saneamento do SFN.

Ainda como forma de fortalecer o sistema financeiro e aumentar a competitividade entre os participantes, o governo brasileiro facilitou a entrada de instituições estrangeiras no país.

2.1.4 Abertura ao capital estrangeiro

A entrada de bancos estrangeiros no Sistema Financeiro Nacional foi importante para o processo de consolidação bancária no Brasil. Este processo deve ser entendido como estratégia de expansão internacional de alguns conglomerados financeiros que ocorreu nos anos 1990, tanto para países desenvolvidos quanto para países emergentes, no cenário amplo de desregulamentação financeira. (FREITAS, 1999).

Esta abertura foi iniciada a partir da Exposição de Motivos n. 311 – aprovada pelo Presidente da República –, onde o Ministério da Fazenda estabelecia ser de interesse nacional o ingresso ou aumento da participação de instituições financeiras estrangeiras no Sistema Financeiro Nacional, analisando-se caso a caso. Estas medidas, no entanto, estavam vinculadas à necessidade de aquisição de bancos com problemas como o Banco Econômico e Banco Bamerindus.

Antes desta abertura em 1995, a legislação brasileira limitava bastante a entrada das instituições financeiras estrangeiras. Entre as principais operações podemos destacar: a compra do Bamerindus pelo britânico HSBC, que adquiriu o controle com recursos do PROER; o espanhol Santander, já existente no país, comprou o Banco Geral do Comércio em agosto de 1997, o Noroeste em outubro de 1997, em 2000 adquiriu o Grupo Meridional, em novembro de 2000 comprou o Banespa, que podemos destacar como a maior aquisição bancária feita nos últimos anos, passando a ocupar a 6ª posição no ranking geral dos bancos; o

Sudameris, de controle italiano/francês, adquiriu o Banco América do Sul em março de 1998; o espanhol Bilbao Vizcaya adquiriu o Excel-Econômico em outubro de 1998; o holandês ABN Amro Bank comprou o Banco do Estado de Pernambuco e em novembro de 1998 o Banco Real, passando a ser o maior banco estrangeiro na época. Algumas das principais operações de Fusões e Aquisições (F&A), portanto, foram realizadas com recursos do PROER.

Tabela 3: F&A bancárias com incentivos do PROER

Instituição Vendida	Instituição compradora	Publicação no Diário Oficial da União
Banco Nacional	Unibanco	18/11/1995
Banco Econômico	Banco Excel	30/04/1996
Banco Mercantil	BancoRural	31/05/1996
Banco Banorte	Banco Bandeirantes	17/06/1996
Banco Martinelli	Banco Pontual	23/08/1996
Banco United	Banco Antonio Queiroz	30/08/1996
Banco Bamerindus do Brasil	HSBC	02/04/1997

Fonte: Banco Central (1999: Quadro 27 e anexo III). In: PUGA (1999).

Deve-se destacar também que os bancos privados nacionais vêm desde o início participando ativamente do processo de fusão e aquisição no Brasil, através da compra de bancos estaduais em leilões de privatizações e de bancos estrangeiros e nacionais de porte médio, mantendo sua hegemonia no setor bancário brasileiro.

Com o fim da inflação galopante e o enfrentamento do processo de reestruturação e globalização que, entre outras coisas, trouxe novos competidores estrangeiros para o Brasil, os bancos passaram a manter e atrair novos clientes com estratégias de atendimento e aumento da oferta de produtos e serviços. Os bancos passaram a segmentar a clientela em grupos, a partir de características como: faixa de renda e comportamento bancário (tempo de relacionamento, número de produtos utilizados, perfil de crédito, se tomador ou aplicador de recursos). Esta classificação possibilitou identificar hábitos e características comuns entre os clientes, permitindo aumentar a oferta de produtos dependendo de seu perfil.

De maneira geral, a tecnologia bancária, bastante desenvolvida no Brasil, facilita o desenvolvimento de novos produtos. Por conta disso, os bancos estão sempre em processo de avaliação de seu posicionamento no mercado, do impacto de novas tecnologias em suas escolhas, da logística de distribuição e divulgação de seus produtos e serviços, dos custos e benefícios dos seus resultados operacionais, considerando sempre os riscos envolvidos.

O fator fundamental e mais recente no surgimento de novos produtos deve-se à reestruturação do sistema de pagamentos brasileiro (SPB), que possibilitou o surgimento de controles mais eficientes do fluxo de caixa dos bancos e das empresas, além do surgimento das transferências em tempo real (TED)³⁷.

2.1.5 Sistema de pagamentos brasileiro: uma visão macro

Os sistemas e procedimentos criados para a liquidação das transações financeiras são conhecidos como sistema de pagamentos ou sistema de liquidação de ativos. Este sistema de transferência de fundos entre bancos é composto por um conjunto de regras, procedimentos e arranjos tecnológicos responsáveis, dentro de uma determinada área geográfica, pela transferência de recursos financeiros entre bancos e outras instituições financeiras, por conta própria ou em nome de seus clientes. Economias de mercado dependem de sistemas de pagamentos para movimentar recursos financeiros em decorrência da atividade econômica (produtiva, comercial e financeira), seja em moeda local, seja em moeda estrangeira. (FIGUEIREDO, 2002, p. 25).

A estrutura de pagamentos de um país também tem reflexos sobre a política monetária. O movimento dos bancos centrais em direção à utilização de instrumentos indiretos de execução de política monetária, como as operações de mercado aberto, o recolhimento compulsório e a assistência de liquidez, ressalta a importância dos arranjos de

³⁷ Transferência Eletrônica Disponível (TED): nova opção de transferência de recursos em tempo real de um banco para outro que surgiu com a implantação do novo SPB. Antes, utilizava-se apenas o Documento de Ordem de Crédito (DOC) que transita pela Compe e leva um dia útil para ser liquidado. (FIGUEIREDO, 2002).

pagamentos e de liquidação no manejo da política monetária. Esses instrumentos utilizam os mercados financeiros para transmitir os sinais da política monetária e, por isso, são mais eficazes em mercados que dispõem de sistemas de pagamentos ágeis, seguros e com baixo custo de transação.

Dessa forma, em continuidade às reformas financeiras iniciadas a partir de 1995, o Banco Central do Brasil direcionou sua atenção para o desenvolvimento de um novo sistema de pagamentos brasileiro³⁸, visando a administração de riscos de liquidação. Esta reestruturação decorreu da necessidade de manutenção de uma estrutura complexa de equipamentos eletrônicos de processamento de dados e de telecomunicações padronizada e conectados aos sistemas internos de cada banco. O novo SPB possibilitou aos bancos utilizarem e disponibilizarem para seus clientes meios alternativos de liquidação de operações, através de câmaras de compensação ou diretamente na conta reserva bancária que os bancos mantêm junto ao Banco Central. Assim como, possibilitou a transferência de recursos para outra instituição financeira, em qualquer lugar no país, com liquidação em tempo real. (CARVALHO, 2006 b, p. 28).

Desde 22 de abril de 2002 está em vigor o novo SPB, onde qualquer transferência de fundos entre contas passou a ser condicionada à existência de saldo suficiente de recursos na conta do participante emitente da ordem. Com isso, houve a redução no risco de crédito incorrido pelo Banco Central do Brasil, as operações de liquidação passaram a observar a entrega contra pagamento³⁹. Houve ainda, através da legislação implantada, o reconhecimento da compensação multilateral sistemicamente importante, onde a entidade operadora deve assegurar a liquidação de todas as operações cursadas. Com estas alterações legais, houve o fortalecimento do aparato institucional do SFN.

³⁸ De acordo com: a Lei nº 10.214, de 27/03/01, que dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos; Resolução nº 2.882, do CMN, de 30/08/01; e Circular nº 3.057, do BC, de 31/08/01.

³⁹ Chamada de modelo 1 pelo BIS. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002).

Essa evolução implicou em gastos internos elevados com o desenvolvimento de sistemas e necessidade de aumento no nível de capitalização e dos controles internos. Estes fatores, e principalmente o acirramento da concorrência entre bancos, contribuíram para melhorar o desempenho da atividade bancária no Brasil.

Entretanto, todas essas medidas que ajudaram a fortalecer o SFN possibilitaram também a redução de um sistema bancário regional, solidificando o controle das agências regionais por suas matrizes localizadas nas regiões centrais. Apesar dos argumentos da neutralidade regional do sistema financeiro no Brasil, que resultaria da livre mobilidade de capital dentro de um país, alguns estudos pós-keynesianos (AMADO, 1996; CROCCO, 2002) demonstram a heterogeneidade regional do SFN, no que diz respeito a indicadores como a relação entre o estoque de crédito e o PIB e a relação entre depósitos e créditos.

2.2 SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO: aspectos regionais

A partir da década de 1930, com o advento dos processos de industrialização e urbanização da economia brasileira, a maior interdependência econômica entre as regiões do país, a ampliação das redes de transporte e de telecomunicações, a expansão territorial das empresas de porte nacional e uma crescente ênfase sobre a conveniência e localização de novas agências bancárias acabaram contribuindo para que os bancos, antes com uma única agência, cedessem lugar aos bancos com muitas agências espalhadas pelos diversos estados do Brasil. As agências são controladas de um único local (sede) pela sua matriz. A matriz e todas suas agências são controladas pelo mesmo conselho administrativo e seus proprietários são os mesmos acionistas. As agências são dirigidas de acordo com as regulamentações e diretrizes da matriz. (CARVALHO, 2006, p. 89).

Para se abrir novas agências bancárias é necessário a autorização do BC, antes, porém, há um estudo de viabilidade econômico-financeira do local pela matriz do banco. A Figura 2 informa a distribuição das agências e postos de atendimentos bancários nas regiões do Brasil.

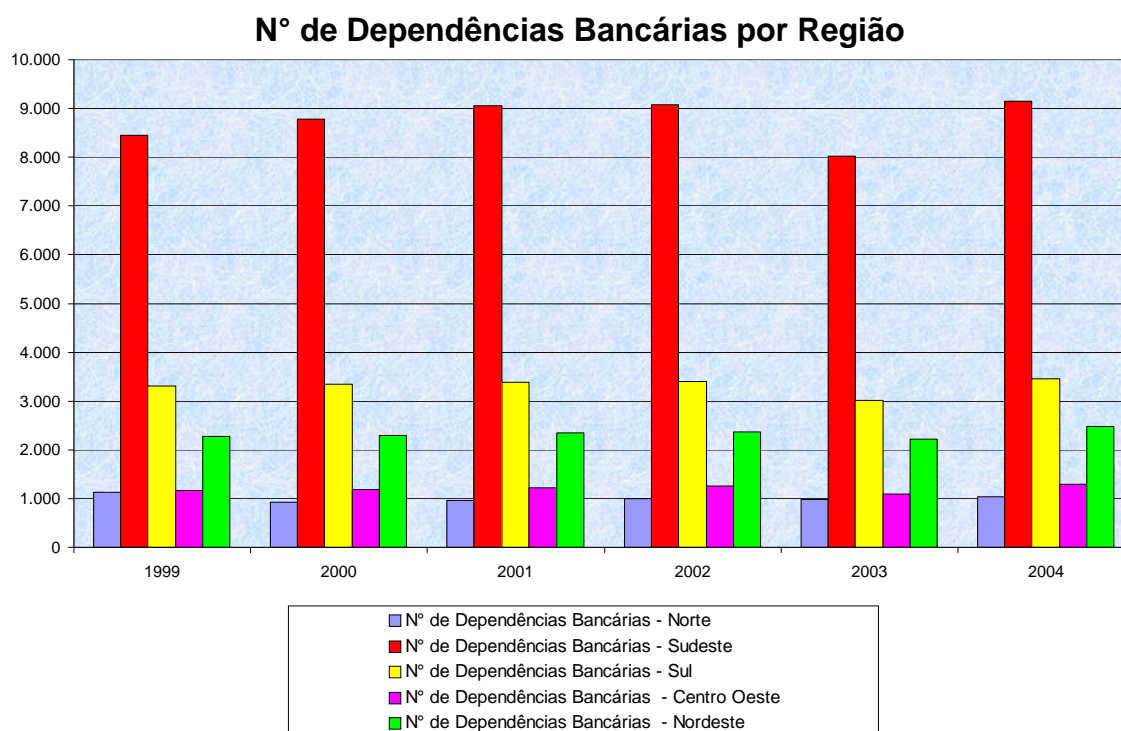


Figura 2: Número de dependências Bancárias por Região do Brasil (1999-2004)

Fonte: Dados Brutos: BC/Estban (mai/2005). Elaboração própria.

O aumento do número de agências se deve a vários fatores, entre eles: o aumento da população urbana, o congestionamento nas grandes cidades e o deslocamento da indústria e do comércio. A distribuição desse serviço, no entanto, depende do poder de mercado da indústria bancária e de sua preferência por liquidez que acaba priorizando as regiões centrais em detrimento das regiões periféricas. De fato, de acordo com a Tabela 4, a Amazônia⁴⁰, representada neste caso pela Região Norte, possui a menor relação participativa no n° de dependências bancárias em relação às demais regiões do Brasil, em todos os anos de 1999 a 2004, chegando a apenas 4,20% em dez de 2004, contra 37,22% da Região Sudeste, 14,09% da Região Sul, 5,27% da Região Centro-Oeste e 10,09% da Região Nordeste.

⁴⁰ Para efeito deste estudo, de forma a proporcionar uma melhor comparação dos dados em nível de regiões brasileira, está se considerando a Região Norte como a Amazônia brasileira, apesar de existir uma distribuição geoeconômica diferente para a Amazônia Legal, que abrange parte de outros estados brasileiros.

Tabela 4: Número de dependências bancárias do SFN distribuídas por Região (1999-2004)

	Brasil - SFN	Região Norte		Região Sudeste		Região Sul		Região Centro Oeste		Região Nordeste	
	Dependências Bancárias	Dependências Bancárias		Dependências Bancárias		Dependências Bancárias		Dependências Bancárias		Dependências Bancárias	
Unidade	Unid	Unid	%	Unid	%	Unid	%	Unid	%	Unid	%
Período											
dez/99	24.482	1.130	4,62	8.443	34,49	3.307	13,51	1.172	4,79	2.282	9,32
dez/00	23.540	915	3,89	8.771	37,26	3.350	14,23	1.183	5,03	2.292	9,74
dez/01	24.778	958	3,87	9.059	36,56	3.390	13,68	1.219	4,92	2.344	9,46
dez/02	24.811	996	4,01	9.076	36,58	3.394	13,68	1.249	5,03	2.371	9,56
dez/03	24.343	977	4,01	8.027	32,97	3.019	12,40	1.085	4,46	2.227	9,15
dez/04	24.571	1.031	4,20	9.146	37,22	3.463	14,09	1.294	5,27	2.478	10,09

Fonte: Dados Brutos: BC/Estban (mai/2005). Elaboração própria (% regional em relação ao Brasil-SFN)

Estudos empíricos realizados no Brasil⁴¹, que analisam as condicionantes do crescimento da renda per capita, apontam, em geral, como fatores determinantes de taxa de crescimento menor nas regiões periféricas, o capital humano, infra-estrutura local e especialização da atividade econômica. Deve-se considerar também que a atividade econômica tende a se localizar no espaço em regiões particulares, não só pela conveniência de certas fontes de matérias-primas, de energia, de mão-de-obra especializada, etc., mas também pela procura de meios de financiamento por parte das empresas financeiras que seguem as empresas produtivas.

Dessa forma, ocorre no Brasil uma tendência à concentração financeira na Região Sudeste, pois a presença da atividade bancária acompanha com frequência a formação de regiões mais produtivas e especialmente ativas. Esta constatação fica evidente quando se compara a distribuição, não apenas do número de dependências bancárias, mas, principalmente, do volume de crédito e total de depósitos dos bancos no país⁴².

⁴¹ AZZONI (1997); ANDRADE & SERRA (1998).

⁴² Os dados apresentados possuem algumas características, as quais: o número de dependências bancárias inclui não apenas as agências bancárias, mas todos os pontos de atendimento bancários; o volume de crédito total, incluindo todas as modalidades de crédito disponíveis no SFN; e o total de depósitos inclui todas as modalidades de depósitos (à vista, a prazo e poupança).

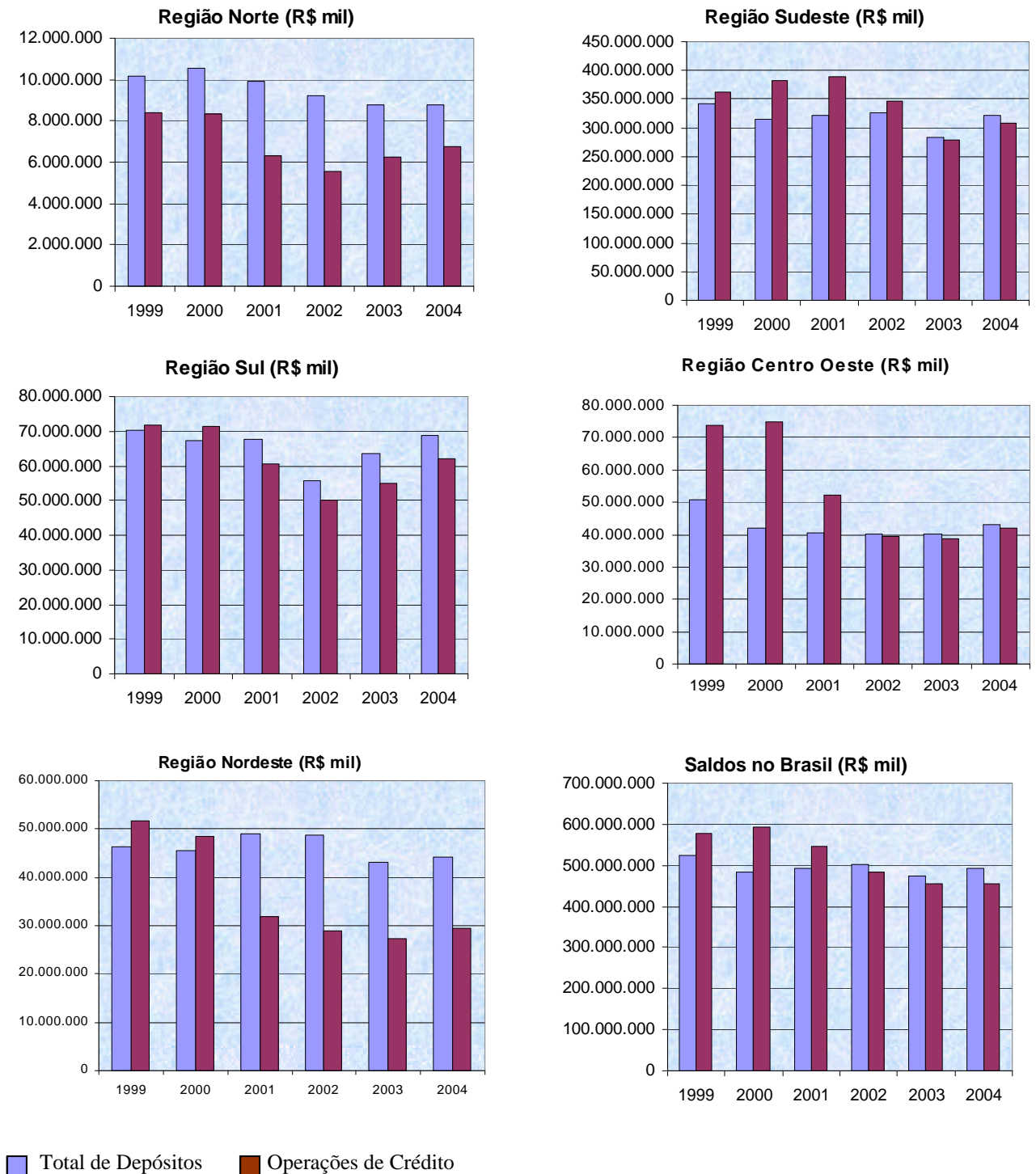


Figura 3: Total de Depósitos e Volume de Crédito do SFN e Regiões (R\$ mil 1999-2004)
 Fonte: Dados Brutos: BC/Estban (mai/2005). Elaboração própria. (Atualização pelo IGP-M até 12/2004)

Os dados mostram que a Amazônia (Região Norte) é a mais prejudicada nessa distribuição, pois, além de possuir o menor volume de depósitos, este não é investido integralmente na região. Há uma clara drenagem desse recurso para outras regiões,

principalmente a Região Sudeste, onde o volume de crédito é maior que o total de depósitos captados no período de 1999 a 2004, exceto em 2004, quando houve uma pequena inversão dessa posição.

Tabela 5: Operações Bancárias (Participação % das Regiões em relação ao SFN)

	Região Norte		Região Sudeste		Região Sul		Região Centro Oeste		Região Nordeste	
	Operações de crédito	Total de Depósitos	Operações de crédito	Total de Depósitos	Operações de crédito	Total de Depósitos	Operações de crédito	Total de Depósitos	Operações de crédito	Total de Depósitos
Unidade	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Período										
dez/99	1,46	1,94	63,05	65,19	12,47	13,37	12,82	9,66	8,98	8,81
dez/00	1,40	2,18	64,72	64,85	12,08	13,91	12,66	8,66	8,19	9,41
dez/01	1,16	2,01	71,23	65,09	11,10	13,67	9,57	8,23	5,83	9,95
dez/02	1,15	1,83	71,47	64,81	10,37	11,10	8,16	7,98	5,97	9,70
dez/03	1,37	1,86	61,56	60,13	12,15	13,47	8,53	8,51	6,05	9,10
dez/04	1,49	1,78	68,08	65,61	13,62	14,01	9,27	8,79	6,47	8,96

Fonte: Dados Brutos: BC/Estban (mai/2005). Elaboração própria.

Em termos percentuais, observa-se na Tabela 5 que, em 2004, a Região Norte possuía 1,78% do total de depósitos do país e apenas 1,49% do volume de crédito do SFN, ou seja, houve uma drenagem de recurso de 0,29%; a Região Sudeste, com o maior saldo do país, possuía 65,61% do total de depósitos e 68,08% do volume de crédito do SFN; a Região Sul apareceu com 14,01% do total de depósitos e 13,62% do volume de crédito do SFN; a Região Centro Oeste, por sua vez, apresentou 8,79% do total de depósitos e 9,27% do volume de crédito; por fim, a Região Nordeste com 8,96% do total de depósitos e apenas 6,47% do volume de crédito, mas ainda maiores que os dados da Amazônia. (Ver Tabela completa e Gráficos no apêndice A).

Amado (1999) explica que o desenvolvimento econômico favorece o crescimento das finanças, essa abordagem é de natureza pós-keynesiana, ou seja, em áreas de menor dinamismo econômico, há uma preferência pela liquidez, dada a maior incerteza e aos arranjos institucionais menos desenvolvidos. Por outro lado, essas áreas tendem a perder liquidez para as áreas mais dinâmicas. Desse modo, os bancos localizados em áreas de baixo dinamismo enfrentam dois problemas: 1) perdem mais reservas para o público do que os bancos localizados nas áreas dinâmicas; 2) perdem reservas para as áreas dinâmicas. Portanto,

conclui-se que as atividades financeiras, de um modo geral, tenderão a se concentrar nas regiões do país mais dinâmicas economicamente.

Contudo, esta comparação do comportamento do número de dependências bancárias, total de depósitos e volume de crédito nas grandes regiões em que está segmentado o país, fornece elementos para a compreensão da heterogeneidade regional do SFN. Com base na análise da Tabela 5, é possível concluir que as regiões menos desenvolvidas (ou periféricas, nos termos das análises pós-keynesianas) apresentaram menores relações entre as operações de crédito e o volume de depósitos que as regiões mais desenvolvidas ou centrais. Esta constatação deve ser atribuída, entre outros fatores: ao reduzido número de agências bancárias nas regiões periféricas, o que dificulta a captação de depósitos; à retenção de moeda pelos agentes nas regiões periféricas, que possuem maior preferência pela liquidez; ao maior nível de informalidade produtiva observada nas regiões periféricas⁴³, que também reduz a possibilidade de captação de depósitos; à falta de uma política nacional que priorize o desenvolvimento econômico regional e à diminuição das desigualdades intra e inter-regional.

Amado (1999) argumenta também que os redepósitos decorrentes de operações de crédito nas regiões periféricas tenderiam a dirigir-se para as regiões centrais. É importante notar que as conclusões extraídas da Tabela 5 convergem com a expectativa teórica pós-keynesiana discutida no 1º capítulo, de acordo com a qual as regiões periféricas são as mais prejudicadas no processo de concentração financeira.

A tendência à concentração geográfica da renda é um fenômeno amplamente conhecido e uma vez iniciada sua reversão espontânea (pela livre força do mercado) é praticamente impossível. Em um país com a extensão geográfica do Brasil, é de se esperar que tal processo tenda a se prolongar extremamente, caso não haja alguma interferência do

⁴³ A dificuldade de encontrar emprego tem levado milhões de pessoas para o mercado de trabalho informal. Isto quer dizer, trabalhar por conta própria, com amigos ou familiares, em suas próprias casas, nas casas dos clientes ou mesmo nas ruas. A pesquisa sobre Economia Informal, realizada pelo IBGE, mostrou que estão nesse mercado mais de 12 milhões de brasileiros. A maioria é de homens (64%) e estão na faixa de 18 a 39 anos. O nível de instrução da maioria é o primeiro grau incompleto. (IBGE, 2003).

Estado, no sentido de minimizar as disparidades regionais. Nesse sentido, para se completar o estudo sobre o sistema financeiro e seus impactos sobre a economia regional, pretende-se avaliar também, no próximo capítulo, como as instituições financeiras contribuem no encadeamento produtivo da Amazônia através dos indicadores extraídos da MCS.

3º CAPÍTULO SISTEMA FINANCEIRO REGIONAL E SEUS IMPACTOS NA AMAZÔNIA: uma aplicação da MCS

Apresenta-se a seguir alguns estudos mais contemporâneos que utilizam a Matriz de Contabilidade Social (MCS) para avaliar os efeitos multiplicadores dos diversos setores da economia de forma a identificar os que possuem mais possibilidades de impulsionar o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo propor políticas governamentais de alavancagem desse processo.

3.1 REVISÃO DE LITERATURA

Vários trabalhos já utilizaram o mesmo instrumental analítico que será usado neste estudo: a Matriz de Contabilidade Social (MCS). Dentre esses, destaca-se o de Fochezatto & Curzel (2002), que descreve o processo de construção da MCS do Rio Grande do Sul como uma das etapas necessárias na construção de um modelo de Equilíbrio Geral Computável (EGC) regional, cujo objetivo principal é descrever os procedimentos utilizados na obtenção da matriz regional.

As principais motivações dos autores são primeiramente o fato de haver no Brasil pouca experiência a respeito da construção de matrizes subnacionais; em segundo lugar, a necessidade de desenvolver uma estrutura consistente de informações no plano estadual, visando à construção de técnicas de análise regional e multiregional; e, finalmente, estimular a construção de matrizes para outros estados da federação. Os autores concluem que a principal limitação da MCS está na utilização de algumas informações defasadas, mas que podem ser atualizadas através de métodos matemáticos. Eles acreditam que mais importante do que a apresentação dos dados em si, é evidenciar que é possível construir modelos econômicos que possibilitem a análise de efeitos de *feedback* entre a economia nacional e uma determinada economia regional, bem como entre as próprias regiões.

Dentre os trabalhos desenvolvidos na Região Amazônica, faz-se referência ao de Santana (2004), onde o autor constrói e aplica a matriz de contabilidade social a uma situação concreta da economia da Amazônia. Destacando que a relação entre essa metodologia e o desenvolvimento regional é direta, uma vez que o processo de desenvolvimento regional compreende o fluxo dos encadeamentos intersetoriais que as atividades produtivas estabelecem com os setores a montante e a jusante e das dinâmicas que são produzidas com a especialização, diversificação de atividades, as tecnologias, os empregos e as relações desenvolvidas fora da unidade de produção, assim com as interações com as instituições públicas e privadas do local.

Santana (2004) considera que a MCS é um instrumental metodológico importante para o planejamento do desenvolvimento regional, porque permite determinar e visualizar o grau de integração horizontal e vertical de cada atividade produtiva em relação às demais que se vinculam. Ao se analisar os multiplicadores, pode-se verificar o campo de ação de cada atividade e da economia como um todo, bem como as repercussões dos efeitos de políticas econômicas.

Ainda no campo dos estudos regionais, Pereira (2005) analisou as razões dos baixos impactos econômicos gerados no setor dos minerais não metálicos sobre outras atividades econômicas de sua cadeia produtiva setorial. Utilizando a MCS da Região Norte para os anos de 1985 e 1999, pôde investigar as ligações intersetoriais dos minerais não metálicos para trás e para frente e seus multiplicadores da renda e do emprego sobre a economia da região. Com base na análise dos resultados apresentados, concluiu que o desenvolvimento integrado do setor produtivo dos minerais não metálicos depende das importações de insumos e de bens de capital de outras regiões, e da demanda dos demais setores regionais por seus produtos. Ressalta a carência de definição de uma política nacional que vise o desenvolvimento regional para romper a dependência econômica da região. Por fim recomenda maior empenho das

instituições, principalmente governamentais, para a constituição de cadeias produtivas regionais lideradas por uma indústria chave e isto pode ser viabilizado através do redirecionamento dos recursos disponíveis dos fundos de desenvolvimento, entre eles o Fundo de Financiamento do Norte (FNO) e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA).

Outro estudo regional que merece destaque é o de Carvalho & Carvalho (2005) que investiga a importância econômica da indústria dos minerais metálicos na Amazônia e sua capacidade de propagar efeitos multiplicadores do produto, renda e emprego para a economia regional. Procurando destacar até que ponto a indústria dos minerais metálicos pode ser considerada enclave mineral ou já se tornou uma indústria chave para a economia da Amazônia.

Este estudo usa a teoria dos mecanismos indutores do desenvolvimento econômico regional, destacando a visão de Hirschman (1961). De acordo com a análise dos resultados das relações intersetoriais encontrados a partir da MCS da Amazônia Legal para o ano de 1999, o desenvolvimento integrado do setor produtivo dos minerais metálicos depende das importações de insumos estratégicos e de bens de capital de outras regiões e a demanda de seus produtos depende do desenvolvimento dos demais setores da economia regional. Os autores propõem a definição de políticas nacionais de desenvolvimento regional que privilegie a formação de cadeias produtivas integradas verticalmente e, ainda, uma política comercial que estimule a exportação de produtos com elevado valor agregado para que os benefícios possam repercutir na região em forma de emprego e renda, a fim de acabar com a dependência econômica.

De acordo com estes estudos citados e pesquisa bibliográfica, percebe-se que a MCS, apesar de sua característica abrangente, não foi utilizada na análise do setor financeiro (e neste caso destacam-se os bancos múltiplos e comerciais porque na Amazônia as instituições

financeiras são predominantemente bancárias), e seus impactos regionais ainda não foram avaliados academicamente, daí o interesse por esta abordagem.

3.2 MODELO ANALÍTICO: a Matriz de Contabilidade Social (MCS)

A Matriz de Contabilidade Social (MCS) é derivada da Matriz de Insumo Produto (MIP) de Leontief⁴⁴ e das Contas Nacionais (ou Regionais). Trata-se de uma representação estática da estrutura econômica de uma economia em determinado período de tempo. Nesta dissertação, entretanto, só se realizará a aplicação do modelo a partir da MCS construída por Santana et al (2005). A MIP fornece as relações intersetoriais e as informações detalhadas referentes à demanda final das instituições, o valor adicionado das atividades e os impostos. As Contas Nacionais possuem um conjunto de informações diretas ou indiretas que permitem a representação completa e detalhada do fluxo circular da renda na economia. Neste sentido, a MCS é um importante instrumento de análise econômica, pois captura a interdependência dos diversos agentes e mercados, além de conter o total dos fluxos de renda da economia e as transações, organizadas de maneira consistente, entre todos os agentes econômicos, de modo que se igualem receitas e despesas de cada um deles.

Essas características fazem com que a MCS seja um importante instrumento de análise econômica. Sua principal utilização está na análise de multiplicadores visando à identificação dos impactos de diferentes alternativas de política econômica. A construção da MCS baseia-se no princípio contábil de dupla entrada. Em seu formato matricial, cada célula representa duas transações, ou seja, a receita na linha e a despesa na coluna, considerando que o total das receitas armazenadas ao longo das linhas se iguala ao total das despesas ao longo das respectivas colunas. Desta forma, os fluxos econômicos podem ser vistos como transferências

⁴⁴ Deve-se a WASSILY LEONTIEF a publicação da primeira tabela de relações intersetoriais para uma economia nacional. Os trabalhos de LEONTIEF nesse campo iniciaram-se em Harvard, em 1931., Cinco anos depois, em 1936, foram apresentadas, pela primeira vez, suas idéias básicas, no artigo *Quantitative Input-Output Relations in the Economic System of the United States*. (LEONTIEF, 1983).

de um agente (empresas, famílias, governo e resto do mundo) para outro e obrigatoriamente receita e despesas devem se igualar.

No modelo de equilíbrio geral de Leon Walras, o objetivo é analisar o comportamento de cada indivíduo e de cada empresa, juntando todos os elementos num sistema de equações. A MIP, por sua vez, que foi desenvolvida por Leontief, analisa as relações econômicas entre as várias atividades produtivas de uma dada economia nacional. O modelo de Leontief também vem sendo aplicado nos estudos de sistemas regionais, inter-regionais e internacionais e até nos estudos de uma grande corporação integrada.

No modelo clássico, as trajetórias das transações dos bens intermediários entre os setores econômicos são geralmente articuladas entre duas variáveis. Entretanto, as transações econômicas são numerosas e complexas para serem descritas em todas as suas particularidades. Para efeito de simplificação, é possível reduzir o número dessas variáveis a uma determinada ordem classificando-as em grupos ou setores.

3.2.1 A Matriz de Insumo Produto – MIP

O método contábil das partidas dobradas utilizadas na construção da MIP permite verificar a estrutura econômica da região estudada, através de seu fluxo comercial que interage entre cada setor e indústria com todos os outros. O modelo de insumo-produto de Leontief pressupõe três hipóteses básicas:⁴⁵

a) Os coeficientes técnicos da MIP são fixos, ou seja, o padrão tecnológico da economia não muda no tempo. Essa hipótese deve ser aceita apenas nas condições de curto prazo;

⁴⁵ Para melhor compreensão de como uma MIP pode ser estruturada é importante ler os trabalhos de LEONTIEF (1983) e SANTANA (1997).

b) Agregação dos setores da economia. Podendo haver erros de agregação. Para contornar esse problema, admite-se que as indústrias localizadas num mesmo setor são homogêneas e diferentes das indústrias dos demais setores;

c) Rendimentos constantes de escala para todos os setores da economia. Isto implica dizer que se os insumos variam na mesma proporção k , a produção varia exatamente nessa mesma proporção.

A matriz de insumo-produto clássica apresenta-se dividida em três sub-matrizes, entre as quais:

1. Demanda Intermediária: é constituída pela parcela do valor bruto da produção de cada um dos setores que integram o sistema produtivo da economia considerada, destinada ao próprio setor (intra-setorial) e aos demais setores (inter-setorial). Estas transações econômicas mostram o grau de interdependência de cada atividade (ou setor) em relação àqueles que compram seu produto e os que fornecem os insumos de que necessita para realizar sua produção. A partir da demanda intermediária tem-se: a matriz de coeficientes técnicos ou de efeitos diretos: que mostra a estrutura das relações técnicas entre os diferentes setores econômicos, indicando a origem dos insumos, por unidade de valor bruto da produção, necessários a cada setor para que ele realize a produção; e a matriz de coeficientes diretos e indiretos ou de efeitos globais: que indica os impactos totais decorrentes das variações unitárias em quaisquer componentes da demanda final.
2. Demanda Final: é constituída pelos gastos de consumo das famílias (C_f) e do governo (C_g), pelos gastos de investimentos (I), realizados na formação bruta de capital fixo (FBCF) pelas empresas e pelos governos, e pelas exportações líquidas (NX) dadas pelas exportações (X) menos as importações (M).

3. Valor Agregado Bruto: é constituído pelos valores resultantes dos pagamentos feitos aos fatores de produção, realizado por cada setor sempre que transforma insumos em produtos, na forma de salários (W), Juros (J), Aluguéis (A), Lucros (L) e Impostos Líquidos (Impostos diretos e indiretos menos transferências e subsídios) e Depreciação (D).

As matrizes de coeficientes técnicos, derivadas do MIP, descrevem a rede de ligações intra e intersetoriais de uma economia regional. Por intermédio dos coeficientes é possível realizar vários cenários computadorizados a partir de mudanças verificadas nas demandas exógenas ou mesmo em outras variáveis autônomas do aparelho produtivo. Esses prognósticos, sobre o crescimento econômico de um setor da economia ou da economia em geral, podem ser obtidos com base nos indicadores que captam os efeitos multiplicadores do produto, da renda e do emprego. (SANTANA, 1997, p.21-24).

Os multiplicadores keynesianos indicam as variações observadas nos setores produtivos de uma economia, como resultado das variações do produto, renda e no emprego. Pode-se identificar três tipos de multiplicadores:

Multiplicadores do produto: o multiplicador do produto, de um dado setor econômico, mede a variação no valor do produto total de todos os setores produtivos, resultante da variação de uma unidade monetária da demanda final dos produtos daquele setor considerado.

Multiplicador da renda: o multiplicador da renda mede a variação total na renda de uma dada economia, resultante da variação de uma unidade na renda do setor considerado para análise.

Multiplicador do emprego: o multiplicador do emprego é definido como sendo dado pela variação do emprego total, resultante de uma variação por unidade da mão-de-obra empregada num dado setor produtivo.

Mesmo admitindo-se a importância do modelo de insumo-produto para análises setoriais, os resultados obtidos pela aplicação dos modelos originais de insumo-produto de Leontief podem subestimar os impactos do setor financeiro na Amazônia. De fato, a MIP tem se mostrado relevante quando se trata de estimar o impacto numa economia regional via multiplicadores do produto, da renda e no emprego. Entretanto, quando se trata de medir os efeitos para trás e para frente, os modelos baseados na MIP não incorporam diretamente os fluxos econômicos que partem das atividades produtivas para os fatores de produção e destes para as instituições (famílias e governo), e nem tampouco contemplam de forma integral o *feedback* das relações oriundas da demanda final de bens e serviços. (SANTANA & CAMPOS, 1994).

Para contornar esse problema, uma nova geração de matrizes foi construída por Pyatt & Round (1979) e Stone (1985), mais desagregadas e compatíveis com a análise macroeconômica de um país ou região, de forma a permitir uma estrutura adequada com o fluxo circular de qualquer economia de mercado no âmbito nacional ou regional. (STONE, 1985, p. 145-185).

Estas são as razões que justificam a opção pelo uso da MCS para analisar não apenas os efeitos multiplicadores globais como também os efeitos setoriais de encadeamento para trás e para frente dos serviços das instituições financeiras sobre a estrutura produtiva da Amazônia.

3.2.2 Definições da MCS

A partir da matriz de insumo-produto e das informações da contabilidade social da Amazônia, vai-se especificar uma matriz de contabilidade social, mais desagregada e compatível com a análise macroeconômica que se deseja da atividade financeira na região. E como já mencionado, a MCS é estruturada a partir de uma MIP, vinculando as demandas

intermediárias às contas de consumo, de valor adicionado, investimento e poupança, exportações e importações.

Além das hipóteses do modelo de insumo-produto, já comentadas, a MCS apresenta outras necessárias para que seja estruturada conforme os fundamentos de uma economia regional:

a) Coeficientes fixos, porque assume tecnologia com retorno constante (ausência de economias ou deseconomias externas);

b) A hipótese de agregação, que assume indústria de produtos homogêneos, apesar de se afastar da dinâmica atual, em que as empresas caminham para a diversificação e diferenciação de produtos. Mas trata-se de um mecanismo necessário, considerando a intensa diversificação de produtos, e os erros de agregação podem ser minimizados na medida em que as atividades produtivas sejam agregadas de acordo com o perfil dos produtos gerados nas empresas em operação na região;

c) A economia opera com capacidade ociosa. Isto implica que um aumento de demanda não esperada pode ser atendido, nos mesmos níveis de custos, pelo aumento da escala de produção;

d) O mercado processa seus ajustamentos, em curto prazo, mediante alterações nas quantidades produzidas e não por meio de alterações nos preços;

e) Por fim, a hipótese de rigidez dos preços decorrente do comportamento entre custo marginal e a demanda agregada, das externalidades e assimetrias de informações. Como resultado, os preços das mercadorias da economia regional permanecem rígidos, pelo menos no curto prazo. (MANKIW, 1992, p. 220-221).

Com base nas hipóteses estabelecidas, a MCS será utilizada para captar os efeitos em cadeia para trás e para frente, bem como os efeitos das demandas exógenas, via multiplicadores do produto, da renda e do emprego, à economia da Amazônia.

3.2.3 Estrutura da MCS

Uma matriz de contabilidade social é estruturada tomando-se como base a matriz de insumo-produto, vinculando-se a matriz das demandas por bens intermediários à matriz de demandas por bens finais representativas do consumo, investimento privado, investimento público, exportações e importações e os correspondentes pagamentos aos fatores de produção (valor adicionado). Da mesma forma que a matriz de insumo-produto, a estrutura da MCS é representada por uma matriz geral formada por um conjunto de células de dupla entrada. Na MCS representativa de uma dada economia regional, além da matriz tecnológica, há também a matriz das contas regionais separadas por instituições ou agentes econômicos. Por convenção, na MCS as receitas (oriundas das vendas dos bens) de cada uma das contas são registradas nas linhas e as despesas correspondentes nas colunas, logo, as linhas indicam as contas para onde o fluxo é destinado e as colunas mostram de onde o fluxo é originado. (SANTANA, 1994).

Em oposição à matriz de insumo-produto, a MCS deve ser uma matriz quadrada em que as linhas e colunas somam o mesmo valor. Assim sendo, a matriz de contabilidade social é construída por uma tabela quadrada, na qual cada célula (i, j) define uma transação particular ou uma transferência dentro da economia. Portanto, as linhas indicam o destino dos fluxos das contas e as colunas indicam a origem dos fluxos das mesmas contas. Neste caso, por exemplo, a entrada de um valor na linha i e coluna j , representam uma receita (vendas) do setor i oriunda do pagamento (compras) efetuado pelo setor j ; ou, alternativamente, os gastos do setor j pagos ao setor i .

Os valores de cada linha e coluna são reunidos numa mesma célula na MCS e, embora representem contas separadas, definem pelo método das partidas dobradas que as receitas são iguais as despesas. Na estrutura básica da MCS, pode-se considerar as seguintes atividades: (SANTANA, 1997).

a) Contas Endógenas:

- (1) atividades produtivas;
- (2) instituições;
- (3) valor adicionado;

b) Contas Exógenas:

- (4) imposto líquido (impostos brutos menos subsídios e transferências);
- (5) resto do mundo (exportações, importações rendas enviadas líquidas).

A matriz de contabilidade social engloba diferentes blocos, cuja lógica é descrita a partir das atividades endógenas e exógenas. As atividades endógenas envolvem 5 blocos: **(I)** das atividades produtivas, neste caso constituídas por vinte e três (23) setores ou atividades regionais, que correspondem às transações do mercado de bens e serviços, geradoras dos fluxos dos pagamentos nominais e que têm como contrapartida os fluxos reais de bens e serviços realizados entre os agentes econômicos ($T_a - 23 \times 23$), cuja configuração reflete a interação e distribuição dos insumos e produtos intermediários entre os setores – representa a MIP; **(II)** do valor adicionado, que envolvem as transações no mercado de fatores de produção, correspondentes às remunerações monetárias desses fatores (salários e lucros) como contrapartida real dos serviços prestados pelos mesmos fatores (trabalho e capital) ($T_v - 2 \times 23$); **(III)** este bloco interliga o valor adicionado e as instituições (famílias e governo) através da apropriação da renda e lucro (famílias) e impostos (governo) ($T_r - 2 \times 2$); **(IV)** reproduz a distribuição da renda entre as instituições e a ligação com quinto bloco ($T_i - 2 \times 2$); e **(V)** mostra a estrutura de gastos institucionais nos bens e serviços das atividades produtivas, através do consumo (famílias) e pela Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF (governo) ($T_c - 23 \times 2$), completando, assim, o fluxo circular da economia. O número de setores produtivos considerados e o nível de desagregação de cada setor da MCS dependem dos objetivos

estabelecidos na análise. Em face dos objetivos desta dissertação, a MCS da Região Norte de 1999 será organizada em 23 setores produtivos ou indústrias regionais.

As atividades exógenas, por sua vez, são formadas pelo imposto líquido que representa os impostos brutos menos as transferências e subsídios concedidos pelo governo e, ainda, as contas do resto do mundo e outras regiões do Brasil que correspondem às exportações, importações e rendas líquidas enviadas. (SANTANA et al, 2005)

O Quadro 2 mostra as partições da MCS e suas transformações matriciais envolvendo os blocos das contas endógenas e exógenas.

Quadro 2: Estrutura simplificada de uma MCS.

MCS		Despesa	Contas Endógenas			Contas Exógenas	Receita Total
			Atividades Produtivas	Instituições	Valor Adicionado		
Receita			1	2	3	4	5
Conta Endógena	Ativ. Produtivas	1	T_a	T_c	0	X_a	Y_a
	Instituições	2	0	T_i	T_r	X_i	Y_i
	V. Adicionado	3	T_v	0	0	X_v	Y_v
Conta Exógena		4	E_a	E_i	E_v	Z	Y_j
Despesa Total Y		5	Y_a	Y_i	Y_v	Y_j	Y_t

Fonte: SANTANA (2005).

Como se observa no Quadro 2, o fluxo circular da MCS começa nas atividades produtivas, repercutindo para o valor adicionado e para as instituições. Em que:

- $(T_a - 23 \times 23)$: mostra a distribuição dos insumos intermediários entre as atividades produtivas;
- $(T_v - 2 \times 23)$: mostra a estrutura do valor adicionado, sendo gerado pelas atividades produtivas e alocado na forma de salários e lucros;
- $(T_r - 2 \times 2)$: mostra a transferência de renda do valor adicionado para as instituições;
- $(T_i - 2 \times 2)$: mostra a distribuição de renda dentro e entre grupos de consumidores, empresas e o governo;

e) ($T_c - 23 \times 2$): mostra o padrão de gasto das instituições nos diferentes bens e serviços.

O modelo expresso na Figura 4 mostra bem este fluxo fechado da estrutura de contas da MCS, onde o impulso dado por X_v se refere ao imposto que foi definido como atividade exógena. Um aumento da carga tributária, por exemplo, tem um impacto direto sobre a renda institucional que, por sua vez, afeta as atividades produtivas e dissemina-se para o valor adicionado e assim por diante.

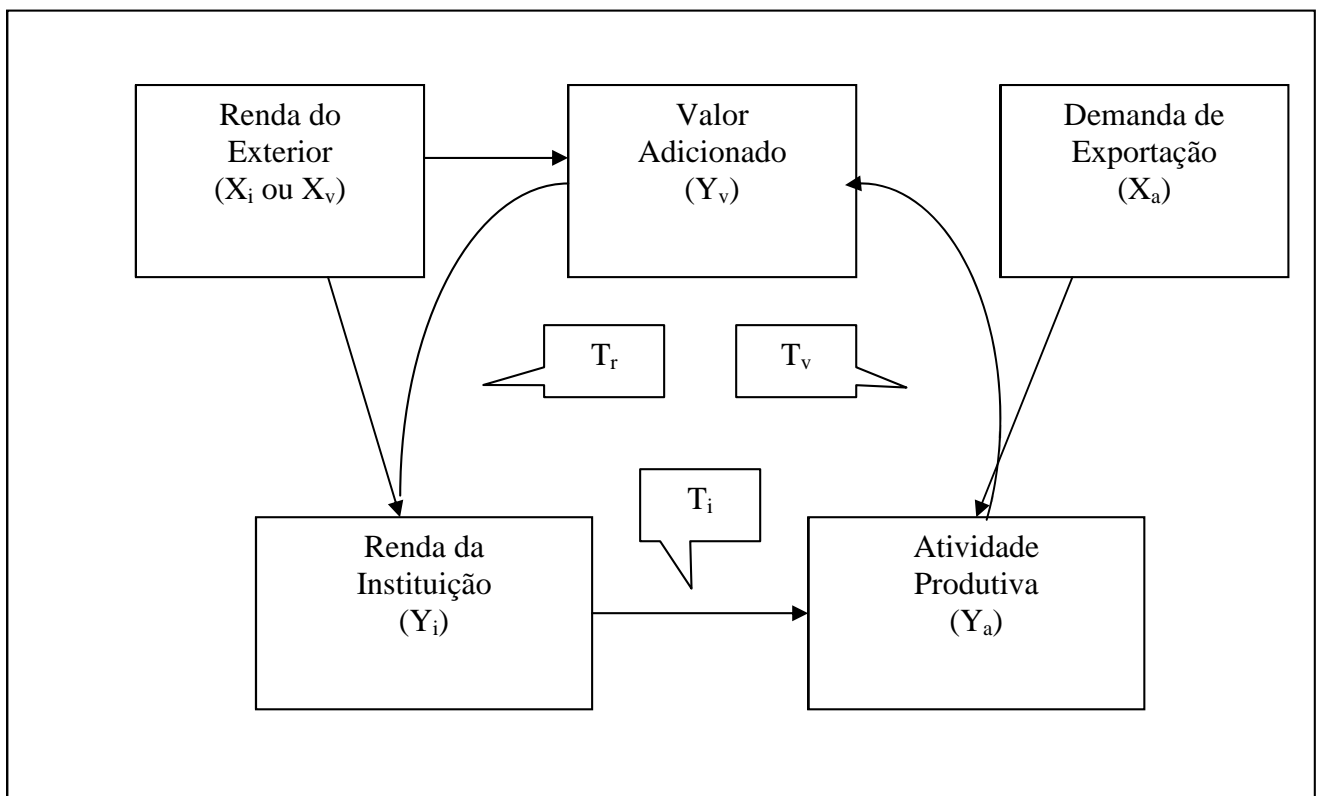


Figura 4: Representação do encadeamento interno dos estímulos exógenos

Fonte: SANTANA (2005).

Por conseguinte, o fluxo circular da economia possui a seguinte dinâmica: influência na atividade produtiva → gera valor adicionado → que determina a distribuição de renda das instituições → estabelecendo estrutura de gasto em bens e serviços → que influencia novamente as atividades produtivas, etc. (SANTANA, 1997).

O IBGE não constrói matrizes de contabilidade social, gerando apenas a matriz de insumo-produto (MIP). A MCS da Amazônia será estruturada a partir de tabelas de dados intersetoriais produzidas pela SUDAM. Este processo envolve a interação dos setores institucionais (elementos da demanda final) e de valor adicionado (elementos do valor agregado bruto) para se obter uma matriz quadrada. Serão incluídas linhas à MIP para informar as contas das famílias, do governo e FBCF; assim como serão incluídas colunas para as contas de valor adicionado, como: salários, excedente e impostos.

De acordo com Santana (1997), o fechamento da matriz obedece aos seguintes passos:

PASSO 1: Fechamento do bloco de atividades produtivas:

- a) Subtrair do valor total de cada coluna, o valor total obtido em cada linha correspondente ao setor que está sendo fechado;
- b) Ratear o resultado obtido entre os elementos de demanda final de forma proporcional à participação no valor total da demanda final.

PASSO 2: Fechamento do restante da matriz:

- a) Somar os valores de salário e alocar o resultado nas células: (Lucro: Família e Consumo: Salário), indicando que o salário é gasto totalmente em consumo;
- b) Somar os valores de excedentes e alocar, de forma relativa, nas células: (Lucro: Família e Consumo: Excedente; Lucro: Excedente e Consumo: FBCF), indicando que o excedente operacional é gasto no consumo e na FBCF;
- c) Somar os valores de imposto e alocar na célula (Lucro: Família e Consumo: Imposto), indicando que o imposto recolhido pelo governo é gasto em consumo;
- d) Subtrair o resultado total obtido em cada linha, o valor total da coluna correspondente;
- e) A diferença (quando houver) será alocada em uma das células, referente à coluna do setor e a uma linha do bloco de valor adicionado;

f) O processo continua até o completo fechamento da matriz.

3.2.4 Álgebra e especificação dos multiplicadores da MCS

A MCS pode ser apresentada num modelo matricial formado por equações algébricas, expressas na forma matricial, envolvendo todos elementos constantes do Quadro 2. Determinado modelo para a economia regional segue os parâmetros abaixo: (SANTANA et al, 2005, p.16-18)

$$X_a = t_a \cdot X_a + t_c \cdot R + Y_a \quad (1)$$

$$X_v = t_v \cdot X_a$$

$$X_i = t_r \cdot X_v$$

$$E = t_e \cdot X_e + t_i \cdot X_v$$

No modelo matricial:

$$\begin{bmatrix} I - t_a & -t_c & 0 \\ 0 & I & -t_v \\ -t_v & 0 & I \end{bmatrix} * \begin{bmatrix} X_a \\ X_i \\ X_v \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} Y_a \\ Y_i \\ Y_v \end{bmatrix}$$

$$(I - A) * X = Y$$

Este método é o mesmo usado para a MIP, a partir da equação de Leontief, e possui a álgebra expressa abaixo:

$$\begin{aligned} X &= A * X + Y \\ (I - A) * X &= Y \quad (2) \\ X &= (I - A)^{-1} * Y = M_g Y \end{aligned}$$

Onde:

X_a = é o vetor de produto das atividades produtivas;

X_i = é o vetor da renda institucional (família, governo e FBCF);

X_v = é o vetor de remuneração dos fatores de produção (trabalho e capital);

$(I - A)^{-1}$ = é a matriz de impactos globais;

I = é a matriz identidade;

A = é a matriz tecnológica;

Y_a = é o vetor de renda exógena das atividades produtivas;

Y_i = é o vetor de renda institucional exógena (famílias e governo);

Y_v = é o vetor de valor adicionado exógeno.

Esta equação representa a renda setorial das atividades endógenas como resultado das injeções eletrônicas em X , multiplicado pela matriz de efeitos globais. Pyatt & Round (1979) desenvolveram um método através da partição da A , em duas outras matrizes (B e C), sendo:

$A = B + C$, conforme abaixo: (SANTANA et al, 2005)

$$A = \begin{bmatrix} t_a & t_c & 0 \\ 0 & t_i & t_r \\ t_v & 0 & 0 \end{bmatrix}; \quad B = \begin{bmatrix} t_a & 0 & 0 \\ 0 & t_i & 0 \\ 0 & 0 & 0 \end{bmatrix}; \quad C = \begin{bmatrix} 0 & t_c & 0 \\ 0 & 0 & t_r \\ t_v & 0 & 0 \end{bmatrix}$$

Onde:

t_a = matriz de coeficientes de insumo-produto com dimensão(n, n);

t_c = matriz de coeficientes de gastos de dimensão(n, m);

t_r = matriz de coeficientes de transferência institucional de dimensão(m, p);

t_v = matriz de coeficientes de valor adicionado de dimensão(p, n);

m = é o número de instituições endógenas;

n = é o número de atividades produtivas;

p = é o número de categorias do valor adicionado.

Essas matrizes são geradas a partir da matriz de propensão média a gastar ou de coeficientes técnicos de Leontief. Desta forma a equação de Leontief pode variar conforme abaixo:

$$X = A.X + Y$$

$$X = (A + B - B)X + Y$$

$$X = (A - B)X + BX + Y$$

$$X = (I - B)^{-1}(A - B).X + (I - B)^{-1}Y = D.X + (I - B)^{-1}Y \quad (3)$$

$$D = (I - B)^{-1}.(A - B) = M_{ai}.C$$

Sendo este o primeiro processo iterativo do processo matricial. Multiplicando-se o resultado da equação (3) por D e substituindo-se o valor encontrado D.Y na referida equação, obtém-se:

$$X = D^2.X + (I - D).(I - B)^{-1}.Y \quad (4)$$

Este é o segundo movimento iterativo do processo. Multiplicando-se o resultado anterior por D2, substituindo a expressão resultante em 2 e isolando o valor de Y, tem-se o resultado abaixo:

$$X = (I - D^3)^{-1}.(I + D + D^2).(I - B)^{-1}.Y \quad (5)$$

Este é o terceiro e último movimento iterativo do processo matricial. Denominando a matriz de efeito-transferência (MET) de Ma1, a matriz de efeito cruzado (MECZ) de Ma2 e a matriz de efeito-circular (MEC) de Ma3, tem-se:

$$\begin{aligned} M_{a1} &= (I - B)^{-1}; \\ M_{a2} &= (I + D + D^2); \\ M_{a3} &= (I - D^3)^{-1} \end{aligned} \quad (6)$$

O multiplicador global (Mg) é dado pelo produto dos três multiplicadores acima, conforme abaixo:

$$M_g = M_{a3}.M_{a2}.M_{a1} \quad (7)$$

A equação fundamental de Leontief se transforma em:

$$Y = M_{a3}.M_{a2}.M_{a1}.Y = M_g.Y \quad (8)$$

Esses três multiplicadores, obtidos por Pyatt & Round (1979), representam os efeitos diretos e indiretos das transferências entre atividades do mesmo bloco de contas, por isso chamado de efeito-transferência (Ma1); os efeitos das transações entre blocos de contas diferentes, por isso chamado de efeito-cruzado(Ma2); e os efeitos das transações entre todos blocos, por isso denominado efeito-circular(Ma3).

Um outro modelo, desenvolvido por Stone (1985), propõe uma forma de apresentação aditiva dos efeitos, partindo-se da mesma equação básica.⁴⁶

$$M_g = I + (M_{a1} - I) + (M_{a2} - I).M_{a1} + (M_{a3} - I).M_{a2}.M_{a1} \quad (9)$$

Em que:

I : é a matriz de impulsos iniciais;

($M_{a1} - I$) : é a matriz de efeito-transferência líquido de Stone (MET);

($M_{a2} - I$). M_{a1} : é a matriz de efeito-cruzado líquido de Stone (MECZ);

($M_{a3} - I$). M_{a2} . M_{a1} : é a matriz de efeito-circular líquido de Stone (MECs).

De acordo com SANTANA (1994; 2004), a operacionalidade desses efeitos são as seguintes:

- a) A matriz de efeitos-transferência (MET = M_{a1}) capta o efeito da transferência de insumos e produtos entre as atividades produtivas e corresponde a matriz de impactos líquidos globais relativos às relações intersetoriais, ou matriz de impactos de Leontief;
- b) A matriz de efeitos-cruzado (MECZ = M_{a2}) capta as interações dentro e entre os três blocos de contas endógenas. Reflete os efeitos de mudanças exógenas na distribuição de renda sobre o produto e o emprego, sem considerar os efeitos de mudanças no emprego e produto sobre a distribuição de renda;
- c) A matriz de efeitos-circulares (MEC = M_{a3}) assegura que o fluxo circular se complete entre as atividades endógenas, ou seja, impactos de uma injeção original que fluem das atividades produtivas para o valor adicionado e deste para as instituições e de volta para as atividades produtivas.

Percebe-se que a decomposição dos multiplicadores da MCS evidencia que o modelo aberto de insumo-produto (MIP) subestima os multiplicadores da economia.

⁴⁶ A dedução deste modelo pode ser encontrada em SANTANA, 1994, p. 109-114.

3.2.5 Fontes de dados

Foram utilizados os dados da Matriz de Insumo Produto (MIP) da Amazônia do ano de 1999, que foi elaborada a partir do convênio do Banco da Amazônia e IPEA, bem como dados das contas regionais para cálculo da Matriz de Contabilidade Social (MCS) da Amazônia e assim estimar os efeitos dos multiplicadores do produto, renda e do emprego, e ainda os efeitos de encadeamento (*linkages*) para trás e para frente de forma a verificar como a drenagem de recursos financeiros se reflete no processo produtivo desta região. A metodologia utilizada foi a mesma que vem sendo usada no Brasil desde 1990.⁴⁷

Apesar do conceito de efeitos em cadeia ser essencialmente dinâmico, ele pode ser empregado de forma mecânica quando se interpreta os indicadores derivados de uma MCS, pois esta é uma análise de entradas e saídas e, portanto, de natureza sincrônica. Entretanto, esta ressalva não altera as conclusões da análise estática ou estática comparativa, visto que os efeitos dinâmicos do encadeamento precisam de algum tempo para se desenvolver. (CARVALHO, 2006 b, p. 96).

Na próxima seção, procede-se a análise dos resultados da MCS da Amazônia para o ano de 1999, com base nos indicadores construídos de renda e emprego, bem como, os efeitos de encadeamento.

3.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA MCS

Tendo em mente o conceito de Instituições Financeiras (IF) – que compreende um conjunto de instituições bancárias e não bancárias prestadoras de serviços financeiros, onde a diferença das IF bancárias para as IF não bancárias é que as primeiras estão autorizadas pelo Banco Central do Brasil a aceitar depósitos (entre estes depósitos estão os depósitos à vista, depósitos a prazo e poupança tradicional) – passa-se para análise desse setor a partir da MCS

⁴⁷ Para mais especificações da metodologia ver SILVA (1994, p. 25-26)

que foi utilizada como ferramenta útil para reflexão sobre as teorias de financiamento do desenvolvimento regional discutidas anteriormente.

A MCS que serviu de base para a realização dos cálculos encontra-se na Tabela 14 do apêndice B. A seguir apresentam-se os resultados das matrizes de propensão média a gastar, multiplicadores globais e sua decomposição, os multiplicadores de emprego e renda e os efeitos de encadeamento para frente e para trás da Amazônia, cuja economia foi estruturada em 23 setores.

3.3.1 Matriz de propensões médias a gastar

Inicialmente, mostra-se o resultado da matriz de propensão médio a gastar (Apêndice B – Tabela 15) das contas endógenas da MCS, que representam os coeficientes técnicos dessa matriz. Tais resultados permitem uma visualização de como o valor bruto da produção de cada setor é alocado na aquisição de insumos dos demais setores, formando a demanda intermediária, os pagamentos aos fatores de produção (valor adicionado) e impostos líquidos e com a importação de insumos e bens de capital. Assim, tem-se a grandeza das ligações comerciais de insumo-produto entre os setores da economia Amazônica, permitindo uma análise sistêmica das compras de insumos por unidade de produto vendido.

Os dados da Tabela 15 mostram que, para o setor das Instituições Financeiras (IF), para cada R\$1.000,00 de valor bruto da produção gerado em 1999, gastou-se na aquisição de insumos cerca de: R\$4,70 em celulose, papel e gráfico; R\$7,50 em produtos de outras indústrias; R\$4,00 em energia; R\$1,30 em saúde e saneamento; R\$1,90 no comércio; R\$11,50 em transporte; R\$16,50 em telecomunicações; R\$76,8 em produtos e serviços das próprias IF; R\$1,10 com educação; R\$5,50 com armazenamento e R\$150,90 com outros serviços; somando um total de R\$308,99. Significando que 30,90% do valor bruto da produção as IF gastam na aquisição de insumos, sendo que 28,18% produzidos pelas atividades domésticas regionais.

Por outro lado, as IF gastam R\$27,20 ou 2,72% do valor bruto da produção com a importação de insumos do resto do mundo e de outras regiões do Brasil, não caracterizando uma dependência expressiva.

Entretanto, do valor total da produção das IF, a maioria é direcionada para pagamento de fatores de produção e impostos. Sendo de R\$ 417,10 os gastos com salários dos trabalhadores e R\$215,50 de lucro, a título de remuneração do fator capital, que representam, em conjunto, 63,26%. Observa-se que o lucro representa 51,67% do valor destinado ao pagamento dos salários, bem diferente quando comparado com outros setores da Amazônia (por exemplo, a Agricultura, onde R\$6,59 são gastos no pagamento de salários e R\$49,25 de lucro, onde o lucro deste setor representa 747,34% do valor destinado ao pagamento dos salários dos trabalhadores), evidenciando um desequilíbrio grande em termos de distribuição de renda, como pode ser constatado na Figura 5. Em relação às instituições financeiras, esta distribuição pode ser explicada, em parte, pelo fato das matrizes da maioria dos bancos localizarem-se em outras regiões, para onde é direcionada a maior parte do lucro. Por fim, tem-se que as IF pagam R\$58,40 de impostos ao governo ou 5,84% do valor da produção.

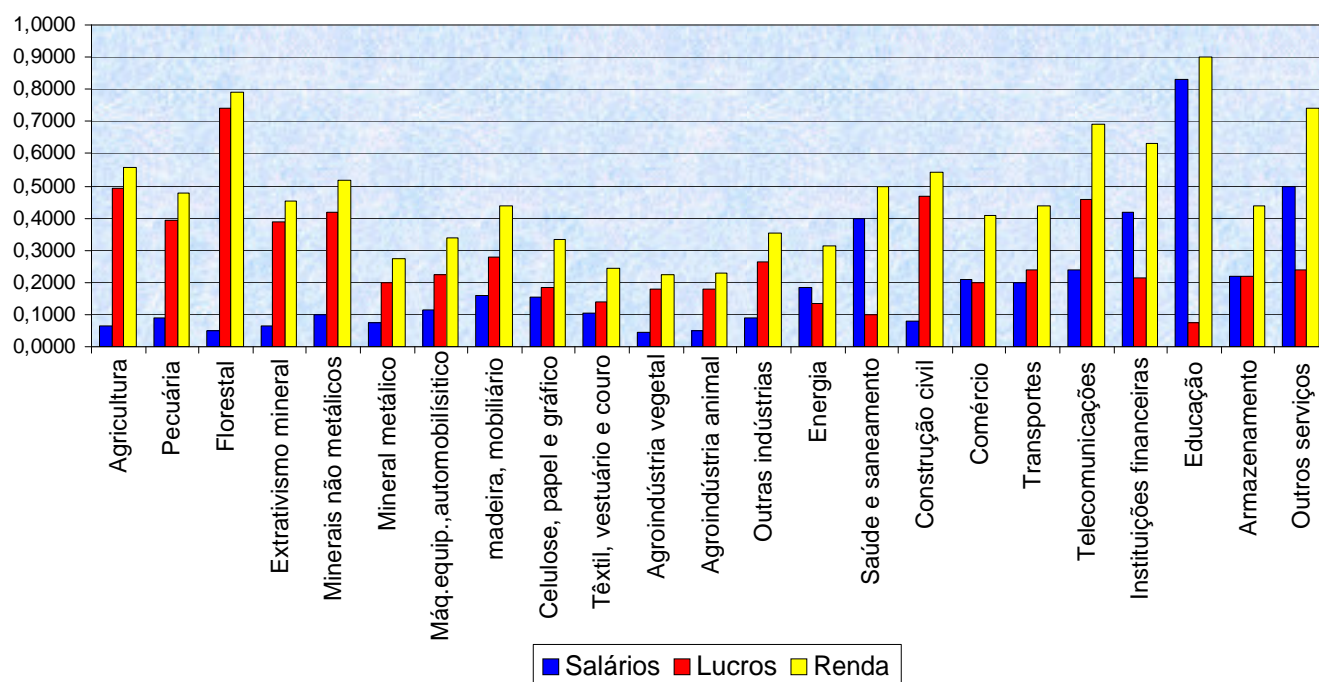


Figura 5: Distribuição dos Salários, Lucros e Renda da Amazônia: 1999

Fonte: Tabela 14.

Desta forma, os resultados da Tabela 15 mostram o grau de interdependência que cada setor apresenta com os demais setores a montante e a jusante. Estes coeficientes refletem a intensidade das transações comerciais que as empresas estabelecem com fornecedores e clientes. (SANTANA, 2005, p. 20).

Entretanto, quando se põe como endógenos as instituições sociais e o valor adicionado, a MCS permite que se compute o conjunto das relações socioeconômicas que se processam nas transações comerciais, efetivadas nos mercados de produtos e de fatores. Portanto, os multiplicadores globais que daí resultam representam mais adequadamente os vínculos entre empresas e instituições que atuam nos setores da economia regional.

3.3.2 Matriz de Efeitos-Globais (Mg) e sua decomposição

A matriz de multiplicadores globais, derivada da MCS, é condicionada completamente pela demanda, tal como nos modelos keynesianos, já que não há nenhuma restrição com a oferta que é considerada como dada. Em cada situação experimental, visando analisar os

impactos das variáveis exógenas, o choque advém da demanda externa. A análise dos resultados apresentada a seguir pressupõe variações unitárias dos vetores de impactos exógenos para a economia da Amazônia em 1999. Especificamente, busca-se identificar a robustez dos efeitos multiplicadores globais das IF com outras atividades do restante da economia da Amazônia.

O efeito de uma injeção de gastos realizada numa dada atividade produtiva sobre outra, neste caso tomando-se por base os resultados da MCS da Amazônia de 1999, é obtido por intermédio do critério aditivo de decomposição do multiplicador global de Stone (1985). Esse critério define o efeito multiplicador global como consequência da adição dos efeitos de transferência, dos efeitos cruzados e dos efeitos circulares.

Estes efeitos multiplicadores somados, dos quais resulta o efeito multiplicador global, estão disponíveis em matrizes próprias, segundo o método desenvolvido por Stone (1985) e aplicados por Santana (1997), Fochezatto & Curzel (2002), Nuñez et al (2004), Pereira (2004) Carvalho & Carvalho (2006 a), entre outros. Esse método permite que se determine a contribuição líquida que é atribuída a cada efeito econômico isoladamente. Por isso os efeitos são somados e não multiplicados, conforme proposto por Pyatt & Round (1979). De acordo com a proposta de Stone (1985), analisaram-se os quatro efeitos contidos nas matrizes de efeito transferência, de efeito-cruzado, de efeito-circular e de efeito-global, com ênfase no setor de instituições financeiras.

a) Matriz de efeitos-transferência (MET): mede os efeitos de transferência de insumo-produto entre as atividades produtivas da MCS. Trata-se da matriz de efeitos relativos às relações intersetoriais, cujos resultados estão na Tabela 16 do apêndice B. Observa-se que para atender a um impulso de demanda exógena de R\$1.000,00 por produtos e serviços das IF, este setor precisa incrementar sua produção em R\$85,60, simultaneamente com os aumentos de: R\$1,20 da agricultura; R\$1,80 em máquinas, equipamentos e automobilístico;

R\$7,40 no setor de celulose, papel e gráficos; R\$13,30 em outras indústrias; R\$2,30 em saúde e saneamento; R\$2,30 em construção civil; R\$6,30 no comércio; R\$15,90 com transporte; R\$20,40 em telecomunicações; R\$1,40 com educação; R\$7,30 em armazenamento; R\$176,10 em outros serviços e ainda R\$12,49 nos demais setores econômicos, como mostra a Tabela 16. Estes resultados mostram o grau de conexão intersetorial das IF na economia regional e deve ser levado em consideração pelos formuladores de políticas desenvolvimentistas para a Amazônia.

b) Matriz de efeitos-cruzados (MECZ): em relação a MECZ, que está expressa na Tabela 17 do apêndice B, tem-se que estes efeitos captam os impactos que resultam das interações que ocorre dentro e entre os três blocos de contas endógenas da MCS. Ou seja, medem os efeitos cruzados entre as atividades e o valor adicionado, entre o valor adicionado e as instituições e entre as instituições e as atividades produtivas. A MECZ de Stone (1985) reflete os efeitos das variações exógenas da distribuição da renda sobre o produto e o emprego, sem considerar os efeitos de mudanças no produto e no emprego sobre a distribuição de renda. Os coeficientes dessa MECZ representam, portanto, a parcela do multiplicador global que resulta das interações cruzadas entre as atividades institucionais e o valor adicionado, pois não há interações cruzadas entre as atividades produtivas.

Estes resultados podem ser considerados como transbordamentos diretos e indiretos que as atividades produtivas emanam quando geram valor adicionado e este é apropriado pelos agentes institucionais (família e governo), considerando a distribuição e a estrutura dos canais em que são efetivados. Como essas contas não constam na MIP seus efeitos não são captados.

De acordo com a Tabela 17 (MECZ), os resultados mostram o incremento em 1999 das IF regionais da Amazônia, para uma injeção de R\$1.000,00 de demanda exógena, gastou-se R\$ 784,60 com pagamento às famílias e R\$150,20 às empresas. Por outro lado, 55,87% das

receitas das IF foram oriundas da compra de produtos e serviços financeiros, e ainda, 30,13% das receitas financeiras tiveram origem nos lucros. Em relação à renda agregada (valor adicionado), verifica-se que 100% dos salários da classe trabalhadora são consumidos, sendo que deste observa-se que 47,09% são gastos na compra de bens de consumo e apenas 8,89% na compra de novos bens imóveis. Ainda, nessa matriz, percebe-se que 28,45% dos lucros são gastos na aquisição de bens de consumo e 32,93% na de bens de investimentos (FBCF).

c) Matriz de efeitos circulares (MEC): na Tabela 18 do Apêndice B, constam os resultados da MEC de Stone (1985). Os resultados mostram o incremento aos multiplicadores de impacto intersetorial de Leontief (1983) que derivam das transações comerciais que a MIP não capta. Isto resulta do fato de que a renda que excede àquela aplicada na compra de insumos da própria atividade é gasta através de outros canais, que resultam, via efeito circular, numa demanda extra sobre produtos dos demais setores.

De outra forma, destaca-se que os resultados revelam o fluxo circular da MEC. Ou seja, essa matriz apresenta os efeitos que partem das atividades produtivas e fluem para o valor adicionado e saem deste para as instituições na forma de renda que é gasta na aquisição de bens e serviços das atividades produtivas, fechando o ciclo.

Pelo que se observa dos multiplicadores intersetoriais das IF, que resultam do efeito-circular, para incremento de R\$1.000,00 na demanda exógena da Amazônia, em 1999, as IF gastariam na compra de insumos (serviços e produtos em geral) cerca de: R\$84,50 no setor de agricultura; R\$126,20 na pecuária; R\$26,40 no setor de minerais não metálicos; R\$75,40 em materiais, equipamentos e automobilístico; R\$93,70 na agroindústria vegetal; R\$123,70 na agroindústria animal; R\$236,10 em outras indústrias; R\$146,70 do setor de energia; R\$238,00 em saúde e saneamento; R\$414,80 do setor de construção civil; R\$255,70 do comércio; R\$175,50 do setor de transporte; R\$117,10 em telecomunicações; R\$312,10 do

setor de educação; R\$133,00 em armazenamento; R\$1.600,90 de outros serviços; e ainda R\$121,20 do próprio setor financeiro; entre outros.

Por outro lado, as IF receberiam, em contraparte de seus produtos e serviços financeiros na forma de empréstimos e financiamentos, R\$104,10 (consumo) e R\$53,60 (FBCF). Desta forma, estes dados revelam o baixo grau de financiamento dos investimentos na Amazônia e ainda os multiplicadores intersetoriais que resultam do efeito circular são superiores ao efeito-transferência.

Assim, refazendo a análise, tem-se que, adicionalmente ao efeito transferência, o setor financeiro deve incrementar em R\$121,20 o valor dos seus produtos para atender ao aumento de demanda exógena de R\$1.000,00. Com isso, confirma-se que o modelo aberto de insumo produto (MIP) subestima os multiplicadores, mostrando-se inadequados para representar a totalidade dos efeitos de equilíbrio geral da economia da Amazônia.

d) Matriz de multiplicadores globais (Mg): como já se sabe, a Mg, disposta na Tabela 19 do apêndice B, compreende a soma dos resultados apresentados na matriz de efeitos-transferência (Tabela 16), na matriz de efeitos-cruzados (Tabela 17) e na matriz de efeitos-circulares (Tabela 18). A soma dos resultados mostra todos os efeitos diretos e indiretos, fruto da interação intersetorial interna (lido na diagonal principal) e com a rede de fornecedores ou efeitos para trás (lido nas colunas) e de clientes ou efeito para frente (lido nas linhas), que a economia da Amazônia produz para atender a mudanças unitárias nas demandas exógenas por produtos e serviços das atividades produtivas regionais. De fato, em cada situação experimental, visando analisar os impactos das variáveis exógenas sobre as variáveis endógenas, o choque sempre provém da demanda externa.

Os multiplicadores da matriz de efeitos-globais são, portanto, sensíveis à escolha do vetor da demanda exógena. No caso desta análise, tomou-se as Instituições Financeiras como referencial, conforme disposto na Tabela 19. Os resultados mostram que para atender a um

incremento de R\$1.000,00 na demanda exógena por produtos e serviços das IF, esta deve aumentar em R\$206,80 o valor da sua produção, assim como os demais setores devem aumentar sua produção em: R\$85,70 para a agricultura; R\$126,50 para a pecuária; R\$249,40 para outras indústrias; R\$156,30 no setor de energia; R\$240,30 no setor de saúde e saneamento; R\$417,10 para a construção civil; R\$262,00 para o comércio, R\$191,50 para o setor de transporte; R\$137,50 para as telecomunicações; R\$313,50 no setor de educação; R\$1.777,10 para outros serviços; entre outros, como mostra a coluna 20 da Tabela 16. Além disso, aumentar o valor da massa de salários da classe trabalhadora em R\$2.037,40 e de lucro em R\$1.385,05.

Observa-se que este valor incremental pago aos fatores de produção é apropriado pelas instituições da seguinte forma: R\$3.010,03 ou 81,34% para as famílias (pessoas físicas, jurídicas e governo) e R\$690,35 ou 18,66 para a formação bruta de capital fixo.

A análise dos multiplicadores ao longo das linhas revela a importância do valor da produção que cada setor deve apresentar em resposta às mudanças incrementais e unitárias na demanda exógena pelos produtos de todos os setores da economia. Assim, para atender a aumentos unitários simultâneos na demanda exógena dos demais setores, as IF devem incrementar o valor de seus produtos e serviços em: R\$82,80 para o setor de agricultura; R\$117,50 para o setor de extrativismo mineral; R\$121,80 para o setor de energia; R\$112,50 para o comércio; R\$124,10 para o setor de telecomunicações; entre outros, conforme dispostos na Tabela 16, ao longo da linha 20 (IF).

Por conseguinte, os valores da diagonal principal mostram os montantes brutos que cada setor deve incrementar no valor de suas produções para atender aos incrementos exógenos da demanda por produtos do próprio setor que, no caso das IF, é de R\$1.206,78. Para se evitar conclusões inadequadas na implementação de políticas, deve-se observar que a magnitude desses multiplicadores só se concretiza se os demais setores também

incrementarem o valor de seus produtos nas magnitudes expressas nos números fora da diagonal principal da Mg.

Estes resultados evidenciam que as IF respondiam, em 1999, mais intensamente aos impactos de demanda dentro do seu próprio setor. Essa constatação só vem reforçar a urgência de uma política nacional de desenvolvimento do setor financeiro regional da Amazônia, visando ampliar as relações interdependência entre o setor financeiro e os demais setores da economia regional.

A magnitude das relações intra e intersetorial gerada dentro e entre o setor financeiro e outras atividades da cadeia produtiva setorial, principalmente àquelas mais próximas as IF à montante e a jusante, revela o seu poder estruturante. Pelo que se observou em 1999, as IF responderam aos estímulos de todas as atividades da sua cadeia, destacando-se os setores da indústria mineral, agropecuária, construção civil, outros serviços e outras indústrias. Entretanto, o grau de magnitude fraco do multiplicador global das IF, com a maioria dos setores da economia da Amazônia, indica que as IF ainda não possuem um forte poder de encadeamento sobre o crescimento das outras atividades produtivas regionais para desencadear um processo de financiamento do desenvolvimento.

Considerando que a leitura dos multiplicadores pode se tornar cansativa, é possível outra forma de análise e bem mais fácil de visualizar os dados gerados nas matrizes particionadas de MET, MECZ e MEC, para efeito de análise econômica específica de um determinado setor (ou setores) produtivo, enfatizando a decomposição dos multiplicadores globais, como pode ser visto na Tabela 6. Essa forma de apresentação é importante porque demonstra os efeitos desagregados do multiplicador global de forma menos cansativa do que seria identificar cada número em quatro matrizes diferentes simultaneamente.

Na Tabela 6, para efeito desta análise, selecionou-se o setor financeiro como atividade induzida, de forma a ilustrar os efeitos multiplicadores causados por um incremento inicial nas IF sobre os demais setores da MCS da Amazônia. Este caso específico mostra bem o impacto de um incremento de R\$1.000,00 na demanda exógena induzindo o setor financeiro regional a causar efeitos multiplicadores sobre o próprio setor financeiro e demais setores.

Tabela 6: Decomposição do multiplicador global da MCS da Amazônia nos efeitos transferência, cruzado e circular de Stone: 1999.

Caso	Atividade induzida (i)	Atividade afetada (j)	Efeito global MEG	Efeito-transferência MET	Efeito-cruzado MECZ	Efeito-circular MEC
I	Instituições financeiras	1 Agricultura	0,0857	0,0012	0,0000	0,0845
		2 Pecuária	0,1265	0,0003	0,0000	0,1262
		3 Florestal	0,0028	0,0002	0,0000	0,0026
		4 Extrativo mineral	0,0036	0,0001	0,0000	0,0036
		5 Minerais não metálicos	0,0267	0,0003	0,0000	0,0264
		6 Mineral metálico	0,0217	0,0004	0,0000	0,0213
		7 Máq.equip.e automóveis	0,0772	0,0018	0,0000	0,0754
		8 Madeira e mobiliário	0,0172	0,0001	0,0000	0,0171
		9 Celulose, papel e gráfico	0,0377	0,0074	0,0000	0,0303
		10 Têxtil, vestuário e couro	0,0109	0,0002	0,0000	0,0106
		11 Agroindústria vegetal	0,0942	0,0005	0,0000	0,0937
		12 Agroindústria animal	0,1242	0,0005	0,0000	0,1237
		13 Outras indústrias	0,2494	0,0133	0,0000	0,2361
		14 Energia	0,1563	0,0097	0,0000	0,1467
		15 Saúde e saneamento	0,2403	0,0023	0,0000	0,2380
		16 Construção civil	0,4171	0,0023	0,0000	0,4148
		17 Comércio	0,2620	0,0063	0,0000	0,2557
		18 Transportes	0,1915	0,0159	0,0000	0,1755
		19 Telecomunicações	0,1375	0,0204	0,0000	0,1171
		20 Instituições financeiras	1,2068	0,0856	0,0000	0,1212
		21 Educação	0,3135	0,0014	0,0000	0,3121
		22 Armazenamento	0,1403	0,0073	0,0000	0,1330
		23 Outros serviços	1,7771	0,1761	0,0000	1,6009
			Família	3,0100	0,0000	0,7846
	FBCF	0,6903	0,0000	0,1502	0,5402	
	Salário	2,0374	0,0000	0,5587	1,4787	
	Lucro	1,3850	0,0000	0,3013	1,0837	
	Impostos	0,2779	0,0000	0,0748	0,2031	

Fonte: Elaborada a partir da MCS da Amazônia de 1999.

De acordo com os multiplicadores na Tabela 6 tem-se que, na hipótese de uma injeção exógena do setor financeiro em R\$1.000,00, o multiplicador de magnitude 1,2068 reflete o incremento inicial de igual magnitude (R\$1.000,00) mais a expansão de R\$206,80,

decomposta nas proporções de R\$85,60 para o efeito-transferência, ou de insumo-produto, e de R\$121,20 para o efeito-circular da economia. Simultaneamente, o setor de construção civil deve aumentar o valor de seu produto em R\$417,10, sendo R\$2,30 relativo ao efeito-transferência e R\$414,80 ao efeito-circular; o setor de outros serviços deve crescer de R\$1.777,10, com R\$176,10 atribuído ao efeito-transferência e R\$1.600,90 ao efeito-circular; entre outros setores.

Os setores que apresentaram maior resposta para atender ao impulso dado às IF foram: construção civil (0,4171), comércio (0,2620), educação (0,3135) e outros serviços (1,7771). Esses resultados indicam que o efeito-circular apresenta um peso maior do que o efeito insumo-produto, podendo-se concluir que a renda que excede àquela aplicada na aquisição de insumos é gasta utilizando canais que resultam em demanda extra sobre os produtos do setor financeiro, captado no efeito-circular. O efeito-circular fortalece as ligações de demanda, que, por conseguinte, catalisam o processo que resulta da disseminação do crescimento econômico de toda a economia da Amazônia.

Deve-se destacar, ainda, que a massa de salários deve aumentar de R\$2.037,40, sendo R\$558,70 por conta do efeito-cruzado e R\$1.478,70 em função do efeito-circular. O lucro também deve crescer em R\$1.385,00, com R\$ 301,30 atribuído o efeito-cruzado e R\$1.083,70 ao efeito-circular. Como se observa, o efeito circular também predomina na formação do valor adicionado do setor financeiro.

Quanto à apropriação da renda, tem-se que as famílias (pessoas físicas, empresas e governo) ficam com R\$3.010,00 dos salários e lucro R\$277,90; R\$690,30 são aplicados na formação bruta de capital fixo.

3.3.3 Análise dos efeitos multiplicadores setoriais

Na perspectiva keynesiana, sabe-se que os aumentos dos gastos das famílias (consumo) e das empresas (investimento) geram efeitos multiplicadores no produto, na renda e no emprego de uma economia regional.

Sob esse aspecto, convém lembrar que o **multiplicador do produto (MP_j)** de um dado setor econômico mede a variação do produto de todos os setores produtivos, resultante da variação de uma unidade monetária na demanda final dos produtos do setor considerado (Instituições Financeiras). Segundo Santana (2005, p. 45), este multiplicador pode ser obtido da soma dos coeficientes diretos e indiretos dos vetores-coluna da Mg e representa o efeito bruto de cada atividade produtiva a estímulos exógenos, ou seja, é a soma dos multiplicadores da coluna. Sua fórmula matemática é a seguinte:

$$MP_j = \sum_{i=1}^n A_{ij}$$

Onde: A_{ij} são os coeficientes dos efeitos diretos e indiretos dos vetores coluna da Mg.

O **multiplicador do emprego (ME_j)**, por sua vez, é definido pela variação do emprego total, resultante da variação de uma unidade da mão-de-obra empregada, num dado setor produtivo, ou seja, este multiplicador indica a capacidade de gerar emprego de cada atividade, em resposta às mudanças exógenas da demanda final. É obtido pela divisão entre os valores do vetor-linha de emprego relativo aos coeficientes diretos e indiretos de emprego, pelos respectivos valores do vetor-linha dos coeficientes diretos de emprego. Sua fórmula é a seguinte: (SANTANA, 2005, p. 45)

$$ME_j = \frac{E_j}{e_j} \Rightarrow E_{j(1 \times 23)} = e_{j(1 \times 23)} * M_{g(23 \times 23)}$$

Por fim, o **multiplicador da renda (MR_j)** mede a variação total na renda de uma economia, resultante da variação de uma unidade da renda do setor considerado para análise.

Representa a renda agregada setorial gerada direta e indiretamente para cada unidade monetária injetada diretamente em um dado setor. Onde o efeito direto da renda é o montante de salário que vai para o trabalhador e o lucro das empresas. Efeito direto e indireto da renda (salário mais lucros) mostra a mudança total na renda como resultado da alteração unitária na demanda final, ou seja, o multiplicador setorial da renda capta a capacidade de um dado setor da economia da Amazônia de ampliar sua renda agregada em resposta ao aumento exógeno de uma unidade monetária da demanda final. É obtido da divisão entre os valores do vetor-linha de renda da Mg ou de efeitos diretos e indiretos (R_j), pelos respectivos valores de renda da matriz de coeficientes tecnológicos (r_j). Sua fórmula apresenta-se abaixo: (SANTANA, 2005, p. 45)

$$MR_j = \frac{R_j}{r_j} \Rightarrow R_{j(1 \times 23)} = r_{j(1 \times 23)} * M_{g(23 \times 23)}$$

A Tabela 7 mostra os coeficientes dos multiplicadores keynesianos do produto, emprego e renda da economia da Amazônia em 1999. Os valores indicam o montante que cada setor necessita aumentar do produto, emprego e renda para atender a incrementos unitários na demanda exógena.

Assim, no caso das IF, o seu respectivo multiplicador do produto sugere que, em 1999, para o aumento de R\$1.000,00 na demanda pelos seus produtos, o setor financeiro respondeu com um incremento de R\$5.720,20 de insumos (produtos e serviços financeiros). Pelo que se observa, este multiplicador é um dos que possui maior magnitude, dentre os setores da economia da Amazônia, situando-se acima da média do multiplicador do produto de 4,56 da economia regional.

Já o multiplicador de emprego de 19,8506 das IF, novamente um dos mais robustos da economia Amazônica e acima da média de 10,62, evidencia que, para um incremento exógeno de R\$1.000,00 da demanda final, o setor financeiro da Amazônia em 1999 respondeu com

uma geração de empregos diretos e indiretos na ordem de 19.851. Confirma-se com isso a importância estratégica do setor financeiro regional para alavancar o desenvolvimento da Amazônia.

Entretanto, o multiplicador da renda agregada do setor financeiro da economia da Amazônia de 0,1724, em 1999, mostra-se muito abaixo quando comparado aos demais setores regionais com maior poder de geração de renda, estando abaixo da média de 0,51. Isto significa que, para um incremento de R\$1.000,00 da demanda final, as IF da Amazônia responderam com um aumento de R\$172,40 em termos de renda, significando uma baixa demanda efetiva. (Ver Figura 9 dos multiplicadores no apêndice B).

Tabela 7: Multiplicadores do produto, emprego e renda da Amazônia: 1999

Atividades		Multiplicadores		
		Produto	Emprego	Renda
1	Agricultura	4,0305	2,3178	0,9933
2	Pecuária	3,9060	3,7468	0,5721
3	Florestal	4,4527	1,9725	1,4174
4	Extrativismo mineral	4,3905	13,7280	0,1756
5	Minerais não metálicos	4,7275	6,8895	0,3865
6	Mineral metálico	4,1051	11,5438	0,1702
7	Máquina, equipamento, automotivo	3,5814	18,4242	0,0986
8	madeira, mobiliário	4,6566	3,7873	0,6716
9	Celulose, papel e gráfico	4,4048	8,6879	0,2609
10	Têxtil, vestuário e couro	4,0827	2,6446	0,7237
11	Agroindústria vegetal	4,5709	10,4126	0,2122
12	Agroindústria animal	4,3539	22,3871	0,0938
13	Outras indústrias	3,8013	11,3680	0,1715
14	Energia	4,9530	37,9791	0,0661
15	Saúde e saneamento	5,1396	5,5305	0,5223
16	Construção civil	4,4538	6,4125	0,3947
17	Comércio	4,4684	3,6033	0,6758
18	Transportes	4,1958	3,5998	0,6351
19	Telecomunicações	5,0399	38,8094	0,0785
20	Instituições financeiras	5,7202	19,8506	0,1724
21	Educação	5,8254	2,8410	1,3175
22	Armazenamento	4,6347	1,9960	1,2484
23	Outros serviços	5,2828	5,6529	0,5738
Média		4,56	10,62	0,51

Fonte: Elaborada a partir da MCS da Amazônia de 1999.

Na próxima seção, discute-se o resultado das conexões comerciais que se estabelecem entre os setores produtivos da Amazônia em 1999 que é expresso por meio dos

encadeamentos “para trás” (*backward linkage*), mediante relações a montante com fornecedores de matéria-prima e dos efeitos “para frente” (*forward linkage*), gerados pelas relações a jusante com clientes que efetivam as compras dos produtos setoriais.

3.3.4 Efeitos de encadeamento para frente e para trás

Neste caso, torna-se importante a análise dos impactos econômicos resultantes das ligações entre as várias atividades da MCS da economia da Amazônia em 1999, em face das desigualdades inter-regionais, cujo objetivo principal das regiões mais pobres, no caso a Amazônia, é obter um rápido crescimento da renda.

Entretanto, deve-se considerar o debate sobre o critério mais adequado de escolha das atividades produtivas de maior capacidade de alavancagem do crescimento econômico regional.

Nesse sentido, nas economias regionais carentes de recursos e que passam por um processo de estruturação (ou reestruturação) industrial, como a Amazônia, é plausível que a melhor estratégia pró-desenvolvimento regional seja aquela proposta por Hirschman (1961; 1977). Nessa perspectiva, o crescimento econômico desequilibrado, baseado em investimentos públicos e privados em capital social básico e em indústrias-chave, capazes de gerar uma seqüência eficaz de efeitos de encadeamento “para trás” e “para frente”, podem impulsionar o processo de desenvolvimento regional, ao formar um conjunto de cadeias produtivas setoriais em torno das quais articulam-se as indústrias-satélites.

Neste aspecto, reitera-se a importância, para fins de planejamento, de identificar as indústrias-chaves geradoras de efeitos de encadeamento positivos “para trás” (retrospectivos) e “para frente” (prospectivos) das atividades produtivas. A técnica utilizada para mensurar os efeitos foi seguindo a metodologia proposta por Santana (2005, p. 47), que destaca a matriz inversa da MCS como referência para a mensuração dos encadeamentos intersetoriais. Esta opção deve-se ao fato da MCS incorporar as demandas intermediárias (insumos), as demandas

finais por gastos de consumos e investimento, assim como a renda dos fatores de produção, proporcionando maior robustez nos coeficientes da MCS do que os da MIP.

O efeito de encadeamento “para trás” mede o grau de dependência de cada setor produtivo por matérias-primas ou insumos produzidos nos demais setores em resposta às mudanças unitárias da demanda final. Já o efeito de encadeamento setorial “para frente” mede a capacidade de cada setor para atender às mudanças unitárias da demanda final da economia. (SANTANA, 2005).

Nesse particular, é importante destacar o critério para que uma dada indústria regional possa ser classificada como indústria-chave como sugerem Rasmussen (1956; 1963) e Hirschman (1977; 1985), onde: se os coeficientes dos efeitos em cadeia “para trás” (E_t) e “para frente” (E_f) de uma dada indústria ou setor forem maior que a unidade, então essa indústria ou setor considerado apresenta características de uma indústria-chave.

A matriz de efeitos globais (M_g) da MCS da Amazônia de 1999 é a referência para a mensuração dos encadeamentos ou *linkages* setoriais “para trás”. Este encadeamento “para trás” é também conhecido como índice de poder de dispersão podendo assumir um valor maior ou menor do que 1 e é dado pela fórmula abaixo:

$$E_f = n * m_j / m$$

Onde: E_t mede o efeito de ligação para trás; n é o número de setores da MCS; m_j é o multiplicador de cada atividade; e m é \sum da coluna.

Quando $E_t > 1$, diz-se que o setor j apresenta um forte *linkage* para trás com outros setores e, diante de alguma mudança na demanda exógena, conduz a um incremento acima da média no produto total. Inversamente, um fraco *linkage* para trás, quando $E_t < 1$, produz um incremento abaixo da média no produto total, visto que o poder de indução sobre os outros setores é baixo. (SANTANA, 2005, p. 48).

Para mensurar o efeito de encadeamento “para frente” não se pode empregar diretamente o método de Rasmussen (1956;1963) utilizando a soma das linhas da matriz de efeitos globais de despesa, uma vez que este método não deixa claro o poder de indução de cada setor. Isso porque o índice de Rasmussem mostra o incremento de produto apenas do setor i , quando a demanda final para todos os setores muda de uma unidade.

Em razão disso, o modelo de Jones (1976) mostrou-se mais adequado, uma vez que consiste na utilização de uma matriz de coeficientes de produtos A , em lugar da matriz de coeficientes técnicos A . Neste caso, os elementos de cada linha da matriz A são tidos como proporção do produto total das vendas do setor i e não das despesas do setor j . O índice de encadeamento ou *linkages* “para frente”, também conhecido como índice de sensibilidade da dispersão é dado por Santana (2004):

$$E_f = n * \bar{m}_j / \bar{m}$$

Onde: E_f mede o efeito de ligação para frente; n é o número de setores da MCS; \bar{m}_j é a soma dos coeficientes de uma determinada linha i da MCS inversa; \bar{m} é a média de todos os elementos de \bar{m}_j .

Dessa forma, o produto cresce primeiro na atividade i para expandir o valor adicionado de uma unidade desta atividade; este resultado é então distribuído para utilização em outras atividades, contribuindo, assim, para aumentar o produto de todas as atividades inter-relacionadas, direta ou indiretamente.

Com isso, tem-se que as atividades que apresentam altos efeitos de encadeamento “para trás” (E_t) e “para frente” (E_f) (E_f e/ou $E_t > 1$) podem significar a indução de efeitos positivos sobre o produto total da economia. Isso significa que essas atividades apresentam influência suficiente para movimentar a economia em respostas aos impulsos de demanda.

Os resultados apresentados na Tabela 8 mostram os efeitos de encadeamento produtivos “para trás” e “para frente” da Amazônia no ano de 1999.

Tabela 8: Efeitos de encadeamento produtivos para frente e para trás dos setores econômicos da Amazônia: 1999

Setor	Efeito para trás	Efeito para frente
Agricultura	1,4590	0,4119
Pecuária	1,6678	0,4283
Florestal	0,7983	0,1848
Extrativo mineral	1,2576	0,1888
Minerais não-metálicos	0,8131	0,7068
Minerais metálicos	1,5633	0,3886
Máq.equip.,automóveis	2,2720	0,4133
Madeira e mobiliário	0,9692	0,3245
Celulose, papel e gráfico	1,3692	0,8384
Têxtil, vestuário e couro	1,6238	0,7733
Agroindústria vegetal	0,9789	0,9007
Agroindústria animal	1,1313	0,8017
Outras indústrias	1,9482	1,0159
Energia	0,9857	1,2722
Saúde e saneamento	0,8054	1,3188
Construção civil	1,0455	1,2188
Comércio	1,4263	0,6912
Transportes	1,5918	0,9604
Telecomunicações	0,4979	2,1422
Instituições financeiras	0,1500	1,6117
Educação	0,1355	1,6554
Armazenamento	1,0301	1,7110
Outros serviços	0,4870	1,7526
Média	1,1307	0,9440

Fonte: Elaborada a partir da MCS da Amazônia de 1999.

Os resultados da Tabela 8 mostram que, em 1999, havia 13 setores que apresentaram efeitos de encadeamentos produtivos para trás, e 8 setores que apresentarem efeitos de encadeamento produtivos para frente, superiores a 1. Destes, apenas três setores (Outras indústrias, construção civil e armazenamento) apresentaram, simultaneamente, efeitos de encadeamento para trás e para frente. No caso do setor financeiro da Amazônia, em 1999, apresentou um índice de 0,15 de efeito para trás e de 1,6117 de efeito encadeamento para frente. Estes resultados das IF evidenciam que, na economia da Amazônia, o setor financeiro tem baixo poder de conexão para trás com as atividades produtivas a montante. Entretanto, o índice de encadeamento para frente, superior à unidade e maior que a média regional, mostra que o setor financeiro da região está se conectando mais com as atividades a jusante, ou seja, está fortalecendo mais a demanda final por seus produtos e serviços financeiros.

O baixo efeito de encadeamento das IF para trás pode ser explicado pela falta de uma política de financiamento do desenvolvimento, que fica à espera da livre atuação do mercado que propicia a drenagem da parca captação de depósitos da Amazônia. Isso mostra quão importante e urgente se faz necessário que o Estado se faça presente de forma mais contundente e eficaz através de investimentos em capital social básico, concessão de incentivos fiscais a setores estratégicos, uma política de crédito, além do poder de compra das estatais, cujos efeitos combinados podem alavancar o desenvolvimento, ativando também os investimentos privados estratégicos geradores de economias de escala e de escopo e de economias externas, levando-se em conta o processo de globalização econômica.

Os resultados revelam que na economia amazônica as conexões intersetoriais estão presentes, embora apresente padrão desequilibrado entre os setores, fruto dos vários graus de integração das cadeias produtivas regionais. Mostra, ainda, que o setor financeiro tem capacidade de estabelecer fortes conexões para trás e para frente, se induzido, com outros setores produtivos da região, devendo, portanto, ser mais um dos setores-chave da economia local que deve ser considerado no processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia. Portanto, é importante observar os desequilíbrios existentes entre os elos das cadeias produtivas setoriais e desenvolver esforços para apontar soluções estratégicas e apropriadas ao desenvolvimento regional.

CONCLUSÕES

Esta dissertação buscou apresentar, de forma clara, algumas características do setor financeiro na economia da Amazônia a partir de um referencial teórico que estabelece as bases conceituais para o financiamento do desenvolvimento regional, da análise de distribuição regional dos depósitos (à vista, a prazo e poupança), volume de crédito e número de IF registradas no Brasil, bem como dos valores obtidos pela MCS da economia da Amazônia em 1999.

Sabendo-se que as atividades produtivas da base de uma economia movem-se através de uma rede de ligações econômicas, tais que, a sua expansão baseia-se na intensificação dessas correspondentes inter-relações econômicas, entre indústrias ou empresas, em determinado espaço geográfico, onde as ações das respectivas unidades produtivas desencadeiam e sustentam os fluxos correntes de bens e serviços. Tem-se que o conhecimento qualitativo e quantitativo da dimensão econômica do setor financeiro da Amazônia (ou das relações intersetoriais) pode se tornar um instrumento importante no planejamento para orientar as decisões dos governos e dos agentes privados no que diz respeito à opção de financiamento do desenvolvimento regional.

A intenção de mensurar e analisar os impactos econômicos do setor financeiro na Amazônia reside na contribuição para alavancar o processo de desenvolvimento regional. Nesse sentido, a mensuração e verificação da distribuição dos recursos financeiros, assim como a identificação dos setores chaves, tende a facilitar a escolha de melhores alternativas de financiamento do desenvolvimento, tanto para o setor privado, quanto para ações governamentais, no sentido de impulsionar, não somente o setor financeiro, mas também a verticalização da cadeia produtiva de outros setores da economia regional, para a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Ao se registrar a origem, evolução e estrutura do sistema financeiro nacional procurou-se demonstrar que a intermediação financeira dos bancos e demais instituições financeiras é importante na determinação de estratégias de desenvolvimento regional. O propósito é chamar a atenção para a tendência da concentração financeira nos grandes centros, o que limita o financiamento dos investimentos nas regiões periféricas do Brasil, prejudicando o desenvolvimento econômico da Amazônia. Essa concentração financeira também prejudica o desenvolvimento regional, pois tende a ampliar a concentração industrial, visto que os setores produtivos buscam recursos para financiar seus investimentos e o encontram mais facilmente nas regiões centrais, como o sudeste brasileiro.

Por isso, a análise ressalta a necessidade de uma intervenção do Estado para quebrar esse processo de concentração e estimular a redução das desigualdades econômicas entre as regiões do Brasil, através de uma política econômica integrada que compatibilize de forma sistêmica as políticas macroeconômicas (políticas monetária, fiscal e cambial) com as políticas setoriais (políticas industrial, agropecuária, comercial e tecnológicas) e as políticas de desenvolvimento regional sustentável. Para isso, é necessário que as instituições governamentais funcionem de forma a planejar e coordenar esse processo; que os bancos possam desempenhar um papel importante em prol do desenvolvimento regional, com o propósito de diminuir as desigualdades intra e inter regionais.

Na economia da Amazônia, as atividades produtivas possuem encadeamentos intra e intersetoriais, como é o caso do setor financeiro. Logo, o conhecimento quantitativo dessas relações é importante instrumento de análise para orientação do planejamento econômico regional. Além de avaliar a dinâmica econômica do sistema financeiro nacional, desde sua reformulação em 1964, e dimensionar o setor bancário a nível regional para os anos de 1999 a 2004, tinha-se como principal objetivo mensurar e interpretar os efeitos provocados pelas Instituições Financeiras sobre os demais setores da economia da Amazônia, em termos de

impactos econômicos captados pelas matrizes de transferência, cruzada, circular e global, quando submetidas à variação unitária exógena da demanda final.

Também se buscou quantificar e analisar os efeitos causados pelo setor financeiro sobre as demais atividades produtivas da Amazônia, em termos de geração do produto, renda e emprego. Analisando-se ainda os efeitos de encadeamento “para trás” e “para frente” causados pelas IF a montante e a jusante de sua cadeia produtiva (produtos e serviços financeiros), de forma à identificação deste setor como indústria-chave. Para isso, adotou-se a MCS como método analítico, através de modelagem matricial para se calcular os indicadores econômicos.

Os resultados apresentados na MCS evidenciam que o setor financeiro é uma atividade importante da economia da Amazônia uma vez que pode agregar valor à produção regional, apresenta forte encadeamento prospectivo, o que indica potencialidade de crescimento, é intensivo em trabalho, o que significa geração de empregos e pode favorecer a distribuição de renda.

Tais resultados são expressivos, mostrando que a MCS é um instrumento metodológico importante para o planejamento do desenvolvimento regional, porque permite determinar e visualizar o grau de integração horizontal e vertical de cada atividade produtiva em relação às demais que se vinculam a montante e a jusante. Além disso, percebeu-se, através da determinação dos multiplicadores do produto, do emprego e da renda, que é possível intensificar o campo de ação do setor financeiro, proporcionando maior integração entre as cadeias produtivas regionais.

A MCS permitiu também identificar outros setores-chave da economia da Amazônia. Verificou-se que os investimentos produtivos e em infra-estrutura que vêm sendo realizados nos últimos anos possibilitaram ao setor de agropecuária, das indústrias em geral e os serviços fortes laços intersetoriais. No caso do setor financeiro, os efeitos em cadeias para

trás são fracos, entretanto, o efeito em cadeia para frente possui magnitude suficiente para desencadear um processo de alavancagem do crescimento, via captação e aplicação dos recursos financeiros. Apesar disso, verifica-se que o setor financeiro, por apresentar os efeitos em cadeia incompletos (para trás menor que um e para frente maior que um), não se constitui numa indústria-chave.

Já através da matriz de multiplicadores globais, composta das matrizes de efeito-transferência (que capta as relações intersetoriais de insumo-produto), de efeito-cruzado (que capta os impactos transmitidos entre as atividades distintas) e de efeito-circular (que capta a distribuição dos resultados dentro da economia), pode-se dizer que a estrutura produtiva da Amazônia em 1999, sobretudo quanto as IF, ainda é incipiente, principalmente se levar em conta a condução pouco representativa da política regional de incentivos financeiros e de crédito dos bancos oficiais e privados. Financiar projetos individuais que não possuem conexões intra e intersetoriais, ao invés de financiar aglomerados e arranjos produtivos estruturantes de cadeias produtivas da Amazônia acabou por refletir na baixa disponibilidade de recursos financeiros, uma vez que um processo puxa o outro, segundo a visão do teórico Myrdal (1968).

Verifica-se ainda que a competição doméstica com produtos importados, sujeita à regulamentação do governo, já estimula a emergência de indústrias satélites interessadas na substituição de importações. Isso pode ser constatado pela evolução positiva dos indicadores que captam os efeitos multiplicadores globais e os efeitos de encadeamento em várias atividades da economia da Amazônia.

Entretanto, apesar da crescente evolução das exportações regionais de matérias-primas e produtos semi-acabados, estes ainda estão concentrados em poucos setores e com baixo valor agregado. Isto prolonga, de certa forma, a dependência econômica da Amazônia e drena parte dos seus recursos para outras regiões mais desenvolvidas. Para romper com esta

dependência tecnológica e econômica é preciso definir uma política nacional de desenvolvimento de inovações tecnológicas no âmbito regional, uma nova política nacional de desenvolvimento regional que privilegie a formação de cadeias produtivas integradas e uma política comercial que estimule a exportação ampla e diversificada de produtos com elevado valor agregado para que seus benefícios possam ser regionalizados na forma de emprego e ampliação da renda na economia da Amazônia.

Para que o planejamento e a implementação de uma política nacional de desenvolvimento da Amazônia tenha êxito, com formação de cadeias produtivas ligadas a indústrias-chave, é necessário direcionar as ações do sistema financeiro nacional para o atendimento da crescente demanda por financiamento. Isso pode ser alcançado através de estímulos ao capital bancário nos municípios identificados como estratégicos para o desenvolvimento econômico sustentável, baseados na formação de complexos industriais ou arranjos produtivos locais.

A expansão da rede bancária para o interior da Amazônia servirá como um fator de alavancagem financeira para os empreendimentos locais. Assim como os recursos disponíveis dos fundos públicos pró-desenvolvimento – Fundo de Financiamento do Norte (FNO) e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) – devem ser estendidos a mais IF e destinados à formação de cadeias produtivas regionais, onde possam ser ampliadoras de mercado, tornando-se necessária as participações integradas do governo, setor privado e a sociedade organizada.

Toda essa análise é convergente com a percepção de que a atuação institucional do Estado é mais relevante do que se possa esperar que o mercado proporcione livremente o financiamento do desenvolvimento regional da Amazônia. Entende-se que o Estado é um agente externo ao financiamento do desenvolvimento, enquanto que para alguns a intervenção estatal distorce preços relativos, reduzindo a eficiência da utilização dos recursos, para outros

(concepção pós-keynesiana) a intervenção surge como um recurso para corrigir falhas de mercado.

Na abordagem aqui assumida, o Estado pode ter um papel mais significativo em promover fontes sólidas no financiamento do desenvolvimento regional. Na medida em que deve essencialmente voltar suas políticas para a implementação de um projeto de desenvolvimento e a consolidação de setores produtivos dentro desse projeto, as políticas públicas de financiamento ao desenvolvimento e seus instrumentos (como os bancos de desenvolvimento, e, neste caso, os bancos públicos são importantes) surgem, portanto, como instrumentos de estratégias de desenvolvimento, criando oportunidades de investimentos não só dentro dos setores escolhidos, como para os setores a eles ligados direta e indiretamente.

Por fim, cabe lembrar que os mercados financeiros mudaram significativamente (no Brasil e no mundo) nos anos de 1980 a 1990, com novas formas de captação (através de processos de securitização⁴⁸) e de segmentação de riscos (com derivativos⁴⁹, por exemplo). Por outro lado, o desenvolvimento recente no mercado financeiro abre possibilidades de políticas (mais de longo prazo) voltadas a fortalecer o papel dos investidores institucionais e mercados de títulos de longo prazo no financiamento de empresas com maiores possibilidades de acesso a esses mercados. Os desafios são grandes e, levando-se em conta que os acessos ao financiamento externo se tornam cada dia mais escassos e voláteis, os financiamentos domésticos e a intervenção adequada do Estado no sistema financeiro nacional são instrumentos importantes para o desenvolvimento regional. A questão, como colocou Stiglitz (1984), não é mais se o Estado tem de intervir, mas qual a forma mais eficiente de intervenção.

⁴⁸ Trata-se da conversão de empréstimos bancários e outros ativos em títulos (*securities*) para a venda a investidores que passam a ser os novos credores dessa dívida.

⁴⁹ Operações financeiras cujo valor de negociação deriva (daí o nome derivativos) de outros ativos, com a finalidade de assumir, limitar ou transferir riscos, por exemplo: operações com mercado futuro, cotações futuras de índices, etc.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. A. C. et al. **Desenvolvimento Econômico, Preferência pela Liquidez e Acesso Bancário: um estudo de caso.** Texto para Discussão n° 192. CEDEPLAR/FACE/UFMG. Belo Horizonte, 2003.

ALEXANDRE, M. et al. **Distribuição regional do crédito bancário e convergência no crescimento estadual brasileiro.** São Paulo: ANPEC (área 5 – Economia regional). Disponível em: <http://www.intelecto.net/cidadania/global-5.html>. Acesso em: 05 abr 2006.

AMADO, A. M. Moeda, Sistema financeiro e a trajetória de desenvolvimento regional desigual. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. DE. (Org.). **Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____; MOLLO, M L. R. **Noções de Macroeconomia: Razões teóricas para as divergências entre os economistas.** Barueri, SP: Manole, 2003.

_____. **Economias Nacionais e Economias Regionais em um Mundo Globalizado.** Brasília. Disponível em: <http://www.intelecto.net/cidadania/global-5.html> Acesso em: 07 jun 2005.

ANDRADE, T.A. & SERRA, A. R.V. Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras. **Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia.** Vitória: ANPEC, 1998.

AZZONI, C.R. Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: análise a partir de séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995. **Estudos econômicos.** v. 27, set-dez 1997.

BAER, M. **O Rumo Perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Projeto de Reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro.** Brasília, out.2000. (Nota Técnica). Disponível em <http://www.bcb.gov.br/mPag.asp?perfil=1&cod=194+&codP+53.html>. Acesso em 10 fev 2002.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1992: o desafio do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: FGV, 1993.

BARAN, P.A. **The Political Economy of Growth.** London: John Calder, 1957.

BNDES. **BNDES: 50 anos de desenvolvimento.** Rio de Janeiro, 2002.

CANUTO, O.; FERREIRA JÚNIOR, R. **Assimetria da informação e ciclos econômicos: Stiglitz é keynesiano?** Texto para discussão. IE/UNICAMP. N° 73, 1999.

CARVALHO, F.J.C. et al. **Economia Monetária e Financeira: teoria e prática.** 7ª Tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

CARVALHO, David Ferreira; SANTANA, Antonio Cordeiro. **O setor dos minerais não metálicos e seus índices de encadeamento produtivo na economia da região Norte: uma**

abordagem a partir das matrizes de insumo produto e de contabilidade social dos anos de 1985 e 1999. Belém: UNAMA, 2004.

_____. Sistema Financeiro Nacional e o Desenvolvimento da Amazônia. In: **Estudos – Diagnósticos Setoriais**. Belém: Ministério da Integração Nacional (MI), Agência de desenvolvimento da Amazônia (ADA), Projeto de Ações Integradas para o Planejamento do desenvolvimento Sustentável da Amazônia (PRODESAN), 2005.

_____; CARVALHO, André Cutrim. A indústria dos minerais metálicos e a formação de cadeias produtivas estruturantes na Amazônia: uma aplicação da matriz de contabilidade social. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento / Banco da Amazônia**. Belém, v. 1, n. 1 (jul/dez. 2005), p. 121-157 semestral. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/pesquisas.htm>. Acesso em 14 de março de 2006 a.

_____. **Globalização financeira e a Amazônia nos anos 90**: ensaios selecionados sobre a globalização financeira da economia brasileira e amazônica. Belém: CSE/UFPA, 2006 b.

CASTRO, C.B. **Moeda e espaço**: os casos das áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e suas áreas de polarização. Dissertação (Mestrado), CDEPLAR, UFMG. Belo Horizonte, 2002.

CAVALCANTE, L. R. M.T. **Crédito e desenvolvimento regional**: o caso do banco de desenvolvimento do estado da Bahia. Tese (Doutorado em administração). UFB. Salvador, 2004.

CHIANG, A. **Matemática para Economistas**. Tradução: Roberto Campos Moraes. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1982.

CHICH, V. A evolução do sistema bancário e a teoria da poupança, do investimento e dos juros. **Teoria Monetária & Financeira**. Porto Alegre. Ensaio FEE, Cap. 1: p.9-23, 1994.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. O desenvolvimento recente do sistema financeiro da América Latina. In: **América Latina: Ensaio de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., Segunda Parte, p.108-148, 1979.

CROTTY, J. R. Post-Keynesian economic theory: an overview and evaluation. **The American Economic Review**, v. 70, n. 2, p. 20-25, 1980.

DAVIDSON, P. Rational Expectations: A Falacious Foundation for Studying Crucial Decision-Making Processes. **Journal of Post Keynesian Economics**, n. 5, p. 182-196, 1983.

DOW, S. C. Money and Regional Development. **Studies in Political Economy**, v.23, 2, p. 79-94, 1987.

FIGUEIREDO, G.M.T.S. **Sistema de Pagamentos Brasileiro**: mudanças com intento de reduzir riscos de efeito dominó. Belém: UNAMA, 2002.

FILHO, Jair do Amaral. **Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista**. 1997 (Artigo). Disponível em: <http://www.intelecto.net/cidadania/global-5.html> Acesso em: 05 jun 2005.

FRANK A.G. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. New York: Monthly Review Press, 1967.

FREITAS, M.C. Abertura do sistema bancário ao capital estrangeiro. In: FREITAS, M.C. (org.). **Abertura do Sistema Financeiro no Brasil nos Anos 90**. São Paulo: IPEA/Fapesp, 1999.

FOCHEZATTO, A.; CURZEL, R. **Método de obtenção da matriz de contabilidade social regional**: Rio Grande do Sul, 1995. Brasília: IPEA, 2002 (Texto para discussão, 902).

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 848 p, 2005.

FURTADO, Celso. A formação de capital e desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Coords.). **A economia do subdesenvolvimento**. São Paulo: Fontenese, 1969.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GUILHOTO, J. J. et al. **Índices de ligações e setores-chaves na economia brasileira: 1959/80**. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro: IPEA, v. 24, n. 2, ago. 1994.

GURLEY, J.; SHAW, E. **Financial Aspects of Economic Development**. American Economic Review, XLV: 4, setembro de 1955.

HAGUENAUER, L. & PROCHNIK, V. **Identificação de cadeias produtivas e oportunidades de investimento no nordeste do Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2000.

HIRSCHMAN, A. O. **The Strategy Of Economic Development**. New Haven, Connecticut, Yale University Press, 1958.

_____. **La estrategia del desarrollo económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

_____. **Projetos de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. "A Generalized Linkage Approach to Development, with Special Reference to Staples". In: NASH, M. (ed.) **Essays on Economic Development and Cultural Change in Honor of Burt Hoselitz**. Chicago, University of Chicago Press, 1977.

_____. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: SORJ, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M. (Org.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

IBGE. **Estatísticas do século XX**. 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/supme/analiseresultados2.shtm>. Acesso em 15 abr 2006.

JONES, L. P. The measurement of Hirschman linkages. **The Quartely Journal of Economics**. v. 90, n. 2, p. 323-333, 1976.

KEYNES, J. M. “Alternative Theories of the Rate of Interest”. In: **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, Vol.XIV, Londres: Macmillan, 1973.

_____. **The treatise on money**. New York: AMS press, 1976.

_____. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

_____. A teoria ex ante da taxa de juros. In: ALMEIDA, A. L. O DE (apres.); **Clássicos da literatura econômica**. 2ª ed. Rio de Janeiro:IPEA, 1992.

_____. Teorias alternativas da taxa de juros. . In: ALMEIDA, A. L. O DE (apres.); **Clássicos da literatura econômica**. 2ª ed. Rio de Janeiro:IPEA, 1992.

KINK, Robert G., LEVINE, Ross. Finance and growth: Shumpeter might be right. **Quarterly Journal of Economics**, v. 108, n. 434, Aug. 1993.

KLEIN, M. **A Theory of Banking Firm**. Journal of Money, Credit and Bankings, 3, 1971.

KON, A. **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.

LEMOS, M. B. **Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro**. (Projeto). Belo Horizonte: FACE/CEDEPLAR-UFGM, 2004. Disponível em: <http://www.intelecto.net/cidadania/global-5.html>. Acesso em: 03 mai 2006.

LEONTIEF, Wassily. **A economia do insumo-produto**. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

MANKIW, Gregory N. **Macroeconomia**. São Paulo: LTC, 1992.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. In: SADER, E.(org.). Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MINSKY, H. P. **Stabilizing and unstable economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

MOORE, C. L.; HILL, J. M. Interregional arbitrage and the supply of loanable funds. **Journal of Regional Science**, v. 22, p. 499-512, 1982.

MURPHY, Kevin M et al. Industrialization and the Big Push. **The Journal of Political Economy**. Volume 97 (5). Outubro, 1989.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 2 ed. Tradução: N. Palhano. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

NAKANE, M. I. **Concentração e spread bancário: uma revisão da evidência para o Brasil**. São Paulo. 2003. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/VIConcorrencia4JSB.PDF> . Acesso em: 13 abr 2006, 01:25 h.

NUÑEZ, B.E.C. et al. A matriz de contabilidade social do Paraná – 1998. **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba, n. 106, p. 71-88, jan/jun 2004.

NURSKE, Ragnar. **Problems of capital formation in under developed countries**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1967.

PAELINCK, Jean A. Teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: Textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar/Cetrede/Minter, 1977.

PAULA, L. F. R. DE. Teoria da Firma Bancária. In: **Macroeconomia Moderna : Keynes e a Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, Cap.7, p. 171-189, 1999.

PEREIRA, Maria Roseane da Graça. **A cadeia produtiva dos minerais não metálicos e seus impactos sócio-econômicos na Região Norte**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade da Amazônia, Belém, 2004.

PERROUX, François. **A economia do Século XX**. Lisboa: Herdes, 1964.

_____. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: Textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar/Cetrede/Minter, 1977. (Edição original: Note sur la notion de pôle de croissance, 1955).

PIRES, José Otávio Magno. Limitações das Vantagens Comparativas e o Papel das Intervenções no Mercado: Lições para o caso da Amazônia. **Revista do IESAN**, Belém, v. 1, n. 1, p. 15-35, 2003.

PUGA, F. P. **Sistema financeiro brasileiro, reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. Textos para discussão. Nº 68. BNDES. Rio de Janeiro, 1999.

PYATT, G.; ROUND, J.J. Accounting and fixed price multiplier in social accounting matrix framework. **The Economic Journal**. V. 68. n. 5. p. 1175-1180, 1979.

RASMUSSEN, P. N. **Studies in intersectoral relations**. Amsterdam: North Holland Publishing, 1956.

_____. **Relaciones intersectorales**. Madrid: Aguilar, 1963.

RESENDE, M. & BOFF, H. Concentração industrial. In: KUPFER, D. & HANSENCLEVER, L. **Economia Industrial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

RICARDO, DAVID. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

ROBERTS, R.B.; FISHKIND, H. H. The role of Monetary Forces in Regional Economic Activity: An Econometric Simulation Analysis. **Journal of regional Science**, v.19, 1, p. 15-29, 1979.

RODRIGUES, F. V. **Insolvência Bancária: Liquidação extrajudicial e falência**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

ROSENSTEIN-RODAN, P. Problemas of industrialization of Eastern and Southeastern Europe. **Economic Journal**, 53, p. 202-211, 1943. In: MEIER, Gerald (ed.). Leading issues in economic development: studies in international poverty. Orford University, 1971.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 14ª ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2004.

SANTANA, Antonio Cordeiro de. **A dinâmica do complexo agroindustrial e o crescimento econômico no Brasil**. Viçosa: UFV, 1994. (Tese de Doutorado, UFV).

_____. **Modelos intersetoriais de planejamento econômico**: matrizes de insumo-produto (MIP) e de contabilidade social (MCS). Belém: BASA; FCAP, 1997.

_____ et al. **Reestruturação produtiva e desenvolvimento na Amazônia**: condicionantes e perspectivas. Belém: BASA; FCAP, 1997.

_____. A construção e aplicação da matriz de contabilidade social à economia da Amazônia. In: SANTOS, M. L. VIEIRA, W. C. (Eds.). **Métodos quantitativos em economia**. Viçosa, UFV, p. 263-300, 2004.

_____ et al. **Aplicação da matriz de contabilidade social ao crescimento intersetorial da Amazônia**. Brasília: Ministério da Integração Nacional / ADA, 2005.

_____; SANTOS, M. A. S. Concentração e poder de mercado das empresas de artefatos de madeira do Estado do Pará. In: XXIII Encontro Nac. de Eng. de Produção –Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out. de 2003. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://www.bancoamazonia.com.br/download/biblioteca/Concentracao_poderdeMercado_empresasdeartefatosdemadeiradoPara.pdf. Acesso em 14 de março de 2006.

SANTOS, T. DOS. **A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

SCITOVSKY, Tibor. Dois conceitos de economias externas. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. São Paulo: Forense, 1969.

SERRA, José (Coord.). **América Latina**: Ensaio de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1979.

SICSÚ, J. & CROCCO, M. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. **Economia**, v. 4, nº 1. Janeiro/Junho 2003.

SILVA, A. B. O. et all. **Matriz de Insumo-produto do Norte**: 1980-1985. Brasília: SUDAM, 1994.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento Econômico**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. Informational Imperfections and Macroeconomic Fluctuations. **American Economic Review**. p. 194-199, May, 1984.

STONE, R. The disaggregation of the household sector in national accounts. In: PYATT, G. & ROUND, J. J. (EDS). **Social accounting matrices: a basic for planning**. Whashington, D. C., The World Bank, 1985.

STUART, R. O Sistema Financeiro e o Financiamento do Crescimento: Uma Alternativa Pós-keynesiana à Visão Convencional. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. DE. (Orgs.). **Macroeconomia Moderna : Keynes e a Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, Cap.6, p. 1751-170, 1999.

TOBIN, J. Commercial Banks as creators of “Money”. In: **Essays in economics macroeconomics**. Cambridge: MIT Press, 1987.

TOSTA, M., C., R.; LIRIO, V., S.; SILVEIRA, S., F., R.. Matriz de Insumo-Produto: Construção, Uso, e Aplicações. In: SANTOS, M.L.; VIEIRA, W. C. (Ed.). **Métodos quantitativos em economia**. Viçosa: UFV, p. 244-261, 2004.

TROSTER. R. L. Concentração Bancária. **FEBRABAN**. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.intelecto.net/cidadania/global-5.html>. Acesso em: 07 jun 2005.

VERGOLINO, J., R., O.; GOMES, G., M.; MONTEIRO NETO, A.. **Amazônia**: abordagem sub-regional da dinâmica econômica no período 1970/93. Belém: SUDAM, 1999.

WADE, R. **Governing the market: economic theory and the role of government in East Asian industrialization**. New Jersey: Princeton University Press, 438 p, 1990.

APÊNDICES

Apêndice A

Tabela 9: Operações Bancárias – Saldos R\$ mil (SFN e Região Norte)

	Brasil - SFN			Região Norte			Participação da RN em relação ao SFN		
	Nº de Dependências Bancárias	Operações de crédito SFN	Total de Depósitos SFN	Nº de Dependências Bancárias	Operações de crédito	Total de Depósitos	Nº de Dependências Bancárias	Operações de crédito	Total de Depósitos
Unidade	Unid	R\$ mil	R\$ mil	Unid	R\$ mil	R\$ mil	%	%	%
Período									
dez/99	24.482	576.063.509	524.996.863	1.130	8.425.102	10.160.995	4,62	1,46	1,94
dez/00	23.540	591.842.227	484.007.745	915	8.313.782	10.544.852	3,89	1,40	2,18
dez/01	24.778	545.621.217	493.668.135	958	6.303.217	9.930.654	3,87	1,16	2,01
dez/02	24.811	484.316.694	503.179.471	996	5.546.121	9.213.045	4,01	1,15	1,83
dez/03	24.343	453.660.202	472.681.891	977	6.224.515	8.793.298	4,01	1,37	1,86
dez/04	24.571	454.422.874	491.963.651	1.031	6.776.489	8.756.750	4,20	1,49	1,78

Fonte: Dados Brutos: BC/Estban
 Atualização pelo IGP-M até 12/2004
 Elaboração própria.

Tabela 10: Operações Bancárias – Saldos R\$ mil (Região Sudeste)

	Região Sudeste			Participação da RSD em relação ao SFN		
	Nº de Dependências Bancárias	Operações de crédito	Total de Depósitos	Nº de Dependências Bancárias	Operações de crédito	Total de Depósitos
Unidade	Unid	R\$ mil	R\$ mil	%	%	%
Período						
Dez/99	8.443	363.195.215	342.261.446	34,49	63,05	65,19
Dez/00	8.771	383.053.599	313.898.299	37,26	64,72	64,85
Dez/01	9.059	388.658.514	321.315.144	36,56	71,23	65,09
Dez/02	9.076	346.160.981	326.114.651	36,58	71,47	64,81
Dez/03	8.027	279.269.492	284.241.983	32,97	61,56	60,13
Dez/04	9.146	309.361.174	322.753.323	37,22	68,08	65,61

Fonte: Dados Brutos: BC/Estban
 Atualização pelo IGP-M até 12/2004
 Elaboração própria.

Tabela 11: Operações Bancárias – Saldos R\$ mil (Região Sul)

	Região Sul			Participação da RS em relação ao SFN		
	Nº de Dependências Bancárias	Operações de crédito	Total de Depósitos	Nº de Dependências Bancárias	Operações de crédito	Total de Depósitos
Unidade	Unid	R\$ mil	R\$ mil	%	%	%
Período						
dez/99	3.307	71.858.903	70.217.419	13,51	12,47	13,37
dez/00	3.350	71.523.342	67.308.583	14,23	12,08	13,91
dez/01	3.390	60.539.407	67.490.886	13,68	11,10	13,67
dez/02	3.394	50.204.825	55.863.654	13,68	10,37	11,10
dez/03	3.019	55.108.265	63.664.228	12,40	12,15	13,47
dez/04	3.463	61.891.945	68.915.978	14,09	13,62	14,01

Fonte: Dados Brutos: BC/Estban
 Atualização pelo IGP-M até 12/2004
 Elaboração própria.

Tabela 12: Operações Bancárias – Saldos R\$ mil (Região Centro Oeste)

	Região Centro Oeste			Participação da RCO em relação ao SFN		
	Nº de Dependências Bancárias	Operações de crédito	Total de Depósitos	Nº de Dependências Bancárias	Operações de crédito	Total de Depósitos
Unidade	Unid	R\$ mil	R\$ mil	%	%	%
Período						
dez/99	1.172	73.845.348	50.703.445	4,79	12,82	9,66
dez/00	1.183	74.898.809	41.926.775	5,03	12,66	8,66
dez/01	1.219	52.220.337	40.612.887	4,92	9,57	8,23
dez/02	1.249	39.521.382	40.171.729	5,03	8,16	7,98
dez/03	1.085	38.678.621	40.223.738	4,46	8,53	8,51
dez/04	1.294	42.118.037	43.257.608	5,27	9,27	8,79

Fonte: Dados Brutos: BC/Estban

Atualização pelo IGP-M até 12/2004

Elaboração própria.

Tabela 13: Operações Bancárias – Saldos R\$ mil (Região Nordeste)

	Região Nordeste			Participação da RND em relação ao SFN		
	Nº de Dependências Bancárias	Operações de crédito	Total de Depósitos	Nº de Dependências Bancárias	Operações de crédito	Total de Depósitos
Unidade	Unid	R\$ mil	R\$ mil	%	%	%
Período						
dez/99	2.282	51.751.256	46.269.552	9,32	8,98	8,81
dez/00	2.292	48.497.931	45.531.047	9,74	8,19	9,41
dez/01	2.344	31.831.911	49.105.918	9,46	5,83	9,95
dez/02	2.371	28.907.871	48.800.822	9,56	5,97	9,70
dez/03	2.227	27.451.382	43.017.061	9,15	6,05	9,10
dez/04	2.478	29.393.574	44.086.806	10,09	6,47	8,96

Fonte: Dados Brutos: BC/Estban

Atualização pelo IGP-M até 12/2004

Elaboração própria.

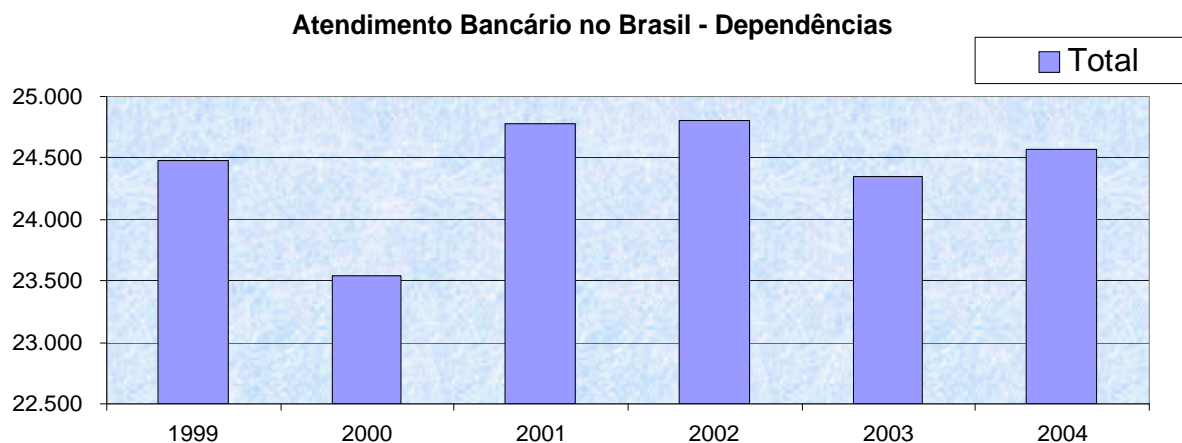


Figura 6: Atendimento Bancário no Brasil – N° de Dependências

Fonte: Dados Brutos: BC/Estban (mai/2005). Elaboração própria.

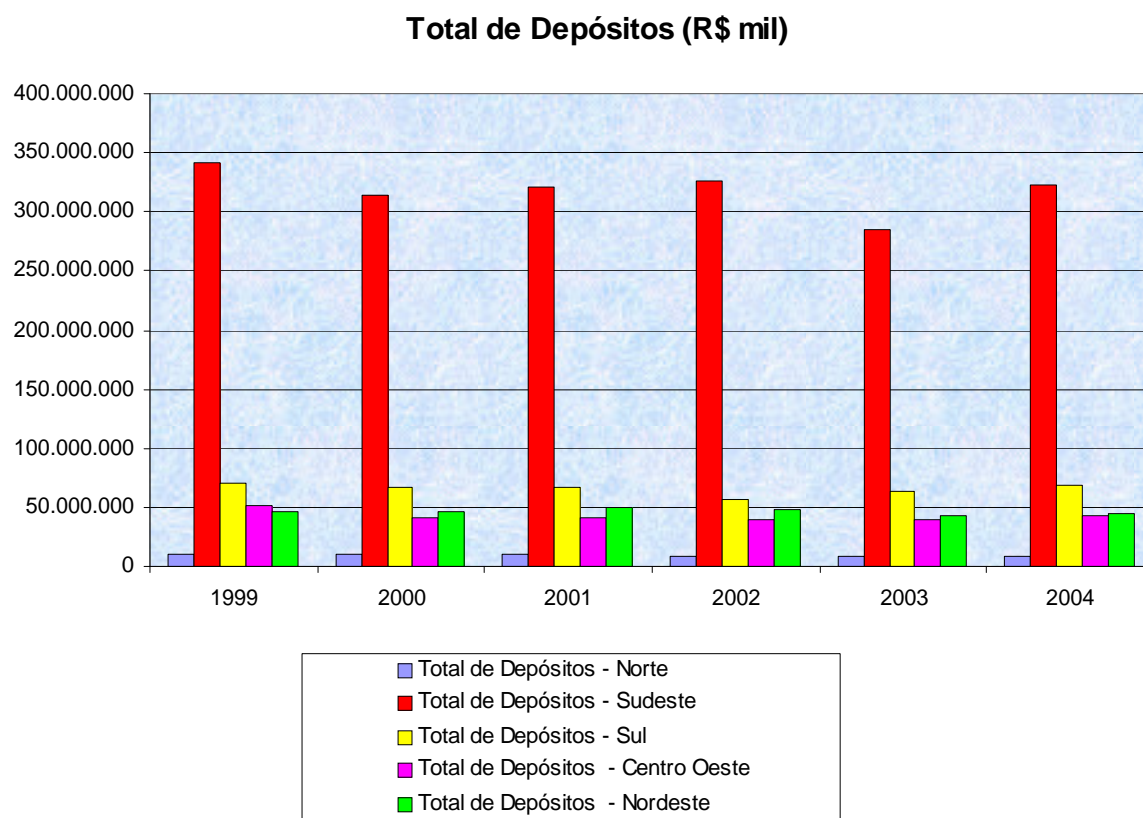


Figura 7: Distribuição dos Depósitos por Regiões do Brasil (1999-2004)

Fonte: Dados Brutos: BC/Estban (mai/2005). Elaboração própria

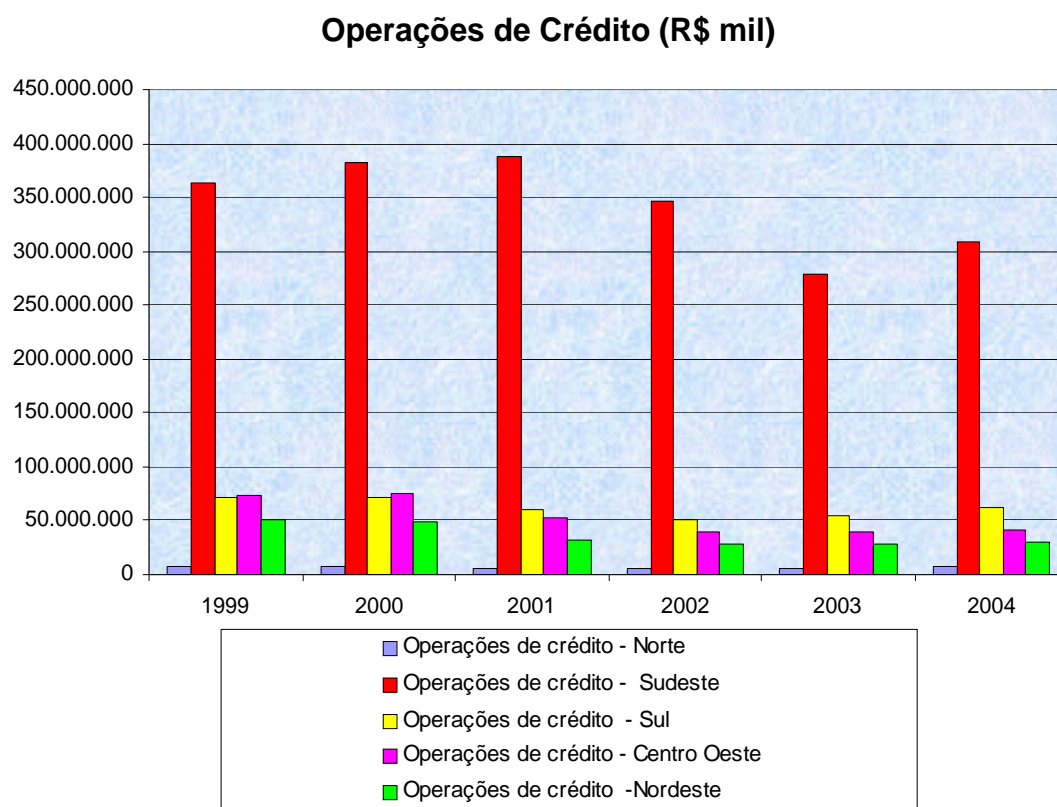


Figura 8: Distribuição de Operações de Crédito por Regiões do Brasil (1999-2004)
Fonte: Dados Brutos: BC/Estban (mai/2005). Elaboração própria.

APÊNDICE B

Tabela 14: Matriz de Contabilidade Social (MCS) da Amazônia: 1999

C	N. do Setor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
	Descrição do produto / Setor	Agricultura	Pecuária	Florestal	Extrativismo mineral	Mineral não-metálico	Mineral metálico	Máq. equip., automobilístico	Madeira, mobiliário	Celulose, papel e gráfico	Têxtil, vestuário e couro	Agroindústria vegetal	Agroindústria animal	Outras indústrias	Energia	Saúde e saneamento
1	Agricultura	581.750	1.005.730	19.403	1.362	0	0	0	0	0	12.655	1.137.188	51.933	242.487	0	47.090
2	Pecuária	103.207	930.678	473	0	0	0	0	0	0	253	89.156	2.345.762	8.964	1.692	20.178
3	Florestal	0	0	1.134	0	5.112	35.481	0	268.026	42.146	0	120	0	11.028	0	0
4	Extrativismo mineral	38.377	36.583	300	113.897	44.967	33.326	2.495	0	2.004	55	4.469	4.873	33.139	0	0
5	Minerais não metálicos	11	11	1	2.778	166.458	8.945	14.352	1.994	982	67	3.897	305	39.032	0	2.843
6	Mineral metálico	2.694	2.863	271	6.965	23.347	1.059.829	256.567	14.311	4.623	1.630	9.627	7.069	44.418	754	1.173
7	Máq.equip.,automobilístico	2.423	3.449	196	9.773	18.072	29.990	630.032	102.412	8.950	4.352	4.900	2.793	23.067	44.815	21.145
8	madeira, mobiliário	6.545	2.346	260	0	852	3.242	37.808	274.822	4.626	481	787	2.551	13.708	0	881
9	Celulose, papel e gráfico	1.519	1.403	0	1.774	11.595	11.847	8.561	2.195	242.558	2.605	25.350	15.782	44.394	8.846	18.080
10	Têxtil, vestuário e couro	4.301	1.278	0	378	273	155	2.041	3.436	882	162.148	4.324	357	11.033	0	3.603
11	Agroindústria vegetal	3.697	118.054	175	262	336	223	302	167	1.130	208	780.521	24.967	85.786	0	22.965
12	Agroindústria animal	7.001	301.603	212	0	0	0	0	0	5.083	19.622	509.933	4.343	0	0	53.690
13	Outras indústrias	348.506	262.292	9.237	20.195	32.701	63.754	116.037	82.557	68.238	19.684	23.500	21.405	931.385	31.595	138.084
14	Energia	23.473	52.462	1.772	71.202	36.864	84.698	61.003	59.465	39.355	8.818	43.843	55.699	94.795	1.855.808	706.130
15	Saúde e saneamento	6.201	14.628	475	23.889	25.377	18.933	14.829	10.776	8.829	2.341	11.898	15.784	24.992	0	125.086
16	Construção civil	446	552	62	7.617	6.400	4.925	12.287	5.263	3.833	709	5.849	10.022	11.783	28.784	72.148
17	Comércio	616.612	373.599	21.062	77.396	51.018	96.427	340.264	203.184	85.940	30.273	251.060	348.842	382.641	28.697	119.156
18	Transportes	258.529	291.464	31.859	90.191	49.810	71.970	76.057	68.546	23.116	8.369	109.231	159.621	161.609	10.750	33.686
19	Telecomunicações	6.553	8.111	916	23.203	17.561	26.499	86.840	37.325	28.690	4.202	27.305	48.766	77.025	16.626	27.522
20	Instituições financeiras	73.137	90.799	10.277	74.432	30.525	44.158	82.197	13.164	17.222	4.860	44.343	55.829	83.636	103.763	38.322
21	Educação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.313
22	Armazenamento	670	828	93	2.110	1.326	1.708	7.360	2.370	1.407	308	1.978	3.489	6.940	9.425	233.630
23	Outros serviços	150.546	214.333	21.024	129.059	58.144	36.440	126.014	51.265	45.036	7.339	64.271	105.158	217.458	204.420	827.914
	Família	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	FBCF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Salário	875.884	1.558.088	106.791	174.238	222.420	335.823	1.347.342	593.975	289.588	74.384	230.956	367.140	1.013.797	1.064.818	3.280.625
	Lucro	6.541.859	6.954.056	1.555.476	1.022.378	954.106	862.862	2.602.075	1.056.546	346.226	101.128	922.283	1.370.625	3.030.129	777.075	816.544
	Impostos	116.696	155.236	13.051	179.102	178.770	315.399	1.008.248	268.511	160.792	55.569	380.652	499.182	842.640	606.185	392.092
	Importação	3.511.565	5.362.076	303.497	599.793	334.563	1.243.668	4.781.709	664.748	470.622	211.586	905.004	1.554.398	4.059.830	1.042.484	1.196.848
	Valor da produção	13.282.202	17.742.522	2.098.017	2.631.995	2.270.598	4.390.302	11.614.420	3.785.060	1.896.796	719.105	5.102.132	7.582.285	11.500.060	5.836.535	8.200.746
	Pessoal Ocupado	739.424	456.956	177.364	16.298	33.466	28.346	40.105	124.763	19.732	35.427	49.503	28.373	73.236	13.405	179.311

Tabela 14: Matriz de Contabilidade Social (MCS) da Amazônia:1999 (Continuação)

C	N. do Setor	16	17	18	19	20	21	22	23								
	Descrição do produto / Setor	Construção civil	Comércio	Transportes	Telecomunicações	Instituições financeiras	Educação	Armazenamento	Outros serviços	Consumo	FBCF	Salário	Lucro	Imposto	Exportação	Variação de estoque	Demanda total
1	Agricultura	0	0	0	0	0	5.487	77.019	126.385	768.727	442.116	0	0	0	1.211.348	7.551.523	13.282.202
2	Pecuária	0	0	0	0	0	2.170	24.616	8.755	2.232.941	0	0	0	0	10.394	11.963.283	17.742.522
3	Florestal	0	0	0	0	0	0	0	0	5.282	1.854	0	0	0	38.034	1.689.800	2.098.017
4	Extrativismo mineral	57.675	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.746.721	(486.886)	2.631.995
5	Minerais não metálicos	809.963	0	0	1.874	0	1.191	8.153	28.843	88.110	0	0	0	0	6.543	1.084.246	2.270.598
6	Mineral metálico	333.796	2.924	5.666	6.831	0	680	2.803	13.492	102.131	15.054	0	0	0	3.334.947	(864.163)	4.390.302
7	Máq.equip.,automobilístico	132.778	5.674	109.406	40.683	0	815	1.675	237.826	650.158	1.183.660	0	0	0	1.170.639	7.174.736	11.614.420
8	madeira, mobiliário	201.921	3.901	1.104	0	0	542	4.344	7.200	254.667	45.293	0	0	0	432.026	2.485.152	3.785.060
9	Celulose, papel e gráfico	5.093	97.634	10.043	11.428	16.746	20.688	11.879	254.220	285.897	3.047	0	0	0	257.122	526.490	1.896.796
10	Têxtil, vestuário e couro	645	2.628	7.268	559	0	245	7.416	29.565	176.828	0	0	0	0	60.751	238.990	719.105
11	Agroindústria vegetal	0	0	11.604	0	0	6.871	123.804	9.760	2.035.204	0	0	0	0	1.288.343	587.750	5.102.132
12	Agroindústria animal	0	0	0	0	0	14.372	153.636	29.085	3.008.127	0	0	0	0	229.308	3.246.270	7.582.285
13	Outras indústrias	280.364	608.515	215.940	16.470	26.763	20.239	284.903	522.975	4.361.584	67.686	0	0	0	755.851	2.169.601	11.500.060
14	Energia	18.067	292.423	25.153	13.864	14.328	31.535	50.328	315.154	1.503.276	0	0	0	0	0	377.021	5.836.535
15	Saúde e saneamento	6.894	64.334	5.853	3.235	4.441	12.329	11.815	169.603	6.492.855	0	0	0	0	0	1.125.349	8.200.746
16	Construção civil	676.419	54.489	37.455	22.510	0	31.832	15.624	419.807	0	15.288.882	0	0	0	14.218	1.203.477	17.935.394
17	Comércio	464.239	231.019	190.758	23.181	6.714	36.752	177.313	509.143	4.680.894	520.576	0	0	0	1.236.535	8.446.594	19.549.887
18	Transportes	189.018	663.966	804.432	11.669	40.778	16.646	2.997	314.025	3.344.338	71.131	0	0	0	641.656	1.638.867	9.184.330
19	Telecomunicações	51.358	582.799	137.212	28.773	58.670	17.254	24.520	349.545	2.361.747	0	0	0	0	7.697	(1.545.459)	2.511.260
20	Instituições financeiras	58.648	416.238	149.268	42.420	272.744	2.168	1.210	244.661	2.343.320	0	0	0	0	75.395	(823.198)	3.549.538
21	Educação	0	0	0	0	3.983	95.461	0	49.923	8.899.058	0	0	0	0	0	(695.009)	8.354.730
22	Armazenamento	4.044	147.031	11.149	26.754	19.509	9.884	653	220.382	3.268.198	0	0	0	0	465.481	(950.818)	3.495.909
23	Outros serviços	284.933	2.158.970	286.877	135.300	535.591	204.700	33.006	2.053.844	40.568.638	344.832	0	0	0	945.018	(8.758.872)	41.051.258
	Família	0	0	0	0	0	0	0	0	0	49.143.600	28.328.297	9.960.083	0	0	0	87.431.980
	FBCF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28.150.885	0	0	0	0	28.150.885
	Salário	1.395.147	4.081.948	1.837.838	594.526	1.480.637	6.932.122	771.881	20.513.634	0	0	0	0	0	0	0	49.143.600
	Lucro	8.365.281	3.903.894	2.199.845	1.144.259	764.858	603.001	766.436	9.818.239	0	0	0	0	0	0	0	56.479.182
	Impostos	1.201.212	1.178.686	488.285	160.360	207.284	82.598	287.348	1.182.185	0	0	0	0	0	0	0	9.960.083
	Importação	3.397.897	5.052.814	2.649.175	226.564	96.494	205.146	652.531	3.623.005	0	10.166.753	0	0	0	0	(37.384.743)	14.928.026
	Valor da produção	17.935.394	19.549.887	9.184.330	2.511.260	3.549.538	8.354.730	3.495.909	41.051.258	87.431.980	28.150.885	49.143.600	56.479.182	9.960.083	14.928.026	0	450.378.838
	Pessoal Ocupado	268.337	617.445	269.640	6.410	21.228	538.983	300.242	914.185	0	0	0	0	0	0	0	4.952.178

Fonte: Elaborada a partir da MIP da Amazônia de 1999 (BASA / IPEA).
Em R\$ 1.000,00. Valores a preços constantes de 2004 (IGP-DI / FGV)

Tabela 15: Matriz de propensão média a gastar da MCS da Amazônia: 1999

C	N. do Setor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
	Descrição do produto / Setor	Agricultura	Pecuária	Florestal	Extrativismo mineral	Mineral não-metálico	Mineral metálico	Máq., equip., automobilístico	Madeira, mobiliário	Celulose, papel e gráfico	Têxtil, vestuário e couro	Agroindústria vegetal	Agroindústria animal	Outras indústrias
1	Agricultura	0,0438	0,0567	0,0092	0,0005	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0176	0,2229	0,0068	0,0211
2	Pecuária	0,0078	0,0525	0,0002	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0004	0,0175	0,3094	0,0008
3	Florestal	0,0000	0,0000	0,0005	0,0000	0,0023	0,0081	0,0000	0,0708	0,0222	0,0000	0,0000	0,0000	0,0010
4	Extrativismo mineral	0,0029	0,0021	0,0001	0,0433	0,0198	0,0076	0,0002	0,0000	0,0011	0,0001	0,0009	0,0006	0,0029
5	Minerais não metálicos	0,0000	0,0000	0,0000	0,0011	0,0733	0,0020	0,0012	0,0005	0,0005	0,0001	0,0008	0,0000	0,0034
6	Mineral metálico	0,0002	0,0002	0,0001	0,0026	0,0103	0,2414	0,0221	0,0038	0,0024	0,0023	0,0019	0,0009	0,0039
7	Máq. equip., automobilístico	0,0002	0,0002	0,0001	0,0037	0,0080	0,0068	0,0542	0,0271	0,0047	0,0061	0,0010	0,0004	0,0020
8	madeira, mobiliário	0,0005	0,0001	0,0001	0,0000	0,0004	0,0007	0,0033	0,0726	0,0024	0,0007	0,0002	0,0003	0,0012
9	Celulose, papel e gráfico	0,0001	0,0001	0,0000	0,0007	0,0051	0,0027	0,0007	0,0006	0,1279	0,0036	0,0050	0,0021	0,0039
10	Têxtil, vestuário e couro	0,0003	0,0001	0,0000	0,0001	0,0001	0,0000	0,0002	0,0009	0,0005	0,2255	0,0008	0,0000	0,0010
11	Agroindústria vegetal	0,0003	0,0067	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0000	0,0000	0,0006	0,0003	0,1530	0,0033	0,0075
12	Agroindústria animal	0,0005	0,0170	0,0001	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0071	0,0038	0,0673	0,0004
13	Outras indústrias	0,0262	0,0148	0,0044	0,0077	0,0144	0,0145	0,0100	0,0218	0,0360	0,0274	0,0046	0,0028	0,0810
14	Energia	0,0018	0,0030	0,0008	0,0271	0,0162	0,0193	0,0053	0,0157	0,0207	0,0123	0,0086	0,0073	0,0082
15	Saúde e saneamento	0,0005	0,0008	0,0002	0,0091	0,0112	0,0043	0,0013	0,0028	0,0047	0,0033	0,0023	0,0021	0,0022
16	Construção civil	0,0000	0,0000	0,0000	0,0029	0,0028	0,0011	0,0011	0,0014	0,0020	0,0010	0,0011	0,0013	0,0010
17	Comércio	0,0464	0,0211	0,0100	0,0294	0,0225	0,0220	0,0293	0,0537	0,0453	0,0421	0,0492	0,0460	0,0333
18	Transportes	0,0195	0,0164	0,0152	0,0343	0,0219	0,0164	0,0065	0,0181	0,0122	0,0116	0,0214	0,0211	0,0141
19	Telecomunicações	0,0005	0,0005	0,0004	0,0088	0,0077	0,0060	0,0075	0,0099	0,0151	0,0058	0,0054	0,0064	0,0067
20	Instituições financeiras	0,0055	0,0051	0,0049	0,0283	0,0134	0,0101	0,0071	0,0035	0,0091	0,0068	0,0087	0,0074	0,0073
21	Educação	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
22	Armazenamento	0,0001	0,0000	0,0000	0,0008	0,0006	0,0004	0,0006	0,0006	0,0007	0,0004	0,0004	0,0005	0,0006
23	Outros serviços	0,0113	0,0121	0,0100	0,0490	0,0256	0,0083	0,0108	0,0135	0,0237	0,0102	0,0126	0,0139	0,0189
	Família	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	FBCF	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Salário	0,0659	0,0878	0,0509	0,0662	0,0980	0,0765	0,1160	0,1569	0,1527	0,1034	0,0453	0,0484	0,0882
	Lucro	0,4925	0,3919	0,7414	0,3884	0,4202	0,1965	0,2240	0,2791	0,1825	0,1406	0,1808	0,1808	0,2635
	Impostos	0,0088	0,0087	0,0062	0,0680	0,0787	0,0718	0,0868	0,0709	0,0848	0,0773	0,0746	0,0658	0,0733
	Importação	0,2644	0,3022	0,1447	0,2279	0,1473	0,2833	0,4117	0,1756	0,2481	0,2942	0,1774	0,2050	0,3530
	Valor da produção	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
	Pessoal Ocupado	0,0557	0,0258	0,0845	0,0062	0,0147	0,0065	0,0035	0,0330	0,0104	0,0493	0,0097	0,0037	0,0064

Tabela 15: Matriz de propensão média a gastar da MCS da Amazônia: 1999 (Continuação)

C	N. do Setor	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23						
	Descrição do produto / Setor	Energia	Saúde e saneamento	Construção civil	Comércio	Transportes	Telecomunicações	Instituições financeiras	Educação	Armazenamento	Outros serviços	Consumo	FBCF	Salário	Lucro	Imposto	Exportação
1	Agricultura	0,0000	0,0057	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0007	0,0220	0,0031	0,0088	0,0157	0,0000	0,0000	0,0000	0,0811
2	Pecuária	0,0003	0,0025	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0003	0,0070	0,0002	0,0255	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0007
3	Florestal	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0001	0,0001	0,0000	0,0000	0,0000	0,0025
4	Extrativismo mineral	0,0000	0,0000	0,0032	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,1840
5	Minerais não metálicos	0,0000	0,0003	0,0452	0,0000	0,0000	0,0007	0,0000	0,0001	0,0023	0,0007	0,0010	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0004
6	Mineral metálico	0,0001	0,0001	0,0186	0,0001	0,0006	0,0027	0,0000	0,0001	0,0008	0,0003	0,0012	0,0005	0,0000	0,0000	0,0000	0,2234
7	Máq. equip., automotóvilístico	0,0077	0,0026	0,0074	0,0003	0,0119	0,0162	0,0000	0,0001	0,0005	0,0058	0,0074	0,0420	0,0000	0,0000	0,0000	0,0784
8	madeira, mobiliário	0,0000	0,0001	0,0113	0,0002	0,0001	0,0000	0,0000	0,0001	0,0012	0,0002	0,0029	0,0016	0,0000	0,0000	0,0000	0,0289
9	Celulose, papel e gráfico	0,0015	0,0022	0,0003	0,0050	0,0011	0,0046	0,0047	0,0025	0,0034	0,0062	0,0033	0,0001	0,0000	0,0000	0,0000	0,0172
10	Têxtil, vestuário e couro	0,0000	0,0004	0,0000	0,0001	0,0008	0,0002	0,0000	0,0000	0,0021	0,0007	0,0020	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0041
11	Agroindústria vegetal	0,0000	0,0028	0,0000	0,0000	0,0013	0,0000	0,0000	0,0008	0,0354	0,0002	0,0233	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0863
12	Agroindústria animal	0,0000	0,0065	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0017	0,0439	0,0007	0,0344	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0154
13	Outras indústrias	0,0054	0,0168	0,0156	0,0311	0,0235	0,0066	0,0075	0,0024	0,0815	0,0127	0,0499	0,0024	0,0000	0,0000	0,0000	0,0506
14	Energia	0,3180	0,0861	0,0010	0,0150	0,0027	0,0055	0,0040	0,0038	0,0144	0,0077	0,0172	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
15	Saúde e saneamento	0,0000	0,0153	0,0004	0,0033	0,0006	0,0013	0,0013	0,0015	0,0034	0,0041	0,0743	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
16	Construção civil	0,0049	0,0088	0,0377	0,0028	0,0041	0,0090	0,0000	0,0038	0,0045	0,0102	0,0000	0,5431	0,0000	0,0000	0,0000	0,0010
17	Comércio	0,0049	0,0145	0,0259	0,0118	0,0208	0,0092	0,0019	0,0044	0,0507	0,0124	0,0535	0,0185	0,0000	0,0000	0,0000	0,0828
18	Transportes	0,0018	0,0041	0,0105	0,0340	0,0876	0,0046	0,0115	0,0020	0,0009	0,0076	0,0383	0,0025	0,0000	0,0000	0,0000	0,0430
19	Telecomunicações	0,0028	0,0034	0,0029	0,0298	0,0149	0,0115	0,0165	0,0021	0,0070	0,0085	0,0270	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0005
20	Instituições financeiras	0,0178	0,0047	0,0033	0,0213	0,0163	0,0169	0,0768	0,0003	0,0003	0,0060	0,0268	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0051
21	Educação	0,0000	0,0002	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0011	0,0114	0,0000	0,0012	0,1018	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
22	Armazenamento	0,0016	0,0285	0,0002	0,0075	0,0012	0,0107	0,0055	0,0012	0,0002	0,0054	0,0374	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0312
23	Outros serviços	0,0350	0,1010	0,0159	0,1104	0,0312	0,0539	0,1509	0,0245	0,0094	0,0500	0,4640	0,0122	0,0000	0,0000	0,0000	0,0633
	Família	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	1,0000	0,5016	1,0000	0,0000
	FBCF	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,4984	0,0000	0,0000
	Salário	0,1824	0,4000	0,0778	0,2088	0,2001	0,2367	0,4171	0,8297	0,2208	0,4997	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Lucro	0,1331	0,0996	0,4664	0,1997	0,2395	0,4557	0,2155	0,0722	0,2192	0,2392	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Impostos	0,1039	0,0478	0,0670	0,0603	0,0532	0,0639	0,0584	0,0099	0,0822	0,0288	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Importação	0,1786	0,1459	0,1895	0,2585	0,2884	0,0902	0,0272	0,0246	0,1867	0,0883	0,0000	0,3612	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Valor da produção	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
	Pessoal Ocupado	0,0023	0,0219	0,0150	0,0316	0,0294	0,0026	0,0060	0,0645	0,0859	0,0223	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Fonte: Elaborada a partir da Tabela 14.

Tabela 16: Matriz de efeitos-transferência de Stone (MET) para a Amazônia: 1999 (Continuação)

C	N. do Setor	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	Intuições		Vlr Adicionado	
	Descrição do produto / Setor	Energia	Saúde e saneamento	Construção civil	Comércio	Transportes	Telecomunicações	Instituições financeiras	Educação	Armazenamento	Outros serviços	Consumo	FBCF	Salário	Lucro
1	Agricultura	0,0006	0,0093	0,0007	0,0017	0,0014	0,0009	0,0012	0,0012	0,0371	0,0042	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
2	Pecuária	0,0006	0,0060	0,0001	0,0004	0,0002	0,0003	0,0003	0,0010	0,0243	0,0007	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
3	Florestal	0,0001	0,0002	0,0013	0,0002	0,0001	0,0002	0,0002	0,0001	0,0004	0,0002	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
4	Extrativismo mineral	0,0001	0,0002	0,0048	0,0002	0,0001	0,0001	0,0001	0,0000	0,0006	0,0002	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
5	Minerais não metálicos	0,0005	0,0012	0,0509	0,0006	0,0005	0,0015	0,0003	0,0004	0,0032	0,0015	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
6	Mineral metálico	0,0010	0,0010	0,0267	0,0009	0,0017	0,0046	0,0004	0,0003	0,0021	0,0012	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
7	Máq.equip.,automobilístico	0,0126	0,0050	0,0097	0,0026	0,0147	0,0181	0,0018	0,0005	0,0017	0,0071	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
8	madeira, mobiliário	0,0002	0,0004	0,0127	0,0004	0,0003	0,0003	0,0001	0,0002	0,0016	0,0004	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
9	Celulose, papel e gráfico	0,0033	0,0042	0,0013	0,0074	0,0023	0,0061	0,0074	0,0032	0,0054	0,0079	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
10	Têxtil, vestuário e couro	0,0001	0,0008	0,0002	0,0004	0,0012	0,0004	0,0002	0,0001	0,0030	0,0011	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
11	Agroindústria vegetal	0,0003	0,0050	0,0003	0,0008	0,0020	0,0006	0,0005	0,0011	0,0431	0,0008	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
12	Agroindústria animal	0,0002	0,0088	0,0001	0,0006	0,0002	0,0006	0,0005	0,0020	0,0479	0,0012	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
13	Outras indústrias	0,0110	0,0257	0,0215	0,0393	0,0306	0,0108	0,0133	0,0038	0,0942	0,0172	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
14	Energia	0,4679	0,1317	0,0057	0,0259	0,0066	0,0105	0,0097	0,0065	0,0263	0,0138	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
15	Saúde e saneamento	0,0004	0,0163	0,0015	0,0042	0,0012	0,0018	0,0023	0,0017	0,0043	0,0047	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
16	Construção civil	0,0083	0,0116	0,0400	0,0051	0,0055	0,0104	0,0023	0,0044	0,0057	0,0116	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
17	Comércio	0,0097	0,0217	0,0318	0,0176	0,0260	0,0129	0,0063	0,0057	0,0628	0,0160	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
18	Transportes	0,0047	0,0082	0,0161	0,0404	0,0986	0,0072	0,0159	0,0030	0,0088	0,0105	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
19	Telecomunicações	0,0059	0,0064	0,0056	0,0334	0,0186	0,0135	0,0204	0,0027	0,0109	0,0104	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
20	Instituições financeiras	0,0294	0,0098	0,0066	0,0266	0,0212	0,0200	0,0856	0,0010	0,0050	0,0083	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
21	Educação	0,0001	0,0003	0,0000	0,0002	0,0001	0,0001	0,0014	0,0116	0,0000	0,0013	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
22	Armazenamento	0,0030	0,0301	0,0009	0,0091	0,0022	0,0115	0,0073	0,0015	0,0012	0,0062	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
23	Outros serviços	0,0611	0,1192	0,0260	0,1284	0,0450	0,0640	0,1761	0,0279	0,0247	0,0589	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Família	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	FBCF	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Salário	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Lucro	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Fonte: Elaborada a partir da Tabela 14.

Tabela 17: Matriz de efeitos-cruzados de Stone (MECZ) para a Amazônia: 1999

C	N. do Setor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
	Descrição do produto / Setor	Agricultura	Pecuária	Florestal	Extrativismo mineral	Mineral não-metálico	Mineral metálico	Máq. equip., automobilístico	Madeira, mobiliário	Celulose, papel e gráfico	Têxtil, vestuário e couro	Agroindústria vegetal	Agroindústria animal	Outras indústrias
1	Agricultura	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
2	Pecuária	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
3	Florestal	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
4	Extrativismo mineral	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
5	Minerais não metálicos	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
6	Mineral metálico	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
7	Máq. equip., automobilístico	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
8	madeira, mobiliário	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
9	Celulose, papel e gráfico	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
10	Têxtil, vestuário e couro	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
11	Agroindústria vegetal	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
12	Agroindústria animal	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
13	Outras indústrias	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
14	Energia	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
15	Saúde e saneamento	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
16	Construção civil	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
17	Comércio	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
18	Transportes	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
19	Telecomunicações	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
20	Instituições financeiras	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
21	Educação	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
22	Armazenamento	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
23	Outros serviços	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	Família	0,4045	0,3890	0,4603	0,4774	0,5291	0,4201	0,3950	0,5302	0,5053	0,4306	0,4487	0,4232	0,4036
	FBCF	0,2775	0,2401	0,3794	0,2344	0,2579	0,1585	0,1363	0,2074	0,1469	0,1251	0,2076	0,1975	0,1705
	Salário	0,1064	0,1285	0,0688	0,1533	0,1681	0,1510	0,1563	0,2277	0,2422	0,1886	0,1340	0,1376	0,1413
	Lucro	0,5568	0,4818	0,7613	0,4704	0,5175	0,3180	0,2734	0,4161	0,2947	0,2511	0,4164	0,3963	0,3421

Tabela 17: Matriz de efeitos-cruzados de Stone (MECZ) para a Amazônia: 1999 (Continuação)

C	N. do Setor	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	Instituição		Vlr Adicionado	
	Descrição do produto / Setor	Energia	Saúde e saneamento	Construção civil	Comércio	Transportes	Telecomunicações	Instituições financeiras	Educação	Armazenamento	Outros serviços	Consumo	FBCF	Salário	Lucro
1	Agricultura	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0242	0,0170	0,0242	0,0206
2	Pecuária	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0419	0,0002	0,0419	0,0211
3	Florestal	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0006	0,0009	0,0006	0,0008
4	Extrativismo mineral	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0006	0,0027	0,0006	0,0016
5	Minerais não metálicos	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0024	0,0277	0,0024	0,0150
6	Mineral metálico	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0033	0,0166	0,0033	0,0099
7	Máq.equip.,automobilístico	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0136	0,0500	0,0136	0,0317
8	madeira, mobiliário	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0037	0,0088	0,0037	0,0062
9	Celulose, papel e gráfico	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0098	0,0012	0,0098	0,0055
10	Têxtil, vestuário e couro	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0035	0,0001	0,0035	0,0018
11	Agroindústria vegetal	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0311	0,0002	0,0311	0,0157
12	Agroindústria animal	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0411	0,0001	0,0411	0,0206
13	Outras indústrias	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0746	0,0165	0,0746	0,0457
14	Energia	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0477	0,0044	0,0477	0,0261
15	Saúde e saneamento	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0788	0,0011	0,0788	0,0401
16	Construção civil	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0082	0,5652	0,0082	0,2858
17	Comércio	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0760	0,0388	0,0760	0,0575
18	Transportes	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0552	0,0134	0,0552	0,0344
19	Telecomunicações	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0379	0,0043	0,0379	0,0212
20	Instituições financeiras	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0391	0,0048	0,0391	0,0220
21	Educação	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,1037	0,0000	0,1037	0,0520
22	Armazenamento	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0440	0,0008	0,0440	0,0225
23	Outros serviços	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,5248	0,0309	0,5248	0,2786
	Família	0,5975	0,6864	0,4817	0,5410	0,4936	0,6238	0,7846	0,9188	0,5497	0,7354	0,0000	0,0000	1,0000	0,5016
	FBCF	0,1167	0,0946	0,2732	0,1431	0,1545	0,2519	0,1502	0,0449	0,1626	0,1427	0,0000	0,0000	0,0000	0,4984
	Salário	0,3197	0,5154	0,1224	0,3181	0,2689	0,2952	0,5587	0,8600	0,2792	0,5526	0,4709	0,0889	0,0000	0,0000
	Lucro	0,2342	0,1899	0,5481	0,2872	0,3100	0,5053	0,3013	0,0901	0,3263	0,2863	0,2845	0,3293	0,0000	0,0000

Fonte: Elaborada a partir da Tabela 14.

Tabela 18: Matriz de efeitos-circulares de Stone (MEC) da Amazônia: 1999

C	N. do Setor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
	Descrição do produto / Setor	Agricultura	Pecuária	Florestal	Extrativismo mineral	Mineral não metálico	Mineral metálico	Máq. equip., automobilístico	Madeira, mobiliário	Celulose, papel e gráfico	Têxtil, vestuário e couro	Agroindústria vegetal	Agroindústria animal	Outras indústrias
1	Agricultura	0,0548	0,0512	0,0659	0,0594	0,0658	0,0496	0,0459	0,0630	0,0572	0,0488	0,0551	0,0521	0,0487
2	Pecuária	0,0762	0,0718	0,0902	0,0847	0,0938	0,0719	0,0669	0,0912	0,0841	0,0716	0,0789	0,0745	0,0701
3	Florestal	0,0018	0,0016	0,0021	0,0019	0,0021	0,0015	0,0014	0,0020	0,0018	0,0015	0,0017	0,0016	0,0015
4	Extrativismo mineral	0,0028	0,0025	0,0034	0,0028	0,0031	0,0023	0,0021	0,0029	0,0025	0,0022	0,0026	0,0025	0,0023
5	Minerais não metálicos	0,0221	0,0201	0,0279	0,0221	0,0245	0,0175	0,0159	0,0223	0,0191	0,0163	0,0203	0,0192	0,0175
6	Mineral metálico	0,0165	0,0152	0,0206	0,0169	0,0187	0,0136	0,0124	0,0173	0,0151	0,0129	0,0156	0,0147	0,0135
7	Máq. equip., automobilístico	0,0567	0,0521	0,0702	0,0586	0,0648	0,0473	0,0434	0,0604	0,0530	0,0452	0,0540	0,0510	0,0471
8	madeira, mobiliário	0,0123	0,0114	0,0151	0,0129	0,0143	0,0105	0,0097	0,0134	0,0119	0,0101	0,0119	0,0112	0,0104
9	Celulose, papel e gráfico	0,0186	0,0174	0,0220	0,0205	0,0227	0,0174	0,0162	0,0220	0,0203	0,0173	0,0191	0,0181	0,0170
10	Têxtil, vestuário e couro	0,0065	0,0061	0,0076	0,0072	0,0079	0,0061	0,0057	0,0077	0,0071	0,0060	0,0067	0,0063	0,0059
11	Agroindústria vegetal	0,0566	0,0533	0,0670	0,0629	0,0696	0,0534	0,0497	0,0677	0,0624	0,0532	0,0586	0,0553	0,0520
12	Agroindústria animal	0,0746	0,0703	0,0883	0,0830	0,0919	0,0704	0,0655	0,0893	0,0824	0,0702	0,0773	0,0730	0,0687
13	Outras indústrias	0,1461	0,1372	0,1739	0,1611	0,1783	0,1359	0,1262	0,1724	0,1581	0,1348	0,1498	0,1415	0,1328
14	Energia	0,0894	0,0842	0,1062	0,0991	0,1097	0,0839	0,0780	0,1064	0,0979	0,0834	0,0923	0,0872	0,0819
15	Saúde e saneamento	0,1438	0,1354	0,1703	0,1599	0,1770	0,1356	0,1262	0,1720	0,1585	0,1351	0,1489	0,1406	0,1322
16	Construção civil	0,3766	0,3404	0,4802	0,3687	0,4071	0,2856	0,2582	0,3664	0,3079	0,2624	0,3362	0,3185	0,2892
17	Comércio	0,1629	0,1524	0,1952	0,1778	0,1967	0,1490	0,1381	0,1892	0,1724	0,1469	0,1651	0,1560	0,1460
18	Transportes	0,1088	0,1022	0,1297	0,1199	0,1327	0,1011	0,0939	0,1283	0,1176	0,1002	0,1115	0,1053	0,0988
19	Telecomunicações	0,0716	0,0673	0,0850	0,0793	0,0878	0,0671	0,0624	0,0851	0,0782	0,0667	0,0738	0,0697	0,0655
20	Instituições financeiras	0,0742	0,0697	0,0881	0,0821	0,0909	0,0694	0,0646	0,0881	0,0810	0,0690	0,0764	0,0722	0,0678
21	Educação	0,1882	0,1773	0,2228	0,2094	0,2318	0,1777	0,1654	0,2253	0,2078	0,1771	0,1951	0,1842	0,1732
22	Armazenamento	0,0804	0,0757	0,0952	0,0894	0,0990	0,0758	0,0706	0,0961	0,0886	0,0755	0,0833	0,0786	0,0739
23	Outros serviços	0,9725	0,9154	1,1532	1,0793	1,1948	0,9145	0,8506	1,1596	1,0679	0,9101	1,0049	0,9491	0,8920
	Família	1,4108	1,3213	1,6889	1,5425	1,7070	1,2942	1,2002	1,6432	1,4992	1,2776	1,4328	1,3537	1,2675
	FBCF	0,3625	0,3373	0,4391	0,3887	0,4300	0,3220	0,2974	0,4095	0,3689	0,3144	0,3600	0,3402	0,3170
	Salário	0,9117	0,8567	1,0848	1,0065	1,1141	0,8499	0,7897	1,0783	0,9898	0,8435	0,9364	0,8845	0,8302
	Lucro	0,7272	0,6767	0,8810	0,7799	0,8627	0,6459	0,5967	0,8215	0,7402	0,6308	0,7222	0,6826	0,6360

Tabela 18: Matriz de efeitos-circulares de Stone (MEC) da Amazônia: 1999 (Continuação)

C	N. do Setor	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	Instituição		Vlr Adicionado	
	Descrição do produto / Setor	Energia	Saúde e saneamento	Construção civil	Comércio	Transportes	Telecomunicações	Instituições financeiras	Educação	Armazenamento	Outros serviços	Consumo	FBCF	Salário	Lucro
1	Agricultura	0,0645	0,0719	0,0620	0,0605	0,0565	0,0746	0,0845	0,0916	0,0624	0,0793	0,0728	0,0390	0,0728	0,0559
2	Pecuária	0,0963	0,1084	0,0875	0,0892	0,0827	0,1077	0,1262	0,1406	0,0916	0,1184	0,1084	0,0552	0,1084	0,0819
3	Florestal	0,0020	0,0022	0,0020	0,0019	0,0017	0,0023	0,0026	0,0027	0,0019	0,0024	0,0022	0,0012	0,0022	0,0017
4	Extrativismo mineral	0,0027	0,0030	0,0030	0,0026	0,0025	0,0034	0,0036	0,0036	0,0028	0,0034	0,0031	0,0019	0,0031	0,0025
5	Minerais não metálicos	0,0202	0,0215	0,0239	0,0199	0,0192	0,0266	0,0264	0,0253	0,0209	0,0248	0,0231	0,0148	0,0231	0,0190
6	Mineral metálico	0,0163	0,0176	0,0181	0,0158	0,0151	0,0206	0,0213	0,0213	0,0165	0,0200	0,0185	0,0113	0,0185	0,0149
7	Máq. equip., automotóv. e transporte	0,0577	0,0627	0,0624	0,0555	0,0528	0,0717	0,0754	0,0767	0,0579	0,0709	0,0655	0,0389	0,0655	0,0522
8	Madeira, mobiliário	0,0131	0,0143	0,0136	0,0125	0,0118	0,0159	0,0171	0,0178	0,0130	0,0161	0,0148	0,0085	0,0148	0,0117
9	Celulose, papel e gráfico	0,0231	0,0260	0,0213	0,0215	0,0200	0,0260	0,0303	0,0336	0,0221	0,0284	0,0261	0,0134	0,0261	0,0197
10	Têxtil, vestuário e couro	0,0081	0,0091	0,0074	0,0075	0,0070	0,0091	0,0106	0,0118	0,0077	0,0100	0,0091	0,0047	0,0091	0,0069
11	Agroindústria vegetal	0,0715	0,0804	0,0650	0,0662	0,0614	0,0800	0,0937	0,1043	0,0680	0,0879	0,0804	0,0410	0,0804	0,0608
12	Agroindústria animal	0,0943	0,1062	0,0857	0,0874	0,0811	0,1055	0,1237	0,1377	0,0897	0,1160	0,1062	0,0541	0,1062	0,0802
13	Outras indústrias	0,1801	0,2020	0,1670	0,1676	0,1558	0,2038	0,2361	0,2605	0,1724	0,2215	0,2029	0,1052	0,2029	0,1542
14	Energia	0,1119	0,1258	0,1025	0,1039	0,0964	0,1257	0,1467	0,1627	0,1067	0,1376	0,1260	0,0647	0,1260	0,0954
15	Saúde e saneamento	0,1815	0,2043	0,1651	0,1683	0,1560	0,2031	0,2380	0,2649	0,1728	0,2232	0,2043	0,1042	0,2043	0,1544
16	Construção civil	0,3178	0,3330	0,4018	0,3182	0,3098	0,4375	0,4148	0,3793	0,3373	0,3903	0,3649	0,2480	0,3649	0,3066
17	Comércio	0,1951	0,2179	0,1850	0,1824	0,1702	0,2238	0,2557	0,2791	0,1880	0,2399	0,2201	0,1164	0,2201	0,1684
18	Transportes	0,1339	0,1502	0,1243	0,1246	0,1159	0,1517	0,1755	0,1935	0,1282	0,1647	0,1509	0,0783	0,1509	0,1147
19	Telecomunicações	0,0893	0,1004	0,0820	0,0830	0,0770	0,1005	0,1171	0,1298	0,0853	0,1099	0,1006	0,0517	0,1006	0,0762
20	Instituições financeiras	0,0924	0,1039	0,0850	0,0859	0,0797	0,1041	0,1212	0,1343	0,0882	0,1137	0,1041	0,0536	0,1041	0,0789
21	Educação	0,2380	0,2680	0,2163	0,2206	0,2045	0,2662	0,3121	0,3476	0,2265	0,2927	0,2679	0,1365	0,2679	0,2024
22	Armazenamento	0,1014	0,1142	0,0924	0,0941	0,0872	0,1136	0,1330	0,1480	0,0966	0,1248	0,1142	0,0583	0,1142	0,0863
23	Outros serviços	1,2210	1,3735	1,1158	1,1330	1,0513	1,3701	1,6009	1,7786	1,1637	1,5019	1,3750	0,7038	1,3750	1,0404
	Família	1,6979	1,8984	1,6045	1,5866	1,4790	1,9436	2,2254	2,4337	1,6346	2,0882	2,5843	1,3163	2,5843	1,9523
	FBCF	0,4124	0,4571	0,4076	0,3891	0,3650	0,4850	0,5402	0,5776	0,4025	0,5071	0,6081	0,4197	0,6081	0,5142
	Salário	1,1279	1,2662	1,0429	1,0492	0,9751	1,2744	1,4787	1,6340	1,0788	1,3873	1,2710	0,6571	1,7419	1,2455
	Lucro	0,8273	0,9171	0,8177	0,7806	0,7323	0,9731	1,0837	1,1588	0,8075	1,0173	0,9355	0,5127	1,2200	1,0316

Fonte: Elaborada a partir da Tabela 14.

Tabela 19: Matriz de efeitos-globais (Mg) da Amazônia: 1999

C	N. do Setor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
	Descrição do produto / Setor	Agricultura	Pecuária	Florestal	Extrativismo mineral	Mineral não-metálico	Mineral metálico	Máq., equip., automobilístico	Madeira, mobiliário	Celulose, papel e gráfico	Têxtil, vestuário e couro	Agroindústria vegetal	Agroindústria animal	Outras indústrias
1	Agricultura	1,1021	0,1169	0,0758	0,0608	0,0667	0,0505	0,0464	0,0648	0,0592	0,0742	0,3327	0,0829	0,0753
2	Pecuária	0,0851	1,1342	0,0906	0,0849	0,0940	0,0720	0,0670	0,0913	0,0843	0,0757	0,1049	0,4272	0,0716
3	Florestal	0,0019	0,0017	1,0027	0,0020	0,0049	0,0124	0,0020	0,0785	0,0276	0,0018	0,0020	0,0018	0,0029
4	Extrativismo mineral	0,0061	0,0051	0,0036	1,0482	0,0257	0,0129	0,0026	0,0031	0,0040	0,0025	0,0047	0,0041	0,0058
5	Minerais não metálicos	0,0223	0,0203	0,0279	0,0237	1,1040	0,0206	0,0175	0,0233	0,0202	0,0168	0,0215	0,0195	0,0217
6	Mineral metálico	0,0171	0,0157	0,0209	0,0211	0,0341	1,3325	0,0434	0,0240	0,0195	0,0174	0,0190	0,0164	0,0195
7	Máq.equip.,automobilístico	0,0576	0,0530	0,0706	0,0644	0,0753	0,0581	1,1017	0,0924	0,0603	0,0546	0,0564	0,0526	0,0504
8	madeira, mobiliário	0,0129	0,0116	0,0153	0,0130	0,0149	0,0117	0,0135	1,0919	0,0151	0,0112	0,0124	0,0118	0,0119
9	Celulose, papel e gráfico	0,0194	0,0182	0,0223	0,0225	0,0300	0,0222	0,0177	0,0237	1,1681	0,0236	0,0269	0,0216	0,0225
10	Têxtil, vestuário e couro	0,0070	0,0063	0,0077	0,0075	0,0082	0,0062	0,0060	0,0091	0,0079	1,2973	0,0082	0,0065	0,0074
11	Agroindústria vegetal	0,0573	0,0620	0,0672	0,0634	0,0702	0,0538	0,0499	0,0682	0,0638	0,0542	1,2399	0,0626	0,0618
12	Agroindústria animal	0,0754	0,0898	0,0885	0,0832	0,0921	0,0706	0,0656	0,0895	0,0826	0,0802	0,0830	1,1517	0,0693
13	Outras indústrias	0,1792	0,1584	0,1802	0,1744	0,1993	0,1602	0,1405	0,2028	0,2074	0,1781	0,1692	0,1556	1,2251
14	Energia	0,0945	0,0909	0,1081	0,1444	0,1405	0,1244	0,0888	0,1348	0,1367	0,1104	0,1117	0,1034	0,0978
15	Saúde e saneamento	0,1447	0,1367	0,1706	0,1701	0,1899	0,1419	0,1280	0,1756	0,1646	0,1400	0,1525	0,1437	0,1351
16	Construção civil	0,3772	0,3409	0,4806	0,3734	0,4115	0,2880	0,2599	0,3690	0,3116	0,2647	0,3386	0,3209	0,2912
17	Comércio	0,2146	0,1813	0,2067	0,2124	0,2256	0,1817	0,1718	0,2524	0,2294	0,2072	0,2408	0,2179	0,1866
18	Transportes	0,1343	0,1252	0,1473	0,1622	0,1623	0,1279	0,1041	0,1548	0,1374	0,1213	0,1498	0,1407	0,1190
19	Telecomunicações	0,0747	0,0698	0,0864	0,0919	0,0990	0,0776	0,0723	0,0992	0,0991	0,0776	0,0842	0,0801	0,0752
20	Instituições financeiras	0,0828	0,0779	0,0943	0,1175	0,1101	0,0870	0,0747	0,0961	0,0961	0,0820	0,0930	0,0860	0,0790
21	Educação	0,1882	0,1773	0,2228	0,2095	0,2319	0,1778	0,1654	0,2254	0,2079	0,1772	0,1951	0,1843	0,1733
22	Armazenamento	0,0811	0,0763	0,0955	0,0916	0,1008	0,0772	0,0719	0,0979	0,0908	0,0771	0,0849	0,0801	0,0754
23	Outros serviços	0,9947	0,9366	1,1671	1,1483	1,2366	0,9378	0,8705	1,1888	1,1112	0,9376	1,0396	0,9824	0,9235
	Família	1,8154	1,7103	2,1492	2,0199	2,2362	1,7143	1,5953	2,1734	2,0045	1,7083	1,8815	1,7769	1,6711
	FBCF	0,6400	0,5774	0,8186	0,6232	0,6880	0,4804	0,4337	0,6169	0,5158	0,4395	0,5675	0,5377	0,4875
	Salário	1,0181	0,9852	1,1535	1,1598	1,2822	1,0009	0,9460	1,3060	1,2319	1,0321	1,0704	1,0221	0,9715
	Lucro	1,2840	1,1585	1,6423	1,2503	1,3802	0,9639	0,8701	1,2376	1,0349	0,8818	1,1386	1,0789	0,9780

Tabela 19: Matriz de efeitos-globais (Mg) da Amazônia: 1999 (Continuação)

C	N. do Setor	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	Instituição		Vlr Adicionado	
	Descrição do produto / Setor	Energia	Saúde e saneamento	Construção civil	Comércio	Transportes	Telecomunicações	Instituições financeiras	Educação	Armazenamento	Outros serviços	Consumo	FBCF	Salário	Lucro
1	Agricultura	0,0651	0,0812	0,0627	0,0622	0,0579	0,0755	0,0857	0,0929	0,0996	0,0835	0,0970	0,0560	0,0970	0,0765
2	Pecuária	0,0968	0,1144	0,0876	0,0896	0,0829	0,1080	0,1265	0,1415	0,1159	0,1191	0,1503	0,0554	0,1503	0,1030
3	Florestal	0,0021	0,0023	0,0033	0,0021	0,0019	0,0025	0,0028	0,0028	0,0023	0,0027	0,0029	0,0022	0,0029	0,0025
4	Extrativismo mineral	0,0028	0,0032	0,0079	0,0028	0,0027	0,0036	0,0036	0,0036	0,0034	0,0035	0,0037	0,0046	0,0037	0,0041
5	Minerais não metálicos	0,0207	0,0228	0,0748	0,0204	0,0196	0,0281	0,0267	0,0258	0,0242	0,0263	0,0255	0,0426	0,0255	0,0340
6	Mineral metálico	0,0172	0,0185	0,0448	0,0166	0,0168	0,0252	0,0217	0,0216	0,0186	0,0211	0,0218	0,0279	0,0218	0,0248
7	Máq.equip.,automobilístico	0,0702	0,0677	0,0721	0,0581	0,0674	0,0899	0,0772	0,0772	0,0596	0,0780	0,0791	0,0889	0,0791	0,0840
8	madeira, mobiliário	0,0133	0,0147	0,0264	0,0129	0,0121	0,0162	0,0172	0,0179	0,0146	0,0165	0,0185	0,0174	0,0185	0,0179
9	Celulose, papel e gráfico	0,0264	0,0302	0,0226	0,0289	0,0222	0,0321	0,0377	0,0368	0,0275	0,0363	0,0359	0,0146	0,0359	0,0252
10	Têxtil, vestuário e couro	0,0082	0,0100	0,0076	0,0080	0,0082	0,0095	0,0109	0,0119	0,0107	0,0110	0,0126	0,0048	0,0126	0,0087
11	Agroindústria vegetal	0,0717	0,0854	0,0653	0,0671	0,0634	0,0806	0,0942	0,1054	0,1111	0,0887	0,1115	0,0412	0,1115	0,0765
12	Agroindústria animal	0,0945	0,1150	0,0858	0,0880	0,0812	0,1061	0,1242	0,1397	0,1377	0,1172	0,1472	0,0542	0,1472	0,1009
13	Outras indústrias	0,1911	0,2277	0,1885	0,2069	0,1865	0,2146	0,2494	0,2644	0,2666	0,2386	0,2776	0,1217	0,2776	0,1999
14	Energia	1,5797	0,2575	0,1083	0,1298	0,1031	0,1362	0,1563	0,1693	0,1330	0,1514	0,1737	0,0691	0,1737	0,1216
15	Saúde e saneamento	0,1819	1,2206	0,1666	0,1725	0,1572	0,2050	0,2403	0,2666	0,1771	0,2279	0,2832	0,1053	0,2832	0,1945
16	Construção civil	0,3262	0,3446	1,4418	0,3233	0,3153	0,4479	0,4171	0,3837	0,3430	0,4020	0,3731	0,8131	0,3731	0,5924
17	Comércio	0,2047	0,2397	0,2168	1,2000	0,1962	0,2367	0,2620	0,2848	0,2508	0,2559	0,2961	0,1552	0,2961	0,2259
18	Transportes	0,1386	0,1583	0,1405	0,1651	1,2145	0,1588	0,1915	0,1965	0,1371	0,1751	0,2061	0,0917	0,2061	0,1491
19	Telecomunicações	0,0952	0,1068	0,0876	0,1164	0,0956	1,1140	0,1375	0,1325	0,0962	0,1202	0,1385	0,0561	0,1385	0,0974
20	Instituições financeiras	0,1218	0,1137	0,0916	0,1125	0,1009	0,1241	1,2068	0,1352	0,0932	0,1220	0,1433	0,0584	0,1433	0,1010
21	Educação	0,2381	0,2683	0,2163	0,2208	0,2046	0,2663	0,3135	1,3591	0,2265	0,2940	0,3716	0,1365	0,3716	0,2544
22	Armazenamento	0,1045	0,1443	0,0932	0,1031	0,0894	0,1250	0,1403	0,1495	1,0978	0,1309	0,1582	0,0590	0,1582	0,1088
23	Outros serviços	1,2821	1,4927	1,1418	1,2614	1,0963	1,4341	1,7771	1,8065	1,1885	2,5607	1,8998	0,7347	1,8998	1,3191
	Família	2,2955	2,5847	2,0862	2,1276	1,9726	2,5674	3,0100	3,3525	2,1843	2,8236	3,5843	1,3163	3,5843	2,4539
	FBCF	0,5291	0,5517	0,6808	0,5322	0,5195	0,7369	0,6903	0,6225	0,5651	0,6497	0,6081	1,4197	0,6081	1,0126
	Salário	1,4477	1,7816	1,1653	1,3672	1,2440	1,5696	2,0374	2,4940	1,3580	1,9399	1,7419	0,7460	2,7419	1,2455
	Lucro	1,0616	1,1069	1,3658	1,0677	1,0423	1,4784	1,3850	1,2489	1,1338	1,3036	1,2200	0,8420	1,2200	2,0316

Fonte: Elaborada a partir da Tabela 14.

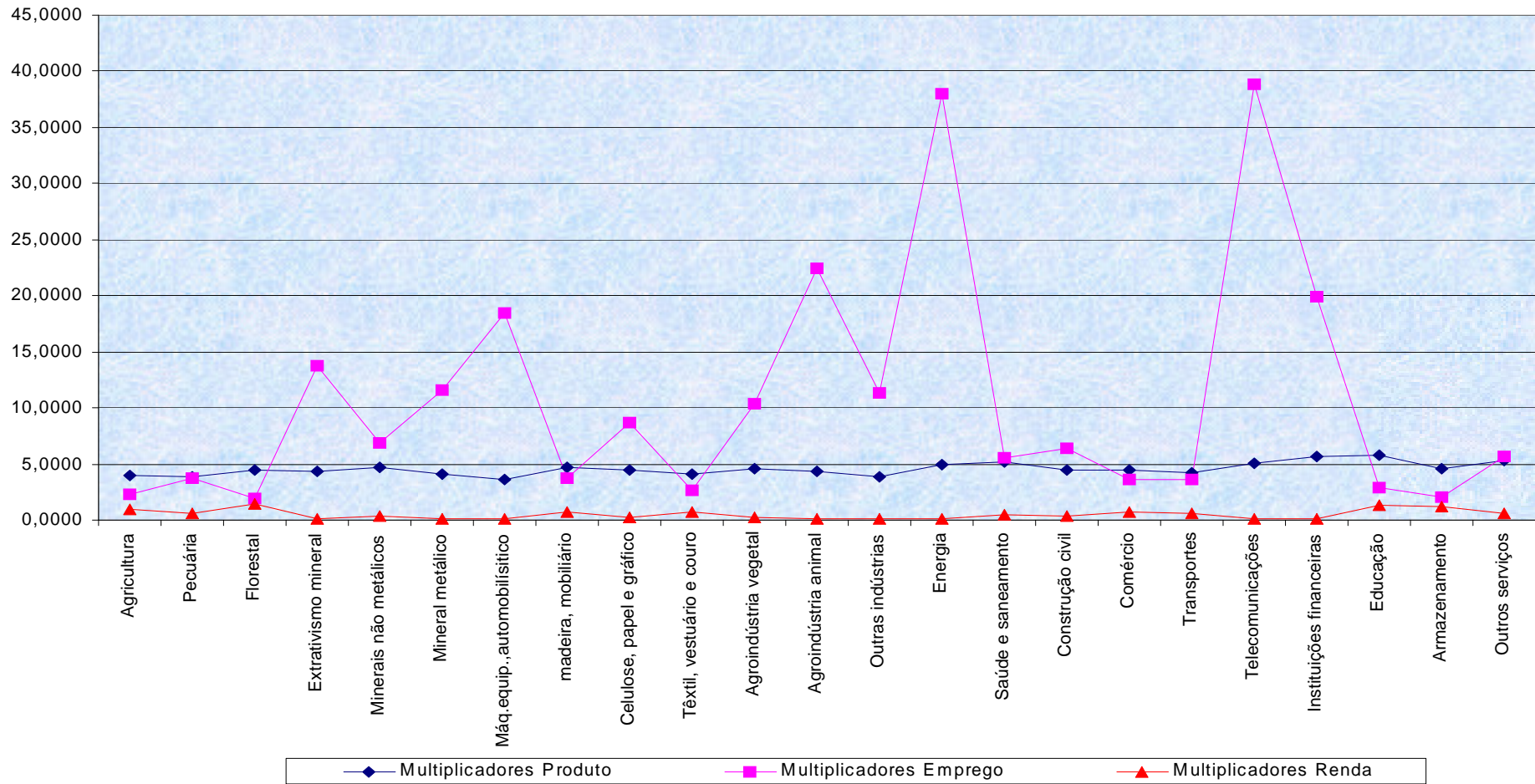


Figura 9: Multiplicadores setoriais do produto, emprego e renda da Amazônia: 1999

Fonte: Elaborada a partir da MCS da Amazônia de 1999 e Tabela 7.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)